

REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte



v.22 n.1/2

JANEIRO / DEZEMBRO 2022

e-ISSN 2446-8142

EDUCAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR



REVISTA UNI-RN

Centro Universitário do Rio Grande do Norte

v.22, n.1/2 Janeiro / Dezembro 2022

e- ISSN 2446-8142



Copyright: Direitos desta edição reservados ao
Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN

A REVISTA UNI-RN do Centro Universitário do Rio Grande do Norte é associada à



Associação Brasileira de Editores Científicos
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS



Fórum da Gestão
do Ensino Superior
nos Países e Regiões
de Língua Portuguesa

**FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E REGIÕES DE
LÍNGUA PORTUGUESA – AFORGES**



ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA – AULP

REVISTA UNI-RN (e-ISSN 2446-8142)

On-line - <http://revistas.unirn.edu.br/>

E-mail: revistaunirn@unirn.edu.br

Catálogo na Publicação – Biblioteca UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

R454

Revista UNI-RN / Centro Universitário do Rio Grande do Norte. – v.22, n.1/2
(jan./dez. 2022)- . – Natal : UNI-RN, 2022-
115 p.

A partir de 2012 a Revista da FARN - Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - passa a se intitular REVISTA
UNI-RN - Centro Universitário do Rio Grande do Norte - para acompanhar
a nova denominação da instituição.

e-ISSN: 2446-8142

1. Educação. 2. Administração. 3. Direito. 4. Educação Física. 5. Enfermagem.
6. Engenharia Civil. 7. Resenha. 8. Resumo. 9. Poesia.

RN/UNI-RN

CDU 0/9

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE

Presidente

Dr. Manoel de Medeiros Brito

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima

Vice-reitora

Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca

Pró-reitora Acadêmica

Prof^a Fátima Cristina de Lara M. Medeiros

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Prof. Aluísio Alberto Dantas

Coordenadora do Núcleo de Relações Internacionais

Prof. Fábio Fidelis de Oliveira

Coordenadora do Núcleo de Extensão

Mariana Medeiros de Araújo Nunes

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA REVISTA UNI-RN

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal: <http://revistas.unirn.edu.br>
E-mail: revistaunirn@unirn.edu.br

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Ângela Maria Guerra Fonseca

Coordenação Editorial

Prof. Fábio Fidelis de Oliveira

Conselheiros

Catarina da Silva Souza

Everlane Ferreira Moura

Fábio Sérgio da Costa Pereira

José Alfredo Ferreira Costa

Marcelo Santos Arcanjo

Patrícia Froes Meyer

Sônia Cristina Ferreira Maia

Ilustração da Capa

Levi Bulhões

Padronização e Normalização

Fernando R. Brandão da Silva

Adm. Portal de Revistas

Fernando R. Brandão da Silva

Revisão

João Maria de Lima

CONSELHO CIENTÍFICO

Boaventura de Sousa Santos

Universidade de Coimbra –Portugal

Edgar Morin

Centre National de la Recherche
Scientifique (CNRS) – França

Gustavo Just da Costa e Silva

Universidade Federal do
Pernambuco (UFPE)

José Alfredo Ferreira Costa

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte (UFRN)

José Willington Germano

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte (UFRN)

Maria da Conceição Xavier de Almeida

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte (UFRN)

Paula Virginia de Vasconcelos Souza

Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE)

Paulo Bonavides

Universidade Federal do Ceará
(UFCE)

Tereza Neuma de Castro Dantas

Conselho Nacional de Pesquisa
(CNPq)

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
ARTIGOS	
ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA: DISPOSITIVO, MANEJOS E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL..... Thyago Ycaro Souza de Menêzes	8-18
ANÁLISE DAS ABORDAGENS PSICOTERAPÊUTICAS ASSISTIDAS PELO USO DE PSICODÉLICOS..... Beatriz Fraifer Dantas Palhano	19-29
AS HERANÇAS COLONIAIS NA PSICOLOGIA BRASILEIRA..... Camila Nóbrega Cabral, Samara Gomes da Costa Jácome, Karina Veras de Souza	30-38
O DELÍRIO: UMA LINGUAGEM PRIVADA OU UM JOGO DE LINGUAGEM?..... Sílvia Pereira Passos, José Eduardo de Almeida Moura	39-59
O IMPACTO DO TRABALHO NO ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO: UMA BREVE SISTEMATIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA..... Raissa Pâmella Teotonio da Cunha, Karina Carvalho Veras de Souza	60-69
OS DESAFIOS DO DISCENTE TRANSGÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO À LUZ DOS ESTUDOS QUEER..... Luke Ribeiro Mazzei França Barros	70-82
O PUERPÉRIO COMO DISSIDÊNCIA: TERRITÓRIOS PATOLOGIZADOS NO PÓS-PARTO..... Amanda de Lima Souza, Cecília Maria Oliveira de Andrade Silva, Karina Veras	83-94
REAÇÕES PSICOSSOMÁTICAS EM IRMÃOS DITOS SAUDÁVEIS DE CRIANÇAS ACOMETIDAS POR DOENÇAS CRÔNICAS..... Andressa Caroline Silva Souto, Helena Munay de Andrade Pimentel, Julianne Andrea Leite de Souza, Luciana Carla Barbosa de Oliveira	95-105
UM OUTRO PROGRAMA: ACOLHIMENTO, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO DA CIDADE DE NATAL..... João Pedro Aguiar de Medeiros, Karina Carvalho Veras de Souza	106-114
ENSAIO POÉTICO	
POBRE FLOR!..... Auta de Souza	115

EDITORIAL

A REVISTA UNI-RN, interessada em dar visibilidade às publicações docentes e discentes vem reunir nesta edição especial, em plena continuação de seus permanentes esforços, contribuições voltadas para o universo da psicologia. Aqui estão dispostos, em variados aportes analíticos e teóricos os melhores frutos de um investimento acadêmico contínuo para a formação no universo da graduação, sem descuidar da salutar abertura para a contribuição dos mestres e demais pesquisadores.

Por ocasião da comemoração dos 60 anos da regulamentação da psicologia como profissão no Brasil (através da Lei nº 4.119, em 27 de agosto de 1962) a nossa revista presta uma justa homenagem a este importante segmento que se manifesta, em nosso meio acadêmico, em contribuições que vão desde o ensino, a extensão e a pesquisa.

Consolida-se, portanto, mais um alternativa destinada à publicação de relevante produção acadêmica, sobretudo aquela desenvolvida em esforços de fomento ao fazer científico empreendido pelo UNI-RN. Assim, cientes de que a qualidade dos profissionais está diretamente ligada à amplitude do conhecimento científico dialogado, desenvolvido e socializado nos anos de formação basilar (e para além destes) é que entregamos a presente coletânea.

Fábio Fidelis de Oliveira.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA: DISPOSITIVO, MANEJOS E INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Thyago Ycaro Souza de Menêzes¹

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é identificar como o Acompanhamento Terapêutico pode ser lido enquanto um dispositivo para o processo de desinstitucionalização da loucura no campo da Saúde Mental. Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, na busca por literaturas correspondentes à temática supracitada. Os resultados mostram que o AT demonstra recursos e fundamentos teóricos que operam em favor da criação de estratégias interventivas que fogem dos enclausuramentos instituídos dentro e fora das instituições. Portanto, é fundamental elucidar o dispositivo do Acompanhamento Terapêutico enquanto uma rede de práticas pautadas sobre a luta dos Direitos Humanos, na aposta do cuidado integral e ético perante o sujeito, grupo ou instituição que utiliza tal serviço de saúde mental.

Palavras-chave: Acompanhamento terapêutico. Loucura. Desinstitucionalização. Saúde.

THERAPEUTIC ACCOMPANIMENT AND DEINSTITUTIONALIZATION OF MADNESS: DEVICE, MANAGEMENT AND INTERVENTION IN MENTAL HEALTH

ABSTRACT

The objective of the present work is to identify how Therapeutic Accompaniment (TA) can be read as a device for the process of deinstitutionalization of madness in the field of Mental Health. This is a bibliographic review with a qualitative approach, of an exploratory nature, in the search for literature corresponding to the aforementioned theme. The results show that the TA demonstrates resources and theoretical

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte. E-mail: Thyagoycaro@gmail.com.
Endereço para CV: <http://lattes.cnpq.br/9223360698132752>

foundations that operate in favor of the creation of intervention strategies that escape the confines established inside and outside the institutions. Therefore, it is essential to elucidate the Therapeutic Accompaniment device as a network of practices based on the struggle for Human Rights, in the commitment to integral and ethical care towards the subject, group or institution that uses such a mental health service.

Keywords: Therapeutic accompaniment. Madness. Deinstitutionalization. Health.

1. INTRODUÇÃO

O Acompanhamento Terapêutico (AT), diz respeito a um dispositivo de origem latino-americano, que foi pensado a partir de uma lógica de intervir sob o olhar de contextos antes não explorados, como as subjetividades subalternizadas e recortes sociais. Dito isso, o surgimento da prática do AT deve ser entendido como parte de um processo embrionário de práticas que tinham como pretensão a desconstrução do tratamento psiquiátrico hospitalar e uma reação ao modelo manicomial de asilamento dos loucos (BUENO E PASSOS, 2016).

É importante ressaltar que, essa ferramenta surgiu no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que contou com importantes questionamentos e modificações voltadas para o público desses espaços historicamente e estruturalmente violadores. Na medida que, o manicômio é a tradução mais completa dessa exclusão, controle e violência. Seus muros escondem a violência (física e simbólica) através de uma roupagem protetora que desculpabiliza a sociedade e descontextualiza os processos sócio-históricos da produção e reprodução da loucura (LÜCHMANN E RODRIGUES, 2006).

Sendo assim, Bueno e Passos (2016), compreende-se o AT como uma possibilidade nômade e despadronizada em relação à clínica convencional que significa que encontros podem gerar outros caminhos e outros deveres, pois para além do clínico foi visado o âmbito político e seus atravessamentos, em virtude de contextualizar prontamente os conteúdos relacionados e entendidos sobre a cidade, cultura, autonomia, saúde mental e intervenções nesses espaços.

O AT se configura como uma das estratégias clínico-políticas requeridas pelo processo de desinstitucionalização da loucura, sendo emblemático da interpenetração,

da mistura, do contágio das disciplinas psi com o espaço e tempo da cidade. Nessa dinâmica o acompanhamento terapêutico constitui-se, então, em paradigma da direção clínico-política em que uma concepção da reforma psiquiátrica pretende mover-se (PALOMBINI, 2006).

Com base na discussão, a importância do AT no campo da saúde mental vem sendo construída com o passar dos anos, propondo intervenções voltadas para o sujeito. Em relação a isso, ergue-se o ponto principal da discussão, uma vez que, o objetivo do artigo é identificar e articular o Acompanhamento Terapêutico enquanto dispositivo para o processo de desinstitucionalização da loucura.

Logo, a justificativa da realização deste artigo encontra-se na relevância e atualidade desta prática. Entretanto há de se pontuar que, tais relações são atreladas a um contexto de poder, recorte de classe, gênero e cor, bem como os processos e práticas patologizantes ainda presentes no campo da Saúde Mental, o que cabe no desenvolvimento do trabalho elucidar as limitações, bem como as entrelinhas da prática do Acompanhamento Terapêutico. Para o desenvolvimento do artigo, foi utilizado a revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, de natureza exploratória, na busca por literaturas correspondentes à temática apresentada. Contemplando os acervos teóricos como: livros, teses, dissertações e artigos encontrados nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES, Capes, Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Portanto, no processo de construção do referido artigo buscou-se articular os dados encontrados sobre a prática do AT com as problematizações no campo da Saúde Mental, a fim de investigar o cenário do Acompanhamento Terapêutico dentro das estratégias de intervenção frente a desinstitucionalização da loucura.

2. DESENVOLVIMENTO

Após realizar a leitura dos artigos e material, foi possível analisar se eles possuíam ou não relação com o tema central do estudo. No desenvolver da pesquisa, os artigos utilizados foram divididos em duas categorias de análise: “A clínica da Loucura para além do Setting Tradicional” e “O trabalho do AT na desinstitucionalização da loucura”.

2.1. A clínica da Loucura para além do Setting Tradicional

Palombini (2006), “A visão ampliada da clínica da loucura, quando o olhar perpassa para além do setting tradicional, diz respeito há uma proposição de que essa clínica que se encontra em diversos lugares”, não somente a um local específico, um setting de Psicoterapia Tradicional. Logo, essa clínica, essa intervenção dialogam estritamente com a cidade, a cultura, com a produção subjetiva do acompanhado dentro do seu laço social, das suas dinâmicas familiares e seus processos da vida cotidiana.

A entrada do AT colocou em operação forças que promoveram um tensionamento com o instituído, atravessando e reinventando a prática clínica. O Acompanhamento Terapêutico, como modalidade clínica, está historicamente referenciado às propostas de desinstitucionalização trazidas pela Reforma Psiquiátrica (NETO, 1995).

O movimento antimanicomial provocou importantes mudanças na maneira de conceber o atendimento aos criando bases para a Reforma Psiquiátrica (Lei n. 10.216/01, 2001). Essa reforma tem como premissa a substituição do tratamento baseado no modelo hospitalocêntrico por modalidades de cuidado interdisciplinar e intersetorial a indivíduo em condição de sofrimento psíquico grave.

Rolnik (2000) “Mais do que isso, é necessário acrescentar que o AT é uma prática itinerante, ou nômade”, visto que pode ser realizado em espaços fora do ambiente hospitalar e consultórios. Assim, as transformações e atravessamentos do setting tradicional, e consequentemente da escuta, direcionam o olhar para criação e manutenção de vínculos no processo de tratamento, principalmente em se tratando de reinserção ao meio, onde o próprio ambiente opera como um importante instrumento no desenvolvimento dessa laboração.

Ademais, essa expansão do AT realiza atravessamentos não só na política de desospitalização, que diz respeito a uma prática frequentemente utilizada, pois o domicílio apresenta-se como um espaço potencializador de mudanças no processo de cuidado no sentido da integralidade, favorecendo a ampliação do olhar e do agir desinstitucionalizado, indo além das questões especificamente técnicas, permitindo que a prática clínica seja reinventada e reconhecendo a pessoa em suas múltiplas relações (MERHY; FEUERWERKER, 2007) e fechamento de hospitais psiquiátricos, como também, atua na desinstitucionalização da loucura.

Desse modo, inicia-se a busca para construir um espaço onde o sujeito possa se construir, desenvolver-se e ressignificar seus processos sem contenções dos dispositivos normativos e regras institucionais, sendo esse um espaço de elaboração da subjetividade do indivíduo. O AT diz respeito a uma modalidade clínica que se utiliza do espaço público da cultura como dispositivo para o ato terapêutico. O trabalhador de saúde que se utiliza dele na sua prática circula com o usuário pelo tecido social, facilitando a emergência de um encontro. Ele torna-se, assim, testemunha do processo de transformação desencadeado, criando outros espaços possíveis para o dito 'louco' na cidade. A cidade é, nesse sentido, também protagonista da cena, junto com acompanhado e acompanhante.

O AT dá subsídios para enxergar a cidade de outro ponto de vista, a partir do qual não temos a anulação do dissenso, mas a possibilidade de criarmos um campo de existência menos estigmatizado da loucura, transpondo os muros mentais que possam barrar a sua andança (PALOMBIN, 2006).

Observa-se que até então a loucura era vista como algo passivo de periculosidade e que deveria ser mantido distante do dito "normal", que o suposto louco não apenas causava espanto, mas atrapalhava a estrutura social, assim, deveria ficar isolado até que fosse curado de sua loucura. Esse trecho nos leva a importantes questionamentos: É de considerável eficácia reinserir e ensinar um indivíduo a viver em sociedade afastando-o dela? De que modo ele irá se adaptar sem a possibilidade de experienciar enquanto lhe é ensinado? Qual a importância do estabelecimento de vínculos com o meio?

Assim, urge a tentativa de criar um campo de existência que reduzisse a estigmatização da loucura, remetendo o indivíduo a questionar a metodologia biomédica e hegemônica vigente na qual o tratamento era realizado a partir do isolamento, desse modo, após o AT ampliar-se como instrumento, se encaminhando para um panorama para além de clínico, começaram a ser feitas modificações do manejo do tratamento da loucura, de modo a trabalhar a melhora do paciente dentro de suas possibilidades sem removê-lo do meio, mas sim, utilizando o meio ao favor do acompanhado pelo terapeuta.

Quando nos referimos ao AT como um dispositivo, devemos entendê-lo a partir da concepção de dispositivo que nos fala Foucault "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos..." (2021, p. 37).

O dispositivo, diz Foucault (2021, p. 37), “é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. O acompanhamento terapêutico atua como essa rede que articula os elementos desse conjunto, que os põe a funcionar, tendo o acompanhante como um guia desse processo, que vai buscar conduzir o paciente dentro de suas possibilidades e limitações dentro dessa rede heterogênea que estrutura que forma o meio social e as relações que nele se desenvolvem.

Pôde-se realizar uma observação na qual verificou-se que o acompanhamento terapêutico em geral apresenta elevada incidência, sendo essa muito significativa, principalmente porque permite uma rica aproximação junto àqueles usuários que se mostram inacessíveis ou com dificuldades de adaptação e permanência às formas tradicionais de tratamento, às propostas de oficinas e outros dispositivos dos serviços substitutivos. Observou-se também que o acompanhamento terapêutico produz efeitos notórios no processo de desenvolvimento profissional daqueles que se dispõem a ser acompanhantes. Estes podem atuar como mensageiros, fazendo chegar à diferença a equipe, o que termina por muitas vezes exigir da equipe um reposicionamento em relação ao caso, abandonando estratégias que se tornaram rotina, requisitando a intervenção dos profissionais e inventando formas de ação (PALOMBIN et al, 2004).

Existe a incidência que poderia ser chamada de política, ainda que ela esteja inserida nos âmbitos acima apresentados, que diz respeito ao processo acompanhando o usuário, tanto em seus percursos pelos serviços e outros dispositivos próprios às políticas públicas, quanto na experimentação de uma sociabilidade que se exerce em espaços variados da cidade, é o próprio processo de implementação da reforma psiquiátrica que é assim acompanhado, pondo em análise o funcionamento da rede e as formas como as comunidades locais, a começar pelas famílias, respondem à desinstitucionalização da loucura (PALOMBIN et al, 2004).

2.2. O trabalho do AT na desinstitucionalização da loucura

A desinstitucionalização se apresenta enquanto um aspecto e efeito no processo do AT. Sua atuação ocorre a partir da promoção de estratégias que fogem dos enclausuramentos instituídos dentro e fora das instituições, suas intervenções tendem a atuar em duas dimensões, sendo um delas o método de propor rupturas nos espaços que os sujeitos/grupos acompanhados ocupam e vivenciam dentro das dinâmicas

institucionais e também trazer descolamentos e tensionamentos dentro dos estabelecimentos de saúde mental, pautando sua atuação na análise institucional do seu local de trabalho bem como nas equipes multidisciplinares.

Desinstitucionalizar dentro dessa temática diz respeito a um processo de desconstrução de saberes, práticas e perspectivas que levem a alterar modos de atenção e gestão que levem a segregação, estigma e destituição de direitos de pessoas com transtorno mental, de modo a reconstruir a complexidade do viver com o algum transtorno, no sentido de reinventar a vida, produzir saúde, com participação do estado no processo.

Na obra “Conversações”, Deleuze (2013) fala sobre estarmos vivenciando a passagem de uma sociedade disciplinar, como descrita por Foucault, para uma sociedade de controle. A sociedade disciplinar se estrutura e atua em suma através das instituições de confinamento, podendo citar como exemplo fábricas, prisões, família. Entretanto, essas instituições entraram em crise depois da Segunda Guerra Mundial, onde o manicômio vira hospital-dia, a escola entra em colapso, a família nuclear brasileira pulveriza-se e desse modo, a lógica de controle começa a se generalizar na sociedade. Controle social esse que prescinde das instituições disciplinares e sua decorrente necessidade de confinamento para assumir modalidades mais fluidas, flexíveis, tentaculares, deslizantes. Teria se tornado a vida então, um confinamento sem paredes estreitas limitadoras?

Assim, o movimento de Reforma Psiquiátrica, concebido como “[...] conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais em torno do ‘louco’ e da ‘loucura’, mas especialmente em torno das políticas públicas para lidar com a questão” (BRASIL, 2004, p. 58), acaba por estruturar um modelo de assistência na área de saúde mental que baseia-se no processo de desinstitucionalização dos manicômios, no reconhecimento da cidadania da pessoa com transtorno mental e no cuidado na comunidade. Caracteriza-se assim, por implicar novos contextos de vida para as pessoas com transtorno mental, bem como para seus familiares e “pretende mobilizar como atores os sujeitos sociais envolvidos, modificar as relações de poder entre os usuários e as instituições e produzir diversas ações de saúde mental substitutivas à internação no hospital psiquiátrico” (OLIVEIRA; MARTINHAGO; MORAES, 2009, p. 33).

Os resultados trazem à tona a saída de um modelo hegemônico, voltando o olhar para o sujeito e sua subjetividade, trazendo mudanças ao setting tradicional e

expandindo os métodos de atuação para além da clínica, ampliando assim o leque sob pertinentes questionamentos como “Quem é o sujeito dito louco?”, “Qual o lugar desse sujeito na sociedade?” e “O que é loucura?”. Assim, é notória a importância das mudanças no campo do AT e sua atuação na garantia de direitos, demais condições mentais e subjetividade do indivíduo, reconhecendo que o indivíduo é parte do meio e o meio parte desse indivíduo.

3. CONCLUSÃO

Posto o debate, há discussões éticas a serem relevadas. A primeira seria elucidar o dispositivo do Acompanhamento Terapêutico enquanto uma rede de práticas pautadas sobre a luta dos Direitos Humanos, sobre a defesa da vida e na aposta do cuidado integral e ético perante o sujeito, grupo ou instituição que utiliza tal serviço de saúde mental, como ficou evidente nesse trabalho e também em outras produções acadêmicas (PELÚCIO, SILVA & SOUZA, 2019; SILVA & PONTES, 2017; BUENO & PASSOS, 2016; ARAÚJO, 2006).

Logo, esse trabalho é contemplado por debates que incluem as áreas da saúde mental, instituições, patologização da vida e reforma psiquiátrica. Deixando evidente que, assim como o AT não emergiu de uma necessidade da vida e não de uma teoria. (PELÚCIO, SILVA & SOUZA, 2019).

Todo o entorno voltado para o estudo dessa área e campo de atuação, precisar ser considerado questões, pontuações, questionamentos, indagações perante territórios, culturas, saberes, dinâmicas familiares, modos de subjetivação e dentre outros aspectos.

Além disso, a clínica do AT é lida enquanto uma atitude, um campo destituído dos saberes hegemônicos e dos processos violação de direitos, da renúncia à cidadania dos acompanhados e do enclausuramento da(s) subjetividade(s) do(s) acompanhados. Ou seja, é uma clínica que tem como um dos seus objetivos subverter as lógicas hospitalocêntricas e também produzir pontes entre os acompanhados e o seu laço social (NASCIMENTO, SILVA & DAZZANI, 2015).

Logo, pode-se pensar a clínica do AT, como uma clínica que é desinstitucionalizada e desinstitucionalizante, haja vista sua constituição histórica, luta antimanicomial e produção de operalizações voltadas a um novo modo de fazer clínica,

um modo que não há manuais ou saberes predeterminados, como de costume vemos nas lógicas biomédicas e na própria Psicologia.

Portanto, evidenciar tais questões como ferramentas potencializadoras para a atividade clínico-político do Acompanhamento Terapêutico em contexto de saúde mental, haja vista seu caráter ético, técnico e político. Pensar nos processos clínicos e nos contextos sócio-políticos; indagar tensionamentos e subversões nos espaços institucionais para a produção de vidas (individuais e coletivas) e, por fim, possibilitar a criação de uma clínica-política, contextualizada, uma clínica da vida, do cuidado, de um constante e inerente exercício ético perante aos acompanhados, famílias e instituições. Todas essas tarefas são, antes de tudo, um compromisso ético, profissional e social perante o elo histórico e as demandas contemporâneas que fazem parte do campo do Acompanhamento Terapêutico.

Por fim, é necessário pensar a clínica enquanto uma atitude, um posicionamento de um sujeito que, apostando em uma via de trabalho a partir da escuta e da palavra, poderá intervir em aspectos e dimensões subjetivas. É somente na relação com um outro sujeito, esteja ele em sofrimento psíquico ou não, que podemos dar espaço, dar vazão aquele que precisa ser dito.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARAÚJO, Fábio. **Um passeio esquizo pelo acompanhamento terapêutico: dos especialismos à política da amizade**. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº10.216, de 6 de abr. de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.216-2001?OpenDocument

BUENO, R. C.; PASSOS, I. C. F. O Acompanhamento Terapêutico, o território e a amizade: caminhos entre as clínicas da desinstitucionalização. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 01-16, 2016. DOI: 10.5007/cbsm.v8i19.69053. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69053>. Acesso em: 31 jul. 2022.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. (Trad: Peter Pál Pelbart). 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DISCONSI, Aline Martins et al. Acompanhamento terapêutico: andanças pelo dentro e o fora da instituição. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2013, v. 25, n. spe2, p. 65-72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000600009>>. Acesso em: 30 jul. 2022. Epub 08 Maio 2014. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000600009>.

LANCETTI, Antônio. **Clínica peripatética**. 9 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn e Rodrigues, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2007, v. 12, n. 2, p. 399-407. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>>. Acesso em: 30 jul. 2022. Epub 09 Maio 2007. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>. MENDONÇA, L. D. **Acompanhamento terapêutico e a clínica do cotidiano**. 1 ed. São Paulo: Agente Publicações, 2017.

NASCIMENTO, Verônica Gomes; SILVA, Alan Souza Pereira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **Acompanhamento terapêutico escolar e autismo**: caminhos para a emergência do sujeito. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 520-534, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282015000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jul. 2022. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i3p520-534>.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Editora Paz & Terra, Rio de Janeiro, 2021.

PALOMBINI, Analice de Lima. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. **Psyche** (São Paulo), São Paulo, v. 10, n. 18, p. 115-127, set. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jul. 2022.

PALOMBINI, Analice de Lima (et al). **Acompanhamento terapêutico na rede pública**: a clínica em movimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 152p. ISBN: 85-7025-794-5. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v10n18/v10n18a19.pdf>

OLIVEIRA, Camila M. **Encontros e desencontros**: considerações sobre o lugar da família na clínica do Acompanhamento Terapêutico. Originalmente presente como Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, W. F. de; MARTINHAGO, F.; MORAES, R. S. M. de. **Entendendo o processo da reforma psiquiátrica**: a construção da rede de atenção à saúde mental. Florianópolis: Abrasme; UFSC, 2009.

PELÚCIO, Lyvy Mendes; SILVA, Janne Cristina de Araújo; SOUZA, Ricardo Ângelo de Andrade. **A importância do acompanhamento terapêutico como estratégia de**

intervenção auxiliar á clínica tradicional. In: FARIAS, Gilmar Alves de; SILVA, Janne Cristina de Araújo; SANTOS, Maria José Costa dos; MATOS, Fernanda Cíntia Costa (orgs.). ...Uma gota de conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 265-287.

SAFRA, Gilberto. Placement: modelo clínico para o acompanhamento terapêutico. **Psyche** (Sao Paulo), São Paulo, v. 10, n. 18, p. 13-20, set. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jul. 2022.

SILVA SOUZA, A. M.; PONTES, S. A. Acompanhamento terapêutico (at) e reforma psiquiátrica: história de uma prática. **Psicologia em Estudo**, v. 22, n. 3, p. 335-345, 24 set. 2017.

SILVA, Ellayne; ROSA, Lúcia. Desinstitucionalização Psiquiátrica no Brasil: riscos de desresponsabilização do Estado?. **Revista Katálýsis** [online]. 2014, v. 17, n. 2, p. 252-260. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802014000200011>>. ISSN 1982-0259. Acesso em: 30 jul. 2022.

ANÁLISE DAS ABORDAGENS PSICOTERAPÊUTICAS ASSISTIDAS PELO USO DE PSICODÉLICOS

Beatriz Fraifer Dantas Palhano

RESUMO

O uso de agentes psicodélicos para fins curativos existe há milênios na história da humanidade, mas estas substâncias foram proibidas durante anos por causa de uma política de alcance global de “Guerra às drogas”. No âmbito da psiquiatria e psicologia ocidental o retorno das pesquisas com essas substâncias no Brasil se deu em meados dos anos 1990 e vem evoluindo progressivamente. A “Psicoterapia Psicodélica” refere-se à prática de psicoterapia auxiliadas pelo uso dos chamados ‘psicodélicos clássicos’, que são aqueles que capazes de se ligar e ativar os receptores serotoninérgicos conhecidos pela sigla 5-HT_{2a}. O presente estudo visa preencher as lacunas existentes acerca da aplicação dos psicodélicos no contexto do tratamento psicoterapêutico. Para tanto, foi feita uma revisão narrativa que engloba os resultados das produções científicas mais significativas com enfoque no desenvolvimento de alguma abordagem psicoterapêutica assistida por psicodélicos e englobando o desenvolvimento de parâmetros metodológicos para essa abordagem. Neste sentido, foi apurado que os resultados benéficos do uso associado dessas substâncias são robustos, e que sua aplicação depende do cuidado a uma série de fatores como o *sett* e o *setting*, além da seleção dos grupos de paciente que podem apresentar condições de risco para o uso dos psicodélicos. Isto nos leva a concluir que os benefícios demonstrados pelos estudos feitos até aqui corroboram a importância de se dar continuidade às pesquisas neste campo.

Palavras-chave: Psicodélicos. Psicoterapia. Psicologia.

ANALYSIS OF PSYCHOTHERAPY APPROACHES ASSISTED BY THE USE OF PSYCHOD- DELICS

ABSTRACT

The use of psychedelic agents for healing purposes has existed for millennia in human history, but these substances have been banned for years because of a global “War on Drugs” policy. In the field of Western psychiatry and psychology, the return of research with these substances in Brazil took place in the mid-1990s and has been progressively evolving. “Psychedelic Psychotherapy” refers to the practice of psychotherapy aided by the use of so-called ‘classical psychedelics’, which are those capable of binding and activating serotonergic receptors known by the acronym 5-HT_{2A}. The present study aims to fill the existing gaps concerning the application of psychedelics in the context of psychotherapeutic treatment. Therefore, a narrative review was carried out that includes the results of the most significant scientific productions, focusing on the development of some psychotherapeutic approach assisted by psychedelics and encompassing the development of methodological parameters for this approach. In this sense, it was found that the beneficial results of the associated use of these substances are robust, and that their application depends on the care of a series of factors such as the sett and the setting, in addition to the selection of patient groups that may present risk conditions for the use of psychedelics. This leads us to conclude that the benefits demonstrated by the studies carried out so far corroborate the importance of continuing research in this field.

Keywords: Psychedelics. Psychotherapy. Psychology.

1. INTRODUÇÃO

O uso de agentes psicodélicos para fins curativos e/ou espirituais, existe na história da humanidade há milênios, mas no âmbito da psiquiatria e psicologia ocidental se iniciou na década de 1950, após a descoberta em 1943 pelo químico suíço Albert Hofmann, do LSD. A farmacêutica Sandoz Laboratories, onde Hoffman trabalhava, logo impulsionou a elaboração de pesquisas extensivas com enfoque na proposição do uso do LSD em contextos como tratamento quimioterapêutico e psicoterapêutico. A partir daí, foram iniciadas diversas pesquisas a nível mundial, com o intuito de desvendar substâncias semelhantes e classificadas como psicodélicas, mas essa “onda” só durou cerca de 15 anos, quando um movimento político de repercussão global e liderado pelos Estados Unidos conhecido como “Guerras às drogas”, pôs fim aos estudos com essas substâncias.

Essa iniciativa inclui um conjunto de políticas de proibição e intervenção militar, que são destinadas a desencorajar a produção, distribuição e o consumo do que os governos participantes e as Nações Unidas definiram como drogas psicoativas ilegais.

O retorno das pesquisas com essas substâncias no Brasil se deu em meados dos anos 1990 após a elaboração de um relatório do Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) que reuniu especialistas de diversas áreas da saúde com a missão de investigar os aspectos científicos, antropológicos, sociais, médicos e de saúde em geral do uso da dimetiltriptamina (DMT), composto ativo da Ayahuasca. Considerando os benefícios sociais e individuais constatados pelos profissionais, foi estabelecida a proteção legal ao uso ritualístico da Ayahuasca, o que propiciou a retomada dos estudos com essas substâncias e emergência de vários grupos de pesquisa no Brasil e no mundo (FANHO-FMANN, 2019).

A investigação sobre o uso terapêutico dos psicodélicos é importante para que, em um futuro próximo, sejam consolidadas e validadas diretrizes para uma “terapia psicodélica”, o que já é um cenário plausível nos Estados Unidos, onde os estudos com utilização de MDMA para tratamento do transtorno de estresse pós traumático já estão na Fase III, tornando muito próxima a aprovação e autorização para uso desse medicamento pela agência reguladora Food and Drug Administration (FDA) (OLIVEIRA, & CASTRO, 2018).

O termo “Psicoterapia Psicodélica” refere-se à prática de psicoterapia envolvendo o uso de substâncias psicoativas específicas conhecidas como “psicodélicas”, “alucinógenos” ou “enteógenos” (Gardner *et al*, 2019). O uso do termo “psicodélico” enfatiza o papel que essas substâncias têm de proporcionar um contato intenso e a exploração subjetiva da psique, o que é fundamental para a maioria dos métodos de psicoterapia. Essas substâncias devem ser consideradas como auxiliares da psicoterapia no sentido de aumentar o insight e favorecer a conexão consigo mesmo num processo de contínuo de autoconhecimento (WATTS & LUOMA, 2020).

De antemão, é importante esclarecer que, embora diversas substâncias sejam capazes de promover alterações de percepção e consciência, os chamados ‘psicodélicos clássicos’ são aqueles que capazes de se ligar e ativar os receptores serotoninérgicos conhecidos pela sigla 5-HT_{2a} (RODRIGUES, 2016).

Nas últimas décadas, as pesquisas vêm estabelecendo substâncias como dietilamida do ácido lisérgico (LSD), psilocibina (o princípio ativo dos chamados cogumelos

alucinógenos), DMT (presente na Ayahuasca), mescalina e MDMA como psicodélicos clássicos ou serotoninérgicos.

Segundo Gardner e associados (2019), psicodélicos como o LSD e a psilocibina, podem ser terapias adjuvantes muito eficazes, com benefícios já demonstrados, para o tratamento de transtornos como depressão maior, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos envolvendo o uso de álcool e outras drogas. Sendo estas, condições que trazem grande fardo à vida do indivíduo, da família e ao sistema de saúde, os psicodélicos proporcionam a oportunidade de experimentação de mudanças psicológicas profundas, não alcançadas apenas através da terapia da fala, pavimentando um caminho para a incorporação de uma consciência que possibilita alívio e aprendizagem aos pacientes (GROF, 1997).

A pesar da polêmica discussão acerca da regulamentação dessas substâncias, os resultados robustos demonstrados pelos estudos feitos até aqui corroboram a importância de se dar continuidade às pesquisas nessa área, em especial com uso de técnicas modernas de neuroimagem, que possibilitaram importantes descobertas e proposição de novas hipóteses no que concerne aos mecanismos de ação dessas substâncias. Por essa razão, é essencial a observação de propostas teóricas envolvendo o referencial no qual a terapia em questão deve ser realizada. A fim de nortear essa discussão, o presente estudo se propõe a uma revisão narrativa dos estudos já publicados com o propósito de contextualizar as substâncias psicodélicas e analisar o cenário da prática clínica psiquiátrica e psicoterapêuticas atuais, justificado pela importância de se investigar uma terapia promissora frente a um cenário clínico que carece tanto de tratamentos mais definitivos e benéficos aos pacientes.

2. DESENVOLVIMENTO

Foram selecionados 7 estudos publicados entre os anos de 2000 e 2021, em inglês português e espanhol, sendo priorizados os que põe em destaque os principais benefícios da terapia psicodélica no manejo de pacientes que possuem algum distúrbio psiquiátrico tais como depressão, transtornos do humor, de ansiedade, estresse pós-traumático e na melhora da dependência química de algumas substâncias, como álcool, tabaco, cocaína e opióides. Todos os estudos selecionados (N=7), apontavam para a rela-

ção da terapia assistida por psicodélicos e a melhora de sintomas em pacientes com algum dos transtornos supracitados.

2.1 Aspectos referentes às substâncias

Toda a história recente acerca dessas substâncias acontece a partir da difusão da Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), que possibilitou a descoberta do potencial das mesmas em transformar o sujeito em seu âmbito psíquico/emocional (Garcia-Romeu & Richards, 2018). Com isto, vários estudos foram desenvolvidos acerca do seu potencial terapêutico, e exploraram as possibilidades de uso para fins de tratamento de condições como estresse pós traumático e depressão para incursão em sessões de psicanálise (Sessa, 2018). Entretanto esses trabalhos tiveram que ser interrompidos por uma Lei dos anos 1970, que incluiu essas substâncias em uma lista de drogas proibidas, provocando o encerramento desse campo de pesquisa.

A maior parte dos estudos traduz ao termo “psicodélico” como uma ideia de manifestação da mente, ou revelação do espírito, o que torna visível a alma, o self ou o psiquismo, no campo clínico este efeito pode se referir à experiências de transformação por redução de controle egóico e expansão da consciência (GRINSPOON & BAKALAR, 1997).

Na tentativa de fornecer uma breve visão geral das maneiras pelas quais o receptor de serotonina 2A (5-HT_{2A}) alucinógenos agonistas (ou seja, psicodélicos) foram usados para fins clínicos ou de pesquisa como parte de intervenções terapêuticas, Garcia-Romeu e Richards (2018) constataram que a terapia psicodélica por mais antiga que seja, viu um renascimento encorajador com ensaios clínicos promissores no início do século 21 e pode ser vistas como uma esperança para alguns dos problemas mais difíceis da psiquiatria. Para eles, isso acontece apoiado pela quebra de tabus e estigmas da sociedade nos últimos 20 anos e, também, pela relativa letargia e baixa resolução de doenças da psiquiatria desde os anos 70 se comparado ao restante da medicina. O estudo também contribuiu com percepções seminais sobre como essas substâncias podem ser empregadas com eficácia e segurança em interações terapêuticas direcionadas, incluindo a importância de otimizar o conjunto (estado de espírito) e o ambiente. Entre as propriedades farmacológicas psicodélicas, destacaram-se sua capacidade de evocar experiências altamente significativas que se prestam a intervenções estruturadas destinadas a alterar ou modular o pensamento, humor ou padrões de comportamento de um indiví-

duo por meio de terapia hábil (Moreton, Szalla, Menzies, & Arena 2020). A segurança e potencial terapêutico dos psicodélicos (LSD, psilocibina, mescalina e DMT) como um adjuvante podendo promover transformações substanciais para o tratamento de dependência química como o alcoolismo, cessação do tabagismo, cocaína, e transtornos como ansiedade, idealização suicida, dependência em opioides, alterações do humor e até mesmo dor. Além de aliviar os sintomas clínicos dessas condições, a terapia psicodélica pode também estimular a criatividade, a espiritualidade e otimizar as funções fisiológicas dos indivíduos (MORETON, SZALLA, MENZIES, & ARENA 2020).

Sessa (2017) investigou a terapia com MDMA para os transtornos de abuso de álcool e propõem que um estudo em andamento com pacientes que passaram por desintoxicação médica para o transtorno de abuso de álcool pode ter benefícios fazendo uso da terapia com MDMA. Para justificar esse ponto de vista, o autor argumenta que o MDMA é mais seguro que o restante dos psicodélicos e que seu uso já demonstrou em outras ocasiões efeitos animadores para o transtorno por abuso de álcool e traumas não solucionados. Para finalizar, argumenta também que a sociedade e a psiquiatria estão sobrecarregadas por resultados no tratamento do transtorno de abuso de álcool que “são um pouco melhores agora do que eram a 100 anos atrás”. O uso da terapia psicodélica pode amenizar sintomas do transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e também o de dependência de substâncias como álcool, tabaco, cocaína e opioides ou outras drogas que possam ocasionar dependência química. É indicada a associação com a terapia de aprimoramento motivacional o intuito de potencializar os efeitos. Não obstante, o MDMA tem o potencial de melhorar e intensificar os processos psicoterapêuticos no tratamento do transtorno do uso de álcool e de outras condições que são frequentemente comórbidas com transtornos por uso de substâncias, particularmente aqueles sintomas associados a uma história de trauma psicológico.

Hartogsohn (2018) em sua pesquisa, investigou as aparentes propriedades de aumento de significado dos psicodélicos e encontrou, em estudos feitos com questionários, um aumento de significado para a vida e questões existenciais em pacientes que fizeram uso de psilocibina. Para ele, isso acontece em função de uma demanda humana espontânea em atribuir significado e que os psicodélicos, por meio de um poderoso acesso ao que antes era subconsciente, permite a criação de novos conceitos e definições e pode auxiliar na terapia, espiritualidade e criatividade.

Nesse interim, Moreton, Szalla, Menzies & Arena (2019) alargam o entendimento a cerca das aplicações quando sugerem que a terapia psicodélica pode reduzir transtornos de ansiedade associados ou não com ideação suicida, agindo ainda na dissolução do ego, admiração e conexão dos pacientes com outras pessoas, além de também promover melhoria em outros transtornos psicológicos, bem como no tratamento de dependência em algumas substâncias químicas, argumentando, ainda, que ansiedade da morte tem um papel central na psicopatologia e que os psicodélicos em uma correlação de fatores como: confronto de medos inconscientes de morte; redução do foco no eu; mudanças de percepção de consciência humana; aumento da fé e ampliações de significado da vida, promovem redução da ansiedade da morte. Para eles, os psicoterapeutas devem voltar seus olhos para o consciente/inconsciente como solução para a estagnação notada na psicoterapia e a ciência psicodélica estaria para isso como uma 'superestrada'. Esta pesquisa mostra que a psicopatologia pode surgir de tentativas falhas de lidar com a morte subjacente, ademais, a terapia psicodélica pode ajudar a esclarecer os mecanismos psicológicos que sustentam os efeitos terapêuticos dos psicodélicos e o papel desempenhado pela ansiedade da morte na etiologia da doença mental (WATTS & LUOMA, 2020).

Johnson (2018) afirma que campo psiquiátrico se encontra relativamente estagnado, não tendo acompanhado a evolução do restante da medicina e a terapia psicodélica tem demonstrado resultados promissores que podem representar novas perspectivas na psiquiatria. Ele alerta para as taxas epidêmicas de suicídio e as milhões de mortes causadas anualmente pelo vício em tabaco. Aliás, lembra que o último grande avanço no tratamento de depressão foi há mais de 30 anos com a aprovação do primeiro ISRS (inibidor seletivo da recaptação de serotonina) e que, mesmo estes, eram evoluções simples, mais seguras e seletivas de antidepressivos já desenvolvidos na década de 1950.

2.2 Aspectos referentes à terapia assistida por psicodélicos

No que tange às experiências científicas realizadas nesta área e com enfoque específico no método psicoterapêutico, alguns pontos são de consenso geral, como a realização do processo terapêutico em três estágios: preparação, sessão psicodélica e integração. Na fase da preparação encontra-se a chave para a maximização do potencial benéfico dos psicodélicos, enquanto a experiência com eles em si e a fase de integração são necessárias para a prolongação dos resultados e melhorias alcançadas. Tendo isso em

mente, o modelo psicoterapêutico ideal deve basear-se na aceitação, conexão e incorporação, reorganizando-se em duas tríades importantes, uma de aceitação (difusão cognitiva, foco no momento presente e vontade) e outra de conexão (o eu como contexto, valores comprometidos e ação) (Ona, *et al*, 2015).

A confluência desses seis processos resulta na capacidade de entrar em contato com o momento presente mais plenamente como um ser humano consciente e, com base no que a situação permite, a capacidade para mudar ou persistir no comportamento a fim de servir a fins valiosos (Ona, *et al*, 2015). Esse método incorpora ainda suporte de psicoterapia que normalmente consiste em um período de preparação, seguido por uma dose moderada a alta de psicodélicos na presença de um ou mais terapeutas, seguido por uma ou mais sessões de integração (TARTAKOWSKY, 2014).

A intenção não deve ser outro senão a realização de um processo psicoterapêutico facilitado, neste caso, por um adjuvante psicodélico. A implementação de métodos de triagem também será essencial. Já existe o conhecimento necessário para detectar as pessoas mais suscetíveis a sofrer uma reação adversa após a administração de psicodélicos, alguns critérios básicos para exclusão de pacientes seriam: a constatação de alguma doença cardíaca e histórico de transtornos psicóticos ou esquizofrenia (DOS SANTOS, 2013).

Genis Ona et al (2015) em seu estudo, postula que antes da terapia seria imprescindível a formação de equipes multidisciplinares, que devem planejar intervenções conjuntas e coerentes. Este modelo, que já está presente em vários tratamentos e intervenções, é especialmente necessário neste caso, uma vez que a complexidade e variabilidade dos fenômenos que ocorrem na terapia psicodélica requerem diferentes concepções e abordagens disciplinares, que terão de ser integradas e adaptadas para cada paciente. A terapia psicodélica deve necessariamente começar sem a administração de substâncias. Deve haver um período prévio de pelo menos 2 ou 3 sessões, nas quais será estabelecida a relação terapêutica, garantindo que esta seja caracterizada por plena confiança mútua. O paciente também será preparado para a sessão farmacológica, informando-o sobre os efeitos do medicamento e as características da experiência, proporcionando-lhe estratégias de enfrentamento, estabelecendo objetivos terapêuticos, pactuando as condições em conjunto ou tirando dúvidas, entre outros (HARTOGSOHN, 2018).

Pesquisas mais recentes já atestam que o realce da significação dos psicodélicos é uma hipótese apoiada por diversos relatos de experiência, bem como pela pesquisa clí-

nica, mas ainda não recebeu a atenção que merece. Este caminho de investigação pode ser aberto através do emprego de várias ferramentas psicométricas para auxiliar na avaliação do grau em que os psicodélicos aumentam o seu significado e possíveis correlações com terapêuticas espirituais (GROF, 2005).

Ainda sobre o processo psicoterapêutico sob os efeitos de alguma substância, Ona *et al* (2018) indica que este pode ser muito intenso, causando agitação ou ansiedade, ou manifestando algum tipo de bloqueio. Nestes casos, o conhecimento perito por parte dos terapeutas de técnicas como as visualizações ou o controle de variáveis ambientais - como luz ou música - será de grande importância. Ressalta que as técnicas corporais desempenham um papel fundamental, uma vez que as substâncias também atuam no nível da consciência física, permitindo o surgimento de sensações e traumas psicológicos que podem ser trabalhados nesse nível. Nesse sentido, as possibilidades terapêuticas emergem por meio do trabalho que o terapeuta pode realizar com o seu próprio corpo na consciência corporal do paciente.

A relevância dos fatores extra-farmacológicos no consumo de qualquer psicodélico é conhecida com certeza. Podemos falar de uma equação onde a personalidade do paciente, do terapeuta, a relação entre eles e o set (o estado mental que uma pessoa traz para a experiência, como pensamentos, humor e expectativas) & setting (ambiente físico e social em que o usuário tem a experiência) entre tantos outros, acabam produzindo um resultado único para cada indivíduo e sessão.

3. CONCLUSÃO

As experiências descritas sob os efeitos dessas substâncias têm sido realizadas por algumas escolas psicoterapêuticas, como a Psicologia Profunda ou a Psicoterapia Transpessoal. Os estudos empíricos realizados para medir o potencial terapêutico dos psicodélicos apresentam resultados positivos e negativos. A comparação desses estudos é difícil devido à ausência de um arcabouço de pesquisa estabelecido, o que significa que o contexto, as variáveis consideradas, as doses administradas e o arcabouço terapêutico em que as intervenções são realizadas são diferentes.

Esse fenômeno deve ser estudado e descrito com maior profundidade, a fim de controlar essas variáveis em benefício do processo psicoterapêutico. Devem ser planejados ambientes específicos para sessões de psicoterapia assistida por drogas. Um espaço

deve ser fornecido confortável, aconchegante, com materiais diversos com os quais o cliente pode experimentar e extrair um significado terapêutico específico nas fases finais da sessão, como flores, frutas, botões, etc.

Devemos sempre lembrar que os psicodélicos podem exercer seu potencial terapêutico, em grande parte, graças à facilitação de certos estados de consciência, que foram sugeridos como tendo propriedades. Portanto, devemos enfatizar o fato de que o adjuvante farmacológico não oferece efeitos terapêuticos previsíveis e em que a subjetividade do indivíduo fica em segundo plano, como no caso de medicamentos e drogas comuns. Aqui teremos que dar atenção especial aos conteúdos psicológicos e experienciais, uma vez que foi proposto que eles são as principais causas dos benefícios terapêuticos (HARTOGSOHN, 2018).

REFERÊNCIAS

FANHOFMANN, Michael. **Ayahuaca e psilocibina**. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2019. 29 p.

REBOREDA, Maria Vidal-Rivas; FERNÁNDEZ, Maria. **Uso de enteógenos em psicoterapia**. 11º Congresso Virtual de Psiquiatria. Interpsiquis 2010. Disponível em: <https://psiquiatria.com/bibliopsiquis/uso-de-enteogenos-en-psicoterapia/>. Acesso em: mar. 2021.

OLIVEIRA, Ariana Leônidas de; CASTRO, Paulo Francisco de. **Psicologia: Novos olhares**. Taubaté-Sp: Edunitau, 2018. 490 p.

GARDNER John; CARTER Adrian; O'BRIEN Kerry; SEEAR Kate. Psychedelic-assisted therapies: The past, and the need to move forward responsibly. **Int J Drug Policy**. 2019 Aug; v.70, p. 94-98. doi: 10.1016/j.drugpo.2019.05.019. Epub 2019 May 25. PMID: 31136924.

WATTS, Rosalind; LUOMA, Jason (2020). The use of the psychological flexibility model to support psychedelic assisted therapy. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v.15, p.92-102. doi: 10.1016/j.jcbs.2019.12.004.

RODRIGUES, Sandro (2016). **Modulações de sentidos na experiência psicodélica: saúde mental e gestão autônoma de psicotrópicos prescritos e proscritos**. Curitiba:CRV.

GROF, Stanislav. (1997). **Os psicodélicos na autoexploração e na psicoterapia**. Associação Psicodélica do Brasil.

GRINSPOON, Lester, BAKALAR, James (1997). **Psychedelic drugs reconsidered**. New York Lindesmith Center.

GARCIA-ROMEU, Albert, RICHARDS, William (2018). Current perspectives on psychedelic therapy: use of serotonergic hallucinogens in clinical interventions. **International review of psychiatry (Abingdon, England)**, v.30, n.4, p.291–316.
<https://doi.org/10.1080/09540261.2018.1486289>

SESSA, Ben (2018). Why MDMA therapy for alcohol use disorder? And why now? **Neuropharmacology**, v.142, p.83–88. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.neuropharm.2017.11.004>.

MORETON, Sam; SZALLA, Luke; MENZIES, Rachel; ARENA, Andrew (2020). Embedding existential psychology within psychedelic science: reduced death anxiety as a mediator of the therapeutic effects of psychedelics. **Psychopharmacology**, v.237, n.1, p.21–32.
<https://doi.org/10.1007/s00213-019-05391-0>.

JOHNSON, Matthew (2018). Psychiatry might need some psychedelic therapy. **International review of psychiatry (Abingdon, England)**, v.30, n.4, p.285–290.
<https://doi.org/10.1080/09540261.2018.1509544>.

DOS SANTOS, Rafael Guimarães (2013). Safety and side effects of ayahuasca in humans. An overview focusing on developmental toxicology. **Journal of Psychoactive Drugs**. v.45, p. 68–78.

ONA, Genis; RIOS, Francisco; AGUIRRE, Jose; BOUSO, Jose; TARTAKOWSKY, Ingrid; MÉNDEZ, Matias; CARVALHO, Maria; MAQUEDA, Ana (2015). Configuración de la Psicoterapia Asistida con Psicodélicos. **Journal of Transpersonal Research**. v.7. p.95-104.

TARTAKOWSKY, Ingrid (2014). **Psicoterapia asistida com LSD, psilocibina y MDMA**. Descripciones realizadas por los terapeutas en torno a los procesos clínicos. Tese de Mestrado. Universidade do Chile. Santiago, Chile.

HARTOGSOHN, Ido (2018). The Meaning-Enhancing Properties of Psychedelics and Their Mediator Role in Psychedelic Therapy, Spirituality, and Creativity. **Frontiers in neuroscience**, v.12, p. 129. <https://doi.org/10.3389/fnins.2018.00129>

GROF, Stanislav (2005). **Psicoterapia con LSD**. Barcelona: Ed La Liebre de marzo.

AS HERANÇAS COLONIAIS NA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Camila Nóbrega Cabral¹

Samara Gomes da Costa Jácome²

Karina Veras de Souza³

RESUMO

O processo de colonização do Brasil produziu e ainda produz efeitos em diferentes esferas da organização social do país. Nesse sentido, uma das formas de dominação exercidas pelo colonialismo é a dominação epistemológica, através da qual diferentes saberes foram submetidos a um processo de hierarquização e apagamento. Nesse ínterim, o eurocentrismo tornou-se a racionalidade hegemônica entre colonizadores e colonizados, norteando formas de organização política, econômica, social, afetiva e de produção de conhecimento. À vista disso, a pesquisa tem como objetivo verificar a existência de desdobramentos da lógica colonial na psicologia brasileira. Para tal, busca-se apresentar noções sobre colonialismo e colonialidade, além disso, pretende-se situar a construção da psicologia enquanto ciência no Brasil, e por fim, verificar a existência de repercussões da matriz de poder colonial na psicologia brasileira. A metodologia utilizada é de natureza exploratória, desenvolvida a partir da busca por referências bibliográficas e por meio de uma abordagem qualitativa da literatura selecionada. Os resultados obtidos são organizados a partir de duas categorias de análise, sendo elas: a) a universalidade das noções de sujeito, na qual verificamos a perpetuação de concepções de humanidade baseadas em paradigmas eurocêntricos na psicologia; b) a falsa ideia de neutralidade da ciência, em que foi possível perceber a construção da psicologia enquanto ciência e prática, considerando as relações de poder envolvidas.

Palavras chaves: Colonialidade. Colonial. História da psicologia. Psicologia.

COLONIAL INHERITANCE IN BRAZILIAN PSYCHOLOGY

¹ Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

² Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

³ Professor (a) Orientador (a) do Cursos de Psicologia do CENTRO Universitário do Rio Grande do Norte

ABSTRACT

The colonization process in Brazil produced and still produces effects in different spheres of the country's social organization. In this sense, one of the forms of domination exercised by colonialism is epistemological domination, through which different types of knowledge were subjected to a process of hierarchization and erasure. In the meantime, Eurocentrism became the hegemonic rationality between colonizers and colonized, guiding forms of political, economic, social, affective organization and knowledge production. In view of this, the research aims to verify the existence of developments of the colonial logic in Brazilian psychology. To this end, we seek to present notions about colonialism and colonality, in addition, we intend to situate the construction of psychology as a science in Brazil, and finally, to verify the existence of repercussions of the matrix of colonial power in Brazilian psychology. The methodology used is of an exploratory nature, developed from the search for bibliographical references and through a qualitative approach of the selected literature. The results obtained are organized from two categories of analysis, namely: a) the universality of notions of subject, in which we verify the perpetuation of conceptions of humanity based on Eurocentric paradigms in psychology; b) the false idea of neutrality of science, in which it was possible to perceive the construction of psychology as science and practice, considering the power relations involved.

1 INTRODUÇÃO

A inquietação para o desenvolvimento do presente trabalho parte de uma reflexão a respeito da história da psicologia e da história do Brasil. Tendo em vista o contexto de colonização e escravização de corpos pretos e indígenas pelos europeus e as políticas de manutenção desse poder, como a política de embranquecimento da população e a ideologia do mito da democracia racial que se refletem nos dias de hoje numa concepção colonial de servidão. Como exemplo disso, é possível destacar o atravessamento da questão racial na predominância de pessoas negras encarceradas - é importante apontar que o sistema prisional como conhecemos hoje fora criado num cenário pós abolição - representando uma política higienista em detrimento da

resolução de uma dívida histórica de reparação em que o direito a cidade é negligenciado.

Sendo assim, é possível entender que a colonização possui consequências concretas na história brasileira, repercutindo na atualidade. Nesse sentido, o questionamento que a pesquisa procura trazer é: “Há heranças coloniais na psicologia brasileira?”. Nesse seguimento, a presente pesquisa procura verificar a existência de heranças coloniais na psicologia brasileira e para isso foram elencados alguns objetivos: a) apresentar noções de colonialidade e colonialismo b) situar a construção psicologia enquanto ciência no Brasil c) estabelecer uma relação dos conceitos de colonialidade e colonialismo com a construção da psicologia e/ou construção da ciência.

O trabalho é necessário não só para a comunidade acadêmica, mas para todas as pessoas interessadas na construção e resgate de várias epistemologias, uma vez que a pesquisa instiga uma psicologia emancipatória e política que vem sendo invisibilizada pelo poder dominante. Entender se há heranças coloniais na psicologia é compreender se ainda existe uma reprodução de valores adoecedores que constituem a manutenção do poder eurocêntrico. Assim, questiona-se paradigmas que foram naturalizados e apontados como universais.

A metodologia utilizada é de natureza exploratória e abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da busca de materiais bibliográficos através da plataforma de dados LILACS em que os descritores utilizados foram “PSICOLOGIA” e “COLONIAL” com filtros em língua portuguesa e intervalo de publicação de 2011 e 2021. Para melhor aproveitamento da pesquisa foram definidos critérios de avaliação no que diz respeito aos artigos encontrados: a) abordar elucidações sobre a história da psicologia enquanto ciência e profissão b) apresentar noções de colonialidade e colonialismo c) estabelecer nexos entre colonialidade e colonialismo com a discussão sobre a construção da psicologia como ciência.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 UNIVERSALIDADE DAS NOÇÕES DE SUJEITO

O colonialismo, de acordo com Quijano (2009), refere-se a uma estrutura de dominação e exploração, através da qual o controle da autoridade política, dos recursos

de produção e do trabalho de uma determinada população pertencem a uma outra jurisdição territorial, cuja identidade difere da população dominada. A instauração do regime colonialista no Brasil se deu sob o suposto pretexto de levar a civilização aos povos colonizados, no entanto o que se pode perceber desse processo é a exploração predatória de terras e de seus povos nativos, genocídio, violência, apagamento de culturas, religiões e formas de existência. A respeito disso, Césaire (1950) entende: Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Mas eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

À vista disso, cabe refletir a respeito de que projeto de civilização os colonizadores pretenderam levar ao Brasil, pois o que se constata na história são povos e culturas dizimados em virtude de interesses econômicos. Césaire (1950) introduz uma ideia importante para este debate, para ele a colonização resulta em coisificação, isso porque toda a exploração e violência que a colonização submete aos corpos dos nativos pressupõe a sua desumanização e transformação em objeto. Para sustentar e naturalizar a violência sistematizada que surge nesse contexto, os colonizadores se utilizam de uma racionalidade específica, o eurocentrismo, que tem como início o processo de colonização da América Latina, mas que se consolida através da colonialidade do poder. Nesse sentido, percebe-se que tanto a racionalidade eurocêntrica, como a dinâmica de exploração e desumanização de determinados corpos se mantém nos dias atuais.

A partir da colonização, os paradigmas europeus se expandiram pelo Brasil e América Latina, e nesse processo, também foram apreendidos e posteriormente universalizados conceitos acerca da ciência, sua forma de produção e métodos. Contudo, os povos originários, bem como os povos que foram sequestrados e trazidos para o Brasil durante o regime colonialista, também produziam formas diferentes de conhecimento. É nesse sentido que, surge a necessidade de pensar de que maneira essa lógica repercute na psicologia, a respeito disso Furtado (2012) expõe: Evidentemente, garantidas todas as ressalvas de cunho cultural e antropológico, havia um saber psicológico entre os tupis-guaranis que nada tinha a ver com a Psicologia europeia, mas que tratava da compreensão da subjetividade dos povos que habitavam estas terras antes da ocupação do solo brasileiro pelos portugueses, um saber que não foi registrado e que nos chega através dos povos remanescentes e das peculiaridades presentes em

nossa cultura, uma cultura negra, indígena e branca europeia, que hoje conta com a contribuição dos imigrantes europeus e asiáticos

Dentro desse contexto, Santos e Menezes (2010) concluíram que o colonialismo, para além das outras formas de dominação, foi também uma dominação epistemológica, que produziu o apagamento e subalternidade de muitas outras possibilidades de saberes dos povos colonizados. Nesse sentido, é pertinente refletir a respeito das noções de humanidade entendidas pela psicologia, visto que essas concepções são, em grande parte, oriundas da Europa e Norte da América. Atrelado ao processo de apagamento de outras epistemologias, esses fundamentos teóricos tornaram-se hegemônicos no campo da produção de conhecimento em psicologia, se sobressaindo a outras epistemologias que integram a realidade brasileira.

À vista disso, é possível perceber que a psicologia se utiliza de noções de sujeito eurocentradas, Silva e Filho (2018) defendem que “a Psicologia até hoje discutida, feita e refletida terá seus fundamentos na Europa e tal constituição não sairá ilesa na forma como essa propõe reflexões sobre a subjetividade”.

Com isso, o que se pretende destacar não é a inaplicabilidade dessas teorias no contemplar dos processos subjetivos que se dão no Brasil, mas a sua possível insuficiência, na medida em que deixa de considerar outros elementos que fazem parte desse campo de estudo. A problematização que a presente pesquisa busca fazer, se dá no sentido de refletir a respeito das especificidades de saberes que a psicologia pode fornecer. Tendo em vista que a historicidade, as relações de poder e dominação que fazem parte da formação social do Brasil, dentro de um contexto de colonização e exploração, devem ser consideradas quando pensamos sobre processos subjetivos que aqui se constituem. Além disso, é necessário refletir a respeito da reprodução desses paradigmas coloniais na psicologia, tendo em vista que a narrativa do colonizador está atrelada às violências que produzem adoecimentos na população.

2.2 A FALSA IDÉIA DE NEUTRALIDADE DA CIÊNCIA

A partir de Michel Foucault (1975), é possível compreender o nascimento da psicologia social como uma forma do sistema capitalista de docializar e patologizar corpos, à medida em que os conceitos de normalidade e anormalidade são entendidos como construções discursivas que mudam de acordo com as relações de poder vigente.

Nesse sentido, Foucault investiga como o discurso científico é produzido atrelado a essas relações de poder, exercendo assim, controle sobre os corpos.

Sendo assim, a psicologia e toda noção de racionalidade científica está vinculada diretamente aos padrões europeus em que o homem é o protagonista desse “fazer ciência”. A vista disso, a falsa neutralidade da ciência psicológica é questionada uma vez que sua epistemologia é dada a partir da narrativa do colonizador e de seus interesses. Assim, naturalizam-se paradigmas científicos em nome da tal “ciência universal e neutra”, porém, nesse processo é esquecido que para tornar-se ciência há um apagamento de outras produções de saberes. Com isso, não se pretende defender a ineficácia da ciência da forma como é concebida na atualidade, mas destacar que ela se constrói enquanto saberes, métodos e práticas dentro de um determinado contexto e em função de determinados interesses. O aparecimento das profissões universitárias no Brasil surge no contexto de transferência da corte real portuguesa para o Brasil, de acordo com Furtado (2012), fez-se necessário nesse momento prover condições para que a elite portuguesa, agora instalada no Brasil, continuasse a usufruir de seus privilégios. Nesse sentido, foram construídos portos, houve a abertura de imprensa, bem como o surgimento dos cursos de Medicina e Engenharia em solo brasileiro. A respeito disso, Furtado (2012) afirma: A menção aos fatos históricos que determinam o aparecimento e o desenvolvimento das profissões universitárias no Brasil não representa intenção diletante ou viés historicista, mas demarca que a origem dessas profissões tem forte apelo elitista e desenvolve-se em um ambiente em que essa elite é precária e dependente de sua matriz, principalmente de Portugal, mas, prioritariamente, da Europa culta e desenvolvida.

Dito isso, é possível perceber que o desenvolvimento de muitas profissões no Brasil, incluindo a psicologia, se deram em consonância com os interesses das elites da época. Isso implica dizer que a formação acadêmica, bem como a construção e o exercício de práticas foram fomentadas a partir das inclinações ideológicas desses grupos. Nesse segmento, Furtado (2012) defende ainda que o Brasil continuou sem autonomia científica e dependente das figuras de elite para melhorar as condições de vida da população.

Com a consolidação da primeira república, criou-se no Brasil o ímpeto de atingir os “níveis de civilidade europeia”, no entanto, as origens de base racializada - africana e indígena - distanciaram o país desse projeto de civilização. A partir disso, os intelectuais

desse período se dedicaram a afastá-lo dessas heranças, “fazê-lo transpor rapidamente as enormes barreiras arcaicas que o separavam da civilização contemporânea” (Campos, 2002). Surgem então, políticas de cunho eugenista que se utilizam da psicologia para legitimar processos de controle social e manutenção dos interesses das elites. É nesse momento que o racismo científico ganha destaque, assim como outras tendências higienistas das quais a psicologia fez parte.

Dessa forma, a persistência de estigmas eurocentrados torna a psicologia um agente de manutenção da colonização e do capitalismo, uma vez que se invisibiliza todo o seu contexto político e social em detrimento de um olhar individualizante, regulador, e por vezes, ausente de historicidade.

Ao importar, de maneira acrítica, a psicologia eurocentrada, normaliza-se também estereótipos racistas, capacitistas, machistas e até mesmo configurações do que é apontado como estruturas familiares (exemplo: naturalizou-se que a família tradicional brasileira é composta por um casal hetero e dois filhos, porém, traz-se aqui o resgate de um tipo de configuração familiar tradicional dos povos originários em que a família tradicional brasileira é indígena e não monogâmica). Quando a psicologia não entende sua historicidade e em que meio nasceu, a própria ciência psicológica torna-se adoecedora e instrumento de manutenção das opressões e de exploração.

3 CONCLUSÃO

A colonialidade do poder tem como berço o processo de colonização da América Latina, no entanto, se estende e consolida na atualidade. Ela remete à perpetuação da lógica colonial em diferentes esferas da existência social, sendo uma delas o campo das produções científicas.

Nesse sentido, busca-se durante o desenvolvimento da pesquisa verificar os desdobramentos dessa matriz de poder colonial na produção de conhecimentos e práticas da psicologia brasileira. Dentro desse contexto, verifica-se a dominação epistemológica que integrou o regime colonialista, à medida em que é possível perceber que a racionalidade trazida pelos europeus durante a colonização, torna-se hegemônica, sobrepondo-se a outros saberes produzidos pelos povos colonizados.

Nesse sentido, a colonialidade do poder atravessa as epistemologias dominantes que compõem a forma de fazer ciência e, conseqüentemente, psicologia. Assim, a ciência

psicológica torna-se colonizada, à medida que importa, de maneira acrítica, teorias eurocêntricas que muito pouco condizem com a realidade latino-americana. As consequências disso resultam em prejuízos para a psicologia, cujos fundamentos teóricos podem acabar não fornecendo subsídios suficientes que amparem o psicólogo frente às realidades e demandas do território sob o qual sua prática é exercida. Além disso, existe o risco de reproduzir formas de adoecimento que são produtos coloniais, como o racismo por exemplo. Nesse contexto, é ignorado o passado escravagista e colonizador e a narrativa dos europeus se sobrepõe invisibilizando outras formas de saberes. Dito isso, entende-se que há uma falsa neutralidade da psicologia visto que essa ciência se constrói, enquanto saberes e práticas, a partir de um viés específico, que por sua vez corresponde aos interesses das elites da época.

Dessa forma, faz-se necessária a validação de uma ciência psicológica que abarque sua pluralidade de epistemologias e que reforce o viés político da psicologia. É nesse sentido que se entende a importância em conhecer e divulgar epistemologias não hegemônicas, cujas contribuições fornecem especificidades de saberes necessárias à psicologia, mas que em virtude do processo de apagamento aos quais são submetidas, acabam invisibilizadas. Sendo assim, urge entender as possibilidades e os caminhos sul-americanos, bem como o resgate dos saberes trazidos pelos não brancos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento de colonial à psicologia política Contributions of decolonial thought to political psychology. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012 & lng= pt\ nrm=iso>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 14, n. 3, p. 1-18, set. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011 & lng= pt\ nrm=iso>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12296> >. Acesso em: 03 de dez. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FURTADO, Odair. 50 Anos de Psicologia no Brasil: A Construção Social de uma Profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 32, p. 66-85, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBttqHf9LpWdX8CHytGJG4x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

Jaileila Araújo Menezes, Saiane Silva Lins and Juliana Vieira Sampaio. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. **Psicol. Soc.** v. 31. DOI: 10.1590/1807-0310/2019v31191231. Disponível em: <<https://www.scienceopen.com/document?vid=18264c27-6432-4afc-9117-06b33be8375e>>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2021.

QUIJANO, Aníbal; SANTOS; Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

VILELA, Ana Maria Jacó. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2012, v. 32, n. spe. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9KqzhPLhtm58PQNGQB39GLq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

O DELÍRIO: UMA LINGUAGEM PRIVADA OU UM JOGO DE LINGUAGEM?

Sílvia Pereira Passos¹

José Eduardo de Almeida Moura²

RESUMO

Verifica-se se a definição de Delírio no DSM-V possui as mesmas características de uma Linguagem Privada, tal como foi problematizado por Ludwig Wittgenstein, através de uma Revisão de Literatura Narrativa, a qual produz uma contribuição para a discussão epistemológica do termo "delírio", e adota-se uma análise pragmática dos resultados. Tanto no DSM-V quanto na "Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais" é possível supor uma "definição de delírio" que admite o uso de expressões com significado privado. É possível pensar os diversos campos do saber e suas teorias como jogos de linguagem, ou seja, práticas discursivas que dotam de sentido, de acordo com o contexto de uso, as expressões linguísticas. Entretanto, percebe-se que alguns discursos científicos parecem ignorar, ou simplesmente dão pouca relevância, à função pragmática da linguagem. Essa constatação é pertinente para a construção de um olhar crítico perante o conhecimento cartesiano ainda vigente nos estudos científicos.

Palavras-chave: Delírio. Linguagem privada. Jogos de linguagem.

DELIRIUM: A PRIVATE LANGUAGE OR A LANGUAGE GAME?

ABSTRACT

The paper verifies if the definition of Delirium in DSM-V has the same characteristics of a Private Language as discussed by Ludwig Wittgenstein. It is used a Narrative Review of Literature to contribute to the epistemological discussion of the

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: silviapassospsi@gmail.com

² Professor orientador do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: joseeduardomoura@unirn.edu.br

term "delirium" and one adopts pragmatic method of linguistic analysis of the results. Both in the DSM-V definition and in "Psychopathology and Semiology of Mental Disorders" it is possible to suppose a "definition of delirium" that admits the use of expressions with private meaning. It is possible to think the various fields of knowledge and its theories as language games, that is, discursive practices that attributes meaning, according to the context, to linguistic expressions. However, it is perceived that some scientific discourses seem to ignore or simply give little relevance to pragmatic function of language. These findings are pertinent to the construction of a critical look at the Cartesian knowledge still valid in scientific studies.

Keywords: Delirium. Private language. Language games.

1 INTRODUÇÃO

Em "História da Loucura na Idade Clássica", Michel Foucault (1978), realiza uma retomada histórica para explicar como a loucura se transformou em doença mental ao longo do tempo. Foucault (1978) fala que, entre os séculos XVII e XVIII, o delírio não era compreendido como uma perturbação dos sentidos, mas como uma imagem fantástica da experiência trágica do homem. Atualmente, a literatura científica oferece uma leitura médica para tal fenômeno. O Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) apresenta a concepção de Delírio na sessão de "Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos", definindo-o como "crenças fixas, não passíveis de mudança à luz de evidências conflitantes" (AMERICAN..., 2014, p. 87).

Em uma leitura com base em Ludwig Wittgenstein (1975), a partir de sua obra "Investigações Filosóficas", o funcionamento da linguagem se configura em uma visão pragmática – A explicação do mundo não acontece por meio da atribuição de significados pré-estabelecidos, mas pelas diferentes formas como as palavras são usadas em diferentes contextos (WITTGENSTEIN, 1975). A linguagem privada emerge, dessa forma, como uma espécie de recurso mentalista para solucionar a questão da determinação dos significados das palavras (FIGUEIREDO, 2009). Wittgenstein, por sua vez, acredita que a linguagem é uma atividade pública, e a noção de linguagem privada desconsidera a função pragmática da linguagem (HEBECHE, 2002). Neste ponto, já é possível inquirir (1) qual a definição de delírio no DSM-V? (2) Será que a definição do

DSM-V enquadra o Delírio tal como uma Linguagem Privada? (3) Como a teoria de L. Wittgenstein pode contribuir para a leitura deste fenômeno? Para responder tais questões definiu-se o objetivo geral de verificar se a definição de Delírio no DSM-V possui as mesmas características de uma Linguagem Privada tal como foi problematizado por Wittgenstein. Alcança-se o objetivo geral através dos seguintes objetivos específicos:

- Elucidar as definições de Linguagem Privada e Jogos de Linguagem dentro da história da Filosofia da Linguagem;
- Apresentar as definições que explicam o Delírio dentro do DSM-V e nas teorias psicológicas;
- Analisar a concepção de Delírio na literatura científica através do método pragmático.

O alcance dos objetivos irá proporcionar uma visão alternativa para a compreensão das definições de delírio, na medida em que traz uma contribuição para discussão epistemológica do termo e uma reflexão a respeito dos seus usos no cotidiano científico e popular. O delírio, nesse sentido, ganha uma nova roupagem quando visualizamos a possibilidade de aproximá-lo da noção de Jogos de Linguagem. Com isso, é possível enxergar a relevância teórica do trabalho quando alcançamos o âmago da teoria de Wittgenstein: a linguagem, sendo ela produto da loucura ou da razão, faz parte de um jogo de linguagem pertencente a uma forma de vida (COSTA, 2002).

A investigação desta hipótese apresenta relevância para o campo da Psicologia e da Filosofia, uma vez que há escassez de trabalhos acadêmicos que trazem reflexões a respeito da filosofia da linguagem e sua relação com o Delírio. Identificar uma possível “privatização”³ da noção de delírio na literatura científica pode representar o surgimento de um novo conflito transformativo para a prática psicológica.

Segundo Pears (1973), a ciência é um conhecimento factual. Se o termo “delírio”, presente no DSM-V, nasce de uma produção sistemática e científica, significa que é parte de um conjunto de conhecimentos factuais. Ainda com Pears (1973), a principal e mais importante contribuição teórica reside na “maneira como a filosofia se relaciona com o conhecimento factual” (PEARS, 1973, p. 25). Por esse motivo, ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de dirigir o olhar crítico da filosofia da linguagem para o campo da ciência psicológica.

³ Linguagem Privada.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é fruto de um trabalho que vem sendo realizado dentro do Programa de Bolsa Institucional do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) desde o início do ano de 2017. Para efeitos científicos, o trabalho adaptou-se ao formato de Revisão de Literatura Narrativa. Por outro lado, produz um conhecimento baseado na Filosofia da Linguagem e desenvolve-se a partir de uma postura analítica. Adota-se o método pragmático para a análise dos resultados, baseado na teoria de Wittgenstein (1975) que visualiza os diferentes usos de uma determinada expressão. A proposta é analisar a definição de “Delírio” presente no Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) por meio da discussão em torno da linguagem privada na teoria de Wittgenstein. Para realizar tal análise, foi preciso equipar-se de estudos das áreas de Psicologia e Filosofia.

As bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram: BVS Psicologia, Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e os Periódicos CAPES. Quando pesquisado pelo termo “Delírio” na SciELO foram apurados 230 resultados, na BVS Psicologia os resultados alcançaram mais de 600 artigos, já o maior número, apareceu nos Periódicos CAPES contabilizando mais de 4 mil artigos. Para realizar uma pesquisa de natureza epistemológica foi necessário descartar muitos artigos que abordavam o Delírio dentro de um campo de estudo específico, como por exemplo, o delírio em contextos institucionais, o delírio na infância, o delírio nas religiões, etc. Dessa maneira, precisou-se estabelecer critérios que atendessem ao caráter epistemológico do termo Delírio. Já os termos “Jogos de Linguagem” e “Linguagem Privada” não trouxeram resultados favoráveis dentro das plataformas SciELO e BVS Psicologia. Por exemplo, somando os resultados dos 2 termos buscados nas 2 plataformas, a quantidade total de pesquisas não alcançam a marca de 200 artigos. Nos periódicos CAPES, a busca dos termos “Jogos de Linguagem” e “Linguagem Privada” ultrapassam o número de 2.000 artigos, entretanto, nenhum deles abordavam a teoria de Wittgenstein. Neste caso, a combinação das palavras “jogos”, “linguagem” e “privada”, trouxeram pesquisas que falavam de jogos lúdicos, escolas públicas e privadas, discussões sobre linguagem de outros teóricos, etc. Tentando encontrar pesquisas adequadas ao que pretende-se alcançar na revisão de literatura, os critérios de inclusão adotados para seleção de

artigos foram:

1. Artigos que trouxessem as definições de Jogos de Linguagem ou Linguagem Privada na teoria de Wittgenstein;
2. Artigos que trouxessem a etiologia e as definições do termo Delírio;
3. Artigos que relacionassem delírio com a concepção pragmática da teoria de Wittgenstein.

Mesmo realizando essa seleção, muitos artigos apurados foram revistos e considerados insatisfatórios para os objetivos da pesquisa. Para isso, adotou-se também, os critérios de exclusão:

1. Artigos que tratassem o delírio em um grupo seletivo de pessoas;
2. Artigos que analisassem o delírio em um campo de atuação específico (exemplo: hospitais, escolas, instituições, esportes, projetos, regiões, etc.)
3. Artigos que focassem a teoria de Wittgenstein em um campo de discussão alheio aos interesses da pesquisa.

Com os resultados dessa seleção foi possível concluir que as bases de pesquisa escolhidas produzem um conhecimento voltado para as ciências da saúde, por isso que os números do termo “Delírio” foram mais proveitosos. Ainda, a maioria dos artigos encontrados nessas bases não atenderam completamente os objetivos da pesquisa, pois não trazem as contribuições filosóficas pertinentes aos termos “Jogos de Linguagem” e “Linguagem Privada”. Para solucionar essa lacuna, recorreu-se aos clássicos da Filosofia, as obras completas do filósofo Wittgenstein, os livros de introdução a Filosofia da Linguagem e os livros produzidos por autores/comentaristas de referência no assunto. Além disso, algumas revistas de Filosofia também foram exploradas.

A construção do texto está vinculada ao Grupo de Pesquisa “A prática da argumentação na Ciência e no Direito: O uso da analogia na Psicologia e na Argumentação Jurídica”, que se reúne uma vez por semana para discutir e criticar conteúdos referentes a esta temática.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Os primeiros estudos filosóficos acerca da linguagem se iniciaram desde a época de Platão enfatizando o caráter essencialista da linguagem, segundo o qual cada coisa

possui nome que expressa sua natureza. Na perspectiva platônica, as palavras possuem uma afinidade natural entre o som e sua significação, apresentando assim, a essência das coisas. De alguma forma, essa perspectiva influencia a história da semântica no Ocidente (OLIVEIRA, 1996).

No final do século XIX e início do século XX, inicia-se o movimento analítico, resultado de uma investigação filosófica acerca da natureza da linguagem, comumente chamada de “filosofia analítica” ou “análise de linguagem” (COSTA, 2002). Aderindo a esta acepção, segundo Costa (2002), a filosofia investiga questões intrinsecamente relacionadas à linguagem, como por exemplo, a natureza do significado das expressões linguísticas, a natureza da verdade das proposições, a capacidade de comunicar-se e representar as coisas através da linguagem. Pears (1973), afirma que a partir dos estudos de Russell e Moore, a filosofia deixa de ser encarada como estudo direto do pensamento e passa a ser vista como um estudo feito por meio do exame da linguagem.

É com Frege que se inaugura o que se convencionou chamar de filosofia da linguagem ideal. Frege estava preocupado em conectar o pensamento matemático com o pensamento filosófico e foi a primeira pessoa a investigar os fundamentos da aritmética (OLIVEIRA, 1996; COSTA, 2002). Além disso, escreveu sobre a natureza do significado das expressões em um texto datado de 1892, intitulado “Sobre o Sentido e a Referência”. É a partir deste texto que se introduz a concepção de semântica na história da filosofia da linguagem.

Para Frege (1969), é necessário produzir um sinal para uma representação evocada por uma percepção, criando assim, um novo centro firme à volta do qual reúnem-se representações. Em outras palavras, o Sinal é a marca que fixa a representação do objeto. Frege afirma que a designação feita pelo Sinal desempenha o papel de um nome próprio que tem por referência um objeto determinado (FREGE, 2009). A filosofia de Frege em “Sobre o Sentido e a Referência”, parte da afirmação de que nomes próprios significam objetos, e ainda, exprimem um sentido. Surge então, a distinção fundamental entre sentido e referência que constitui o cerne da semântica de Frege (OLIVEIRA, 1996).

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (Bedeutung), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (Sinn) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto (FREGE, 2009, p. 131).

Costa (2002) diz que a distinção entre sentido e referência parte de uma dificuldade encontrada por Frege na interpretação da natureza de certas frases. Supomos que “ $a = b$ ” nomeia “A estrela da manhã é a estrela da tarde”. As expressões “ a ” e “ b ” se referem a uma mesma coisa, entretanto, possuem sentidos diferentes. Frege, chega à conclusão que essa frase fala de uma relação de identidade entre nomes de objetos (COSTA, 2002). A frase “A estrela da manhã é a estrela da tarde” é informativa pois consegue expressar dois sentidos diferentes para a mesma referência. Sabemos que a estrela é a mesma, isto é, trata-se do mesmo objeto. A diferença é que esse objeto aparece em tempos diferentes, pela manhã e pela tarde, permitindo que essa frase seja informativa e exprima sentido. A mesma coisa não aconteceria na frase “a estrela da manhã é a estrela da manhã”, ou na frase “ $a = a$ ”, pois se trata do mesmo objeto com o mesmo sentido. Neste caso, Frege afirma que essas frases não informativas são sustentadas *a priori* (FREGE, 2009).

O pensamento para Frege é o sentido de uma proposição⁴ e possui relevância para identificar seu valor-de-verdade. O pensamento é portador de verdade ou de falsidade. Portanto, quando alguém diz que algo é verdadeiro ou falso, está se referindo ao sentido do pensamento por ele expresso (COSTA, 2002). Uma mesma frase que é escrita em diferentes línguas possui o mesmo valor de verdade porque expressa o mesmo sentido.

O sentido de uma frase, nesta perspectiva, é o pensamento, a ideia que ela expressa (COSTA, 2002). Sucintamente, essa é uma parte da teoria de Frege que nos interessa, pois define o entendimento sobre semântica e marca o início da filosofia da linguagem ideal.

Após a produção de Frege, surgem as ideias de Bertrand Russell ainda no campo da filosofia da linguagem ideal. Para Miguens (2007), sua filosofia é um contraste da “revolução semântica” de Frege e a postura de Wittgenstein no *Tractatus*. Uma de suas ideias fundamentais é o atomismo lógico onde Russell explica que os termos simples da linguagem correspondem a átomos lógicos no mundo. A ideia central é que todas as sentenças, quando devidamente analisadas, revelam-se constituídas de signos atômicos

⁴ “Así, puedo decir: el pensamiento es el sentido de una proposición, sin querer afirmar con ello que el sentido de toda proposición es un pensamiento. El pensamiento, en sí imperceptible, se viste con el ropaje sensible de la proposición y se nos vuelve más asible. Decimos que la proposición expresa un pensamiento” (FREGE, 1974).

referentes aos elementos simples da realidade (COSTA, 2002). Ainda com Miguens (2007), esses átomos lógicos são, para Russell, o que ele chama de *sense data*: entidades físicas, privadas, passageiras e momentâneas que se tem acesso por meio do contato direto. Para entender esse contato é necessário compreender outra contribuição russelliana, a teoria das descrições. Segundo essa teoria, o conhecimento é dividido em dois entendimentos: o conhecimento direto e o conhecimento por meio da descrição (RUSSELL, 1912). O conhecimento direto, também chamado de familiaridade, é o conhecimento que adquirimos através dos dados dos sentidos, aqueles com os quais somos imediatamente postos em contato (COSTA, 2002). Em seu texto, Russell (1912) traz o exemplo da mesa para explicar esse conceito. Nesse sentido, quando o contato direto com o objeto “mesa” acontece, pode-se obter dados imediatos sensoriais, como a sua cor, textura, lisura, forma, etc. Já o conhecimento por descrição, é caracterizado conforme o conjunto de conhecimentos obtidos pelos sentidos, ou seja, tudo aquilo que conheci por familiaridade compõe a descrição da imagem total de um objeto. Conforme Costa (2002), Russell veio a sugerir que o conhecimento por descrição se define apenas por construções lógicas, meras ficções simbólicas, completamente redutíveis a conjuntos de entidades que conhecemos por familiaridade.

Para conhecer alguma coisa sobre a mesa, devemos conhecer verdades que a conectem com as coisas das quais temos um conhecimento direto [...] Não há um estado mental em que somos diretamente conscientes da mesa; todo nosso conhecimento da mesa é realmente um conhecimento de verdades, e a coisa mesma que constitui a mesa não nos é estritamente falando, conhecida (RUSSELL, 1912, p. 40).

De acordo com Costa (2002), Russell acreditava que o conhecimento por descrição é passível de erro. Por esse motivo, ele irá apresentar uma concepção de “significado” que diverge da proposta por Frege. À vista disso, Russell propõe que o significado de um nome é simplesmente aquilo a que ele se refere (COSTA, 2002). Nesta perspectiva, só pode ser um nome aquela expressão que se refere de fato a um objeto. Como por exemplo, o significado da palavra vermelho se dá por meio do contato direto e sensorial que se teve com a cor no mundo real. Por outro lado, existem palavras que nomeiam entidades inexistentes, como “Pégaso” ou “Unicórnio” (COSTA, 2002). Essas expressões, para Russell, são palavras formadas pelo conhecimento por descrição. Russell não as considera nomes verdadeiros, entretanto, representam a possibilidade de abstração dos conhecimentos por familiaridade. Se o conhecimento direto não traz

engano, o conhecimento por descrição pode levar a uma forma de ceticismo, nas palavras de Miguens (2007), “nomes comuns da linguagem corrente não garantem a existência dos objetos por eles indicados”. Para tal afirmação, o exemplo clássico de Russell é “o atual rei da França é calvo”. Na teoria de Frege essa frase não possui valor de verdade, pois não há uma referência para o sujeito, não existe um “atual rei da França”. Russell, no entanto, discorda desta visão, ele defendia que nomes próprios que não se referem a um objeto, são abreviações de descrições definidas (PENCO, 2006). Ou seja, o atual rei da França, mesmo não fazendo referência a um indivíduo, pode ser caracterizado por meio de certas propriedades descritivas. Segundo Penco (2006), a existência do artigo definido “o” permite subentender dois aspectos que Russell (1912) definiu como: existência e unicidade. Sendo assim, é necessário explicitar o que está por trás do artigo definido e retirar “o atual rei da França” da posição de sujeito. Para isso, formula-se:

- (1) Enunciado de existência: “ao menos uma coisa é o atual rei da França.”
- (2) Enunciado de unicidade: “no máximo uma coisa é o atual rei da França.”
- (3) Enunciado predicativo: “Essa coisa é calva.”

Russell concorda que o que deve ser requerido é a existência de algo, mas não que este algo seja o atual rei da França (COSTA, 2002). A partir de Penco (2006), entendemos que a frase “o atual rei da França é calvo” se traduz em “existe um alguém que é um atual rei da França e todo aquele que for um atual rei da França é igual a este, e este é calvo.” Para quem sabe lógica, isso pode ser expresso como:

$$“\exists x (Fx \ \& \ ((y) (Fy \rightarrow (y = x)) \ \& \ Cx))”^5$$

Sabe-se que essa fórmula representa uma sentença falsa, uma vez que o enunciado de existência é falso (não há uma referência para tais nomes), é por isso que Russell chega à conclusão de que o sentido dos nomes próprios da linguagem é simplesmente o sentido das descrições definidas que é dado pelo sentido dos predicados envolvidos na descrição (MIGUENS, 2007).

⁵ Fórmula retirada do livro “Filosofia da Linguagem” do professor Cláudio Costa. Aqui, abrevia-se o predicado “o atual rei da França” por F e o predicado “é calvo” por C.

Influenciado pelas ideias do atomismo lógico, Ludwig Wittgenstein torna-se discípulo de Russell, e inicia seus estudos ainda no campo da semântica. Com Russell, Wittgenstein conseguiu desenvolver suas primeiras anotações sobre linguagem. Faz-se pertinente colocar, nesse momento, que foi reservada uma seção específica para elucidar as contribuições de Wittgenstein para a filosofia da linguagem. Por enquanto, é suficiente dizer que sua trajetória sofre significativas influências das teorias de Frege e Russell, culminando na publicação do “*Tractatus Logico-Philosophicus*” em 1921, logo após sua participação como soldado na primeira guerra mundial. É a partir da publicação da obra “*Investigações Filosóficas*” em 1953 que se percebe que Wittgenstein mudou de posição em relação àquelas adotadas anteriormente por Frege e Russell. Essa mudança pode ser denominada por aquilo que Oliveira (1996) chamou de “Reviravolta linguístico-pragmática”, surgindo, assim, a filosofia da linguagem ordinária, colocando em questão a linguagem cotidiana. Abandonando o idealismo alemão, Wittgenstein adota uma visão pragmática da linguagem, compreendendo que a finalidade da filosofia não é elaborar doutrinas filosóficas, mas esclarecer as suas proposições (PERUZZO JÚNIOR, 2009). A ruptura com a teoria existente no *Tractatus* representa um novo entendimento do funcionamento da linguagem, uma passagem da semântica para a pragmática.

3.2 INTRODUÇÃO A TEORIA DE WITTGENSTEIN

Ludwig Wittgenstein nasceu em Viena no ano de 1889, e morreu em Cambridge no ano de 1951. Era filho de uma família austríaca que motivava fortemente sua formação intelectual. Sua teoria foi dividida em duas fases, a primeira fase ficou conhecida como “o primeiro Wittgenstein” e a segunda fase como “o segundo ou último Wittgenstein”. Inicialmente, sua filosofia irá sofrer forte influência do pensamento de Bertrand Russell, o que resultou no seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, escrito durante a Primeira Guerra Mundial. Aqui, o primeiro Wittgenstein, desenvolve uma teoria do significado linguístico cujo objetivo é descobrir como é possível falar do mundo (CAVASSANE, 2010). No *Tractatus* ele havia sustentado que a linguagem partilha de uma estrutura lógica uniforme que só poderia ser desvelada pela análise filosófica (PEARS, 1973). A partir da teoria pictorial da frase, Wittgenstein encontra uma solução para explicar a conexão entre linguagem e mundo, em que enfatiza a importância da

estrutura lógica da linguagem na compreensão da estrutura lógica do mundo. Segundo essa teoria, as frases declarativas⁶ podem ser concebidas como figurações ou quadros capazes de representar a realidade ao nível da linguagem (COSTA, 2002).

Nesse sentido, existem os objetos do mundo real, e o conjunto desses objetos formam os fatos. Análogo a isso, a linguagem e as palavras são as formas de figuração dos objetos, que em conjunto, formam as frases. Sendo assim, as frases devem representar os fatos. Wittgenstein (1968) acreditava que “os limites da linguagem definem os limites do mundo”. Para ele, só é possível pensar e expressar fatos logicamente possíveis: assim como a forma lógica dos objetos constitui os fatos da realidade, a forma lógica das palavras determina quais delas podem constituir frases com sentido. Portanto, nesta perspectiva, a linguagem afigura os fatos, e somente por meio da análise lógica das frases é possível chegar ao pensamento contido na frase (CAVASSANE, 2010).

A discussão que circunscreve esta fase inicial está presente na tese do indizível, que expõe o radicalismo do *Tractatus*. A tese do indizível explica que todo conteúdo subjetivo, como por exemplo, os assuntos da ética, da estética e da religião, bem como as proposições da lógica e da matemática, não podem ser expressos através da linguagem (CAVASSANE, 2010). Esse conteúdo diz respeito somente à forma dos fatos e não propriamente aos fatos; um conteúdo que não é capaz de representar fatos, encontra-se além dos limites da linguagem (COSTA, 2002). Com isso, Wittgenstein escreve no *Tractatus* o seguinte aforismo: “7. O que não se pode falar, deve-se calar.” (WITTGENSTEIN, 1968, pág. 129). A construção de um conteúdo inconsistente deve ser silenciada na medida em que não pode ser expressa.

Posteriormente, o radicalismo desta concepção foi considerado limitante até mesmo pelo próprio Wittgenstein. Após a publicação do *Tractatus*, ele se distancia da filosofia e vai em busca de outros ofícios. Segundo Cavassane (2010), neste período, a maturidade e a experiência obtida na nova profissão trouxe reflexões importantes para reconhecer que sua primeira filosofia precisava ser revista. Ao retornar a Cambridge em 1929, Wittgenstein reformula suas perspectivas sobre linguagem e mundo, atentando-se para o funcionamento da linguagem ordinária. Isso significa que pensar o funcionamento linguístico implica em desconstruir a concepção de que existe apenas

⁶ As frases declarativas ocorrem quando o emissor constata um fato. Esse tipo de frase informa ou declara alguma coisa. A característica lógica fundamental dessas frases é que podem ser verdadeiras ou falsas.

uma maneira de analisar a linguagem. Percebe-se que buscar os objetos por trás da linguagem engessa a teoria em uma perspectiva semanticista. Wittgenstein surge com a ideia de que o método correto seria evitar teorização acerca da linguagem e concentrar-se em reunir fatos a propósito dela (PEARS, 1973).

No início das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein (1975) insere uma citação das *Confissões* de Santo Agostinho que aborda uma determinada imagem da essência da linguagem humana. A concepção agostiniana da natureza da linguagem afirma que as palavras designam objetos e as frases são concatenações de palavras, é essa ideia que será criticada ao longo das *Investigações* (MIGUENS, 2007). Santos e Mulianari (2013) escreveram que é importante salientar que essas definições sobre significado e objeto também fundamentaram as teses centrais dos escritos de semântica de Frege, Russell e do próprio *Tractatus* de Wittgenstein. No entanto, a partir das *Investigações*, o filósofo insere a concepção pragmática na discussão e se contrapõe à visão designativa das palavras. Ele compreende que, embora a significação e a nomeação se dêem em alguns casos do uso da linguagem, isso não se dá em todos os casos. Se a visão designativa estivesse correta para todos os casos, o processo pelo qual as palavras ganham significado seria semelhante ao ato de colar etiquetas em objetos com o nome do próprio objeto (SANTOS; MULIANARI, 2015). Colocar etiquetas nas coisas não é tudo que a linguagem é, tampouco o que ela faz, e sobretudo não é uma boa forma de resumir a essência da linguagem. Após a citação de Agostinho é possível visualizar alguns aforismos com exemplos criados por Wittgenstein, mostrando uma concepção alternativa da forma como a linguagem funciona (MIGUENS, 2007).

É na concepção de *ensino ostensivo* que Wittgenstein oferece um lugar para o conceito de significação de Santo Agostinho, uma vez que estabelece ligação associativa entre a palavra e a coisa (WITTGENSTEIN, 1975), entretanto, o ensino ostensivo é muito útil somente para uma linguagem primitiva, assim como para uma criança que está aprendendo a falar. Por exemplo, quando se quer ensinar o significado de pedra para uma criança, basta apontar para o objeto pedra e dizer “isto é uma pedra”. O que interessa aqui é ressaltar que mesmo que o processo ostensivo desempenhe um papel importante na aquisição da linguagem, o mesmo não pode ser tomado como modelo geral de significação. Além disso, é possível perceber que Wittgenstein prefere utilizar “ensino ostensivo” no lugar de “definição ostensiva”, pois, ao que parece, “ensino ostensivo” mantém relação conceitual entre significado e uso, ao passo que “definição

ostensiva” leva a crença na conexão universal entre significado e objeto (SANTOS; MULIANARI, 2015).

Na práxis do uso da linguagem (2), um parceiro enuncia as palavras, o outro age de acordo com elas; na lição da linguagem, porém, encontrar-se-á este processo: o que aprende denomina os objetos (WITTGENSTEIN, 1975, p. 16).

O segundo Wittgenstein, acreditava que o significado de uma palavra é seu uso em determinada situação, isto é, dizer o que uma palavra significa é o mesmo que dizer como ela é usada (FIGUEIREDO, 2009). A linguagem, desta maneira, é como uma nebulosa constituída de diversos locais, regiões e experiências mais ou menos aparentadas entre si, e é nesta diversidade que o filósofo deve focalizar sua atenção (COSTA, 2002). Para exemplificar, o filósofo ainda introduz no decorrer do texto um jogo de linguagem elementar: dois pedreiros trocam materiais de construção enquanto anunciam os nomes destes materiais (tijolo, lajota, colunas, etc). O que interessa nesse exemplo é destacar que, mesmo em uma linguagem tão simplificada, as palavras não podem ser reduzidas a meras designações, pois há algo além de uma ligação associativa entre palavra e coisa. As enunciações verbais dos pedreiros correspondem àquilo que na linguagem cotidiana, seriam ordens, ou seja, proposições completas (PENCO, 2006).

E poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense os vários usos das palavras ao se brincar de roda. Chamarei também de “jogos de linguagem” o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada (WITTGENSTEIN, 1975, p. 16).

Baseado em Miguens (2007), o próprio conceito de “jogo” permite a observação acerca da importância das *semelhanças de família* na instituição de conceitos. O que há em comum entre as cartas, o xadrez, o dominó, que são considerados jogos? O que existe é uma rede complicada de semelhanças⁷ e diferenças entre diversos tipos de jogos. Além do mais, não existe uma essência comum a todos os jogos, não existe nenhum conjunto de propriedades necessárias e suficientes para definir todos os jogos. Muitas vezes, várias modalidades (cartas, xadrez, dominó) de um mesmo conceito (jogo) têm

⁷A discussão sobre semelhanças também é introduzida nos estudos sobre Analogia que apresenta o raciocínio analógico como uma identificação de um sistema relacional comum entre duas situações e a geração de inferências adicionais impulsionadas por essas semelhanças. A capacidade de interpretar a semelhança entre duas situações ou eventos - é um aspecto fundamental da cognição humana (GENTNER; SMITH, 2012).

parentesco entre si como os membros de uma família. Por tudo isso, Wittgenstein fala de "semelhanças de família" por acreditar que expressões como "jogo" e muitas outras ainda exprimem conceitos que não possuem um conjunto de propriedades bem definidas (PENCO, 2006).

Conforme Penco (2006), toda linguagem é um jogo, no sentido de ser constituída por regras e pela sua aplicação (os "lances" do jogo ou "jogadas"). É por isso que Wittgenstein introduz a concepção pragmática para o entendimento da linguagem. Como em alguns jogos de tabuleiro, por exemplo, não basta designar as peças, é preciso explicar os lances, sua movimentação e sua aplicação segundo determinadas regras – assim também é no jogo de linguagem: para compreender um enunciado é necessário compreender seu *modo de uso*. Arelado a isso, existem os limites de aplicação, isto é, regras de uso das palavras. E esses limites, por sua vez, não são fixos, pois estão em constante transformação conforme o contexto.

Todavia, o significado de uma palavra pode ser explicado em inúmeros contextos distintos. É o que Wittgenstein chamou de *formas de vida*. De acordo com Figueiredo (2009), é preciso que haja um contexto social, histórico, psicológico, econômico, físico, para inferirmos o significado de um termo. Para Lampreia (1999), isso significa que a linguagem não é uma forma de representação, é algo usado em atividades humanas, e deve ser visto como uma forma de ação.

Os Jogos de Linguagem, conceito norteador das Investigações Filosóficas, liga a expressão de uma palavra ao contexto no qual é proferida. Portanto, o significado de uma expressão pode ser concebido através do seu modo de uso, determinado pelas regras de um jogo de linguagem pertencente a uma forma de vida (COSTA, 2002).

3.3 O ARGUMENTO DA LINGUAGEM PRIVADA

Em Investigações Filosóficas, nasce a ideia de Linguagem Privada. As palavras dessa linguagem referem-se ao que pode ser conhecido apenas pelo falante; às suas sensações imediatas e privadas (WITTGENSTEIN, 1975). Como por exemplo, quando dizem que a dor do outro é algo que só ele sente e que, portanto, é indescritível. Se o que sentimos não pode ser sentido pelo outro, trata-se de um objeto privado (FIGUEIREDO, 2009). Após apresentar esta ideia, Wittgenstein argumenta que não é possível existir tal linguagem. Essa contribuição foi importante para se contrapor à filosofia da mente, à

metafísica de Descartes e às versões da teoria da representação da mente que se tornaram proeminentes na ciência cognitiva do final do século XX (CANDLISH; WRISLEY, 2014). Wittgenstein tinha intenção de chamar a atenção dos filósofos para uma noção inaudita que estava presente em algumas dessas teorias e depois argumentar que ela é irrealizável.

No mentalismo, afirma-se um plano mental privado, na tentativa de solucionar o significado das palavras para as quais não conseguimos encontrar referências objetivas no mundo real. Na pragmática de Wittgenstein, uma linguagem supostamente ininteligível para qualquer pessoa, exceto o usuário original, é impossível. Uma linguagem dessa natureza precisa, necessariamente, ser ininteligível para o usuário original também, pois ele seria incapaz de estabelecer significados para seus sinais putativos (CANDLISH; WRISLEY, 2014).

Figueiredo (2009), afirma que se a teoria das sensações privadas e inacessíveis estivesse correta, não poderíamos nos referir a nossas sensações por meio de palavras que são compreendidas intersubjetivamente. Toda e qualquer palavra só adquire significado dentro de relações sociais, ou seja, uma palavra só pode surgir associada a condições publicamente acessíveis a sua aplicação. O que podemos conceber, na realidade, são regras de usos da linguagem, que surgem a depender das formas de vida em que os sujeitos estão inseridos.

Ainda com Figueiredo (2009), para que uma afirmação signifique algo, é necessário que já existam critérios para sua significação. Só é possível compreender a expressão “dor é ruim”, porque existe uma referência anterior e pública, às palavras “dor” e “ruim”. Se essas palavras não possuísem uma referência anterior, a expressão não informaria absolutamente nada. Ademais, se alguma coisa é uma linguagem, então é um fenômeno público e constituído pelo acordo dos falantes quanto ao uso dos signos (PENCO, 2006).

3.4 O DELÍRIO

O termo delírio tem origem na palavra latina *lira* que significa sulco (falha deixada na terra pelo arado), sendo assim, *de-liro* significa aquilo que está fora do sulco, isto é, fora do caminho reto da razão (BRIGGS; RINALDI, 2014). Em “História da Loucura na Idade Clássica”, Michel Foucault (1978) realiza um resgate histórico para explicar

como o discurso do louco foi se transformando em delírio ao longo do tempo. Foucault (1978), fala que antes do século XVII o delírio não era compreendido como uma perturbação dos sentidos, mas como uma imagem fantástica da experiência trágica do homem. Por esse ângulo, a palavra “delírio” se referia aos mais diversos erros de razão, sejam os do comportamento, do juízo ou da percepção (BRIGGS; RINALDI, 2014). Nas palavras de Christian Dunker (2017), a loucura, na antiguidade, era uma experiência quase divina ou transcendental – o louco era um personagem errante, uma espécie de jornalista, trazendo notícias de outros mundos. Nesse contexto, a palavra do louco tinha uma repercussão social, de alguma maneira, tinha uma função. Por isso, ele era considerado um sujeito de experiência trágica. O que acontece com a modernidade a partir do século XVII, é que o louco perde essa condição. A separação cartesiana trouxe um giro conceitual nas teorias da insanidade, e a medicina ocidental começou a considerar uma associação entre doença física e doença mental (BERRIOS, 2011).

Atualmente, o delírio aparece no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) dentro da sessão de “Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos” e é o primeiro sintoma da modalidade “Características essenciais que definem o transtorno psicótico”. Nesta modalidade, o delírio é definido como “crenças fixas, não passíveis de mudança à luz de evidências conflitantes” (AMERICAN..., 2014, p. 87). Em seguida, são apresentadas subcategorias de delírio, sendo elas: delírio persecutório, de referência, somático, religioso, de grandeza, eteromaníacos e niilistas. Ainda na mesma modalidade, segue-se mais uma afirmação acerca do delírio:

Delírios são considerados bizarros se claramente implausíveis e incompreensíveis por outros indivíduos da mesma cultura, não se originando de experiências comuns da vida (AMERICAN..., 2014, p. 87).

Surge a classificação bizarro, que por sua vez, é explicado pela ideia de manifestação incompreensível e implausível para outros indivíduos da mesma cultura. Em “Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais”, o delírio é definido como “juízos patologicamente falsos”, e ainda como “um erro do ajuizar que tem origem na doença mental” (DALGALARRONDO, 2008, p. 209). Dalgalarondo (2009), afirma que o delírio é um fenômeno primário, fato que o torna psicologicamente incompreensível e impenetrável, sendo incapaz de ser atingido pela relação intersubjetiva, pelo contato

empático entre entrevistador e entrevistado. Essa ideia é baseada nos estudos de Karl Jaspers (1997) na obra *General Psychopathology*, onde encontramos uma mudança na classificação dos delírios e suas características formais ou estruturais, bem como sua compreensibilidade. Para Jaspers, a incapacidade do psiquiatra de alcançar uma compreensão empática da experiência do paciente era o verdadeiro sinal de loucura e era o principal critério para a distinção entre delírios primários (ou ilusões propriamente ditas) e delírios secundários (ou idéias semelhantes a delírios). Jaspers afirmava que o primeiro não pode ser entendido fenomenologicamente e se origina no que ele descreve como uma transformação em nossa total consciência da realidade, enquanto o último se origina de maneiras compreensíveis a partir da experiência (PORCHER, 2016). Com Pardo e Lerner (2001) o delírio é, para a psiquiatria, uma crença imóvel, produto de construções psíquicas do paciente separadas da realidade, que governam a conduta. Ainda definiram que o “Delírio Discursivo” é um discurso fixo, impenetrável e monologista, tornando a comunicação impossível.

4 DISCUSSÃO

Será o delírio uma linguagem inacessível para outros indivíduos da mesma cultura? Tanto na definição do DSM-V quanto na definição de “Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais” é possível supor uma definição de delírio que admite o uso de expressões com significado privado. Para admitir essa suposição, se faz necessário voltar mais uma vez para Wittgenstein, onde se encontra uma discussão importante que é introduzida nas Investigações Filosóficas. Criou-se, com a linguagem, a ilusão de que é possível apenas conhecer nossas próprias experiências de um modo que ninguém mais pode conhecê-las. Quando esse discurso está no campo do delírio, as definições que são apresentadas, confirmam essa afirmação. Para Figueiredo (2009), essa leitura tradicional limita o raciocínio filosófico e leva-nos a uma impossibilidade lógica. Sabe-se, também, que a comunicação entre os jogos de linguagem é constituída pelo acordo entre o falante e o ouvinte: se não há acordo, não há comunicação. Mesmo não havendo comunicação entre um sujeito que delira e um sujeito que não delira, a existência de uma linguagem privada ainda não seria admitida. O que ocorre, na realidade, é apenas a existência de um não-acordo entre o falante e o ouvinte. Compreendendo o jogo de linguagem em que o delírio está inserido, ou seja,

compreendendo o contexto histórico, o modo de uso, a forma de vida e o conjunto de atividades com as quais esta linguagem está interligada (Wittgenstein, 1975), talvez esse acordo possa ser estabelecido.

Partindo dessa perspectiva, conforme Silva e Rudge (2017), é possível pensar os diversos campos de saber e suas teorias como jogos de linguagem, ou seja, práticas discursivas que serão dotadas de sentido de acordo com o contexto. Entretanto, percebe-se que alguns discursos científicos parecem ignorar, ou simplesmente dão pouca relevância, à função pragmática da linguagem, o seu valor prático e a sua função nas práticas sociais humanas. Por mais que o delírio represente uma fuga das regras estabelecidas de um determinado jogo de linguagem, designá-lo como algo que não se origina de experiências comuns da vida (DSM-V, 2015), determiná-lo como sendo incapaz de ser atingido pela relação intersubjetiva (DALGALARRONDO, 2008) e caracterizando-o como fixo, imutável e impenetrável, é oposto a tudo que Wittgenstein propõe na construção do argumento contra a Linguagem Privada.

5 CONCLUSÃO

Com a contribuição da filosofia da linguagem, das discussões epistemológicas do termo “delírio” e da teoria de Wittgenstein, visualiza-se a importância da concepção pragmática da linguagem. Tendo como objetivo verificar a existência de uma linguagem privada na definição de “delírio” contida no DSM-V, traçou-se um caminho que permitiu elucidar a teoria do Jogo de Linguagem, bem como o argumento da Linguagem Privada, todas elas presentes nas Investigações Filosóficas. Após perceber que esse conteúdo dialoga com as definições de delírio, a construção de uma análise crítica através do método pragmático foi realizada. A forma como este termo é usado na leitura psiquiátrica do DSM-V, permitiu que a hipótese fosse confirmada: a definição de Delírio no DSM-V possui conteúdos que expressam uma espécie de Linguagem Privada.

Ainda que o conhecimento gerado pelo DSM-V e pela filosofia da linguagem consistam em pontos de vista completamente distintos, não podemos esquecer que esses conhecimentos revelam a tentativa de construir um sentido sobre algo. Contudo, mesmo que o delírio seja uma expressão particular da forma de vida do sujeito, não está desvinculado do contexto, dos sentidos linguísticos que antecipam e constroem a realidade da doença, do afeto, da sensação (Silva e Rudge, 2017). A contribuição que a

teoria do segundo Wittgenstein traz para a leitura desse fenômeno é notória. A possibilidade de pensar o sintoma psicótico sob a perspectiva pragmática é pensar de que modo ele funciona e que uso o sujeito faz dele. Para isso, os jogos de linguagem estão aí para dizer que as possibilidades de significação são sempre variadas.

Essa constatação é pertinente para a construção de um olhar crítico perante o conhecimento cartesiano ainda vigente nos estudos científicos. Compreender o delírio como um Jogo de Linguagem pode contribuir para a humanização nas práticas de saúde mental, uma vez que, sendo o delírio uma linguagem inacessível e incompreensível para os indivíduos da mesma cultura, a motivação para se aproximar destas realidades tornam-se cada vez mais escassas. Isso, também, poderia contribuir para derrubar estigmas relacionados à loucura na sociedade e, por fim, fomentar pesquisas futuras.

REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5)**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BERRIOS, German E. Delirium e confusão mental no século XIX: uma história conceitual. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 1, 2011.

BRIGGS, Raquel; RINALDI, Doris. O sujeito psicótico e a função do delírio. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 17, n. 3, 2014.

CAVASSANE, Ricardo Peraça. A crítica de Wittgenstein ao seu "Tractatus" nas "Investigações Filosóficas". **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 10, n. 2, 2010.

CANDLISH, S.; WRISLEY, G. Private Language. **Stanford Encyclopedia of Philosophy** (FALL 2014 Edition) Edward N. Zalta (Ed.), URL= <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/private-language/>>.

COSTA, Claudio Ferreira. **Estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

COSTA, Claudio Ferreira. **Filosofia da Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DUNKER, Christian. **A diferença entre loucura e psicose | christian dunker**. 2017. (8m25s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jFPY7VPGGrE>>. Acesso em: 25 set. 2018.

FIGUEIREDO, Nara Miranda de. **Estudo sobre regras e linguagem privada. A**

divergência de interpretações sobre a noção de regra nas Investigações Filosóficas. 2009. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
FOUCAULT, Michel. História da loucura. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREGE, G. El pensamiento. In: _____. **Escritos lógico-semánticos**. Madrid: Editorial Tecnos, 1974. p. 138-139

FREGE, G. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. **Bedeutung, Vandenhoek e Ruprecht in Goettingen**, 1969.

FREGE, Gottlob. **Lógica e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

GENTNER, D.; SMITH, L. Analogical reasoning. In V. S. Ramachandran (Ed.) **Encyclopedia of Human Behavior** (2nd Ed.) Oxford, UK: Elsevier. 2012. pp. 130-136.

HEBECHE, Luiz. **O mundo da consciência**: ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HINTIKKA, Jaakko. **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

JASPERS, Karl. **General psychopathology**. JHU Press, 1997.

LAMPREIA, Carolina. Linguagem e atividade no desenvolvimento cognitivo: algumas reflexões sobre as contribuições de Vygotsky e Leontiev. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 12, n. 1, 1999.

MIGUENS, Sofia. **Filosofia da linguagem: uma introdução**. Universidade do Porto, 2007.

MORENO, Arley Ramos. **Wittgenstein**: aspectos pragmáticos. Campinas: UNICAMP, 2007.

MORENO, Arley Ramos. **Wittgenstein**: como ler o álbum?. Campinas: UNICAMP, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PARDO, María Laura; LERNER, Beatriz. El discurso psicótico: una vi sión multidisciplinaria desde la lingüística y la psiquiatria. **Revista signos**, v. 34, n. 49-50, p. 139-147, 2001.

PEARS, David. **As ideias de Wittgenstein**. São Paulo: Cultrix, 1973.

PENCO, Carlo. Introdução à filosofia da linguagem. **Petrópolis: Vozes**, 2006.

PERUZZO JÚNIOR, Léo. O conceito de filosofia segundo Wittgenstein. **Kalagatos**: Revista

de Filosofia, v. 6, n. 11, p. 91-107, 2009.

PORCHER, José Eduardo. The classification, definition, and ontology of delusion. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 19, n. 1, p. 167-181, 2016.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. Florianópolis: Home University Library, 1912.

SANTOS, Jorge Augusto da Silva; MULINARI, Filicio. A crítica de Ludwig Wittgenstein nas Investigações filosóficas ao paradigma agostiniano de linguagem. **XIII Congresso Internacional de Filosofia Medieval**, 11, 2011, Vitória, 2013.

SILVA, Ana Carolina; RUDGE, Ana Maria. Construindo a noção de sintoma: articulações entre psicanálise e pragmática. **Psicologia USP**, v. 28, n. 2, 2017.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Aulas e Conversas**. Lisboa: Edições Cotovia, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril cultural, 1975. (Os pensadores).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução : J. A. Giannotti. São Paulo/SP : Cia Ed. Nacional/EDUSP. 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia**. 2. ed. Oxford: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

O IMPACTO DO TRABALHO NO ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO: UMA BREVE SISTEMATIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Raissa Pâmella Teotonio da Cunha¹

Karina Carvalho Veras de Souza²

RESUMO

O presente estudo propõe realizar uma breve revisão bibliográfica acerca dos impactos do trabalho na saúde mental dos profissionais da segurança pública. À vista disso, para elencar os desafios vividos pelos profissionais, utilizou-se do aporte teórico da Psicodinâmica do trabalho (PdT). A pesquisa foi sistematizada nas seguintes categorias: Dinâmica social e a organização do trabalho da segurança pública; Repercussões do trabalho policial à saúde física e mental; Psicodinâmica e o prazer e sofrimento dos policiais.

Palavras-chave: Trabalho. Segurança pública. Saúde mental. Polícia. Psicodinâmica.

THE IMPACT OF WORK ON THE PSYCHIC ILLNESS OF PUBLIC SAFETY PROFESSIONALS FROM THE PERSPECTIVE OF PSYCHODYNAMICS OF WORK: A BRIEF BIBLIOGRAPHIC SYSTEMATIZATION

ABSTRACT

The present study on planning carries out a brief bibliographic review of the impacts of work on the mental health of public security professionals. In view of this, to list the challenges experienced by professionals, the theoretical contribution of Psychodynamics of work (PdT) was used. The following research was systematized in the following categories: Social dynamics and the organization of public security work;

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN).

² Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN).

Repercussions of police work on physical and mental health; Psychodynamics and the pleasure and suffering of police officers.

Keywords: Work. Public security. Mental health. Police. psychodynamics

1 INTRODUÇÃO

O sofrimento humano pode estar associado ao processo laboral e, para tanto, se faz necessário compreender suas causas a fim de modificá-lo e reorganizar contingências mais favoráveis ao processo de trabalho (MOURA, 2019). Moura (2019) argumenta que a saúde mental do trabalhador deve ser tratada com atenção para evitar patologias provenientes da atividade laborativa na qual está inserido. Nesse sentido, uma delas ganha destaque pela representação e necessidade social: os profissionais da área de Segurança Pública.

Segundo Porto (2004) e Souza e cols. (2007), o cotidiano da atividade policial pode gerar sofrimento psíquico em razão da contínua pressão pela qual esses profissionais passam. Diante disso, a questão que norteia o estudo encontra-se voltada para a problemática: Quais os fatores predisponentes no ambiente de trabalho que afetam a saúde mental dos profissionais da área da Segurança Pública?

O anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 apontou que, em 2018 teve uma redução de mortes de policiais civis e militares em serviço, com relação a 2017, no entanto mais policiais foram vítimas de suicídio comparado a quantidade que morreu em decorrência de confrontos nas ruas. Dessa forma, o presente estudo propõe realizar uma breve revisão bibliográfica acerca dos impactos do trabalho na saúde mental dos profissionais da segurança pública. À vista disso, para elencar os desafios vividos pelos profissionais, utilizou-se do aporte teórico da Psicodinâmica do trabalho (PdT), pelo fato de considerar o protagonismo das organizações do trabalho nas vivências dos trabalhadores, sejam elas positivas ou negativas.

Dessa forma, foi possível observar uma categoria dentro da segurança pública que mais aparece nas pesquisas: o policial militar. Isto posto, o presente estudo se torna relevante por diversas razões. Em primeiro lugar, entender os fatores predisponentes no âmbito da profissão de segurança pública que podem afetar a saúde mental desses trabalhadores. Em seguida, refletir sobre o exercício da atividade laboral e produção de

saúde/sofrimento. E, por último, ressaltar a importância de pesquisas que busquem a compreensão dos atravessamentos importantes dessa atividade incluindo os próprios trabalhadores, abrindo a possibilidade de reflexão dos sujeitos e ressignificação do sofrimento.

2 METODOLOGIA

Este estudo exploratório foi estruturado como um levantamento bibliográfico do tipo narrativa, de pesquisas e de publicações científicas por pesquisadores brasileiros e divulgado em banco de dados nacional - Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para o levantamento, foram estabelecidas buscas que contemplassem os campos de ciências da saúde e ciências humanas e sociais em publicações aplicadas no período entre 2010 e 2020.

Desse modo, procurou-se discutir um conjunto de produções acadêmicas no campo da perspectiva da psicodinâmica do trabalho acerca dos impactos do trabalho sobre a saúde mental dos profissionais de segurança pública no Brasil. Para tanto, foram utilizados em pesquisas delimitadas a produções nacionais os descritores: trabalho, segurança pública, saúde mental, polícia, psicodinâmica.

Os artigos foram escolhidos por meio de uma leitura prévia dos seus títulos e resumos com o intuito de separá-los daqueles que se diferenciavam do escopo do trabalho em segurança pública e das repercussões em saúde mental por esta atividade. Após a seleção, os artigos foram lidos em sua integralidade e sistematizados nas seguintes categorias: Dinâmica social e a organização do trabalho da segurança pública; Repercussões do trabalho policial à saúde física e mental; Psicodinâmica e o prazer e sofrimento dos policiais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 DINÂMICA SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública brasileira está ligada a diversos agentes e corporações e possui como principal objetivo oferecer medidas de segurança à população. É um processo complexo, sistêmico e abrangente que é exercida para a preservação da ordem

pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais (Art. 14, Constituição Federal, 1988). Nesse estudo foi possível observar um órgão dentro da segurança pública que mais apareceu nas pesquisas: as polícias militares.

Diante disso, vários fatores relacionados ao bem-estar do cidadão se encontram como funcionalidade de tais profissionais, demandando em um nível de complexidade cada vez maior, uma vez que diversos conflitos gerados na sociedade exigem uma política administrativa para que haja um equilíbrio social. Tal equilíbrio é encontrado como um dos objetivos das políticas públicas de nossa sociedade, procurando a formulação de prevenção social e de prevenção criminal no âmbito da segurança pública (GRISOSKI & SILVA, 2020).

Diversas questões permeiam o trabalho do profissional de segurança. O medo constante de errar, conviver simbioticamente com o risco de trabalho e na região onde reside, possibilidade de ser morto no momento da folga, jornada de trabalho extenuante, sensação de desvalorização da profissão por distanciamento social, estigma de truculência e de abusos de poder no exercício profissional são um dos agravamentos mais comum do exercício profissional de quem atua no âmbito da segurança pública. A dinâmica de trabalho desses profissionais podem favorecer uma atuação profissional insegura de servidores do setor e adoecimentos físicos e psicológicos, afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho e repercussões duradouras na vida pessoal, familiar e social (FUTINO & DELDUQUE, 2020).

No que se refere à polícia militar, a corporação caracteriza-se por desempenhar o policiamento ostensivo fardado como força pública para executar funções, como: garantir a ordem nos estados, atuar de maneira preventiva ou repressiva, prevenir ou reprimir graves perturbações e assegurar às instituições. No entanto, o acúmulo de atribuições de responsabilidade à Polícia Militar levanta questões sobre a aplicabilidade da organização do trabalho policial perante o contexto social vigente. Dessa forma, as reflexões em torno dessa questão são fundamentais, sobretudo, quando estão interligadas aos impactos desses fatores na saúde mental do profissional de segurança (MOURA, 2019).

4 REPERCUSSÕES DO TRABALHO POLICIAL À SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Os estudos sobre a relação da saúde mental com o trabalho, em diversas profissões, ainda são recentes no cenário científico brasileiro, trazendo como consequência poucas ações preventivas e corretivas para o tema em questão. No tocante à correlação entre o trabalho policial e a saúde mental, o número de pesquisas ainda é incipiente, muito embora tenha-se notado um crescimento do interesse sobre a temática tanto por parte da corporação como pelas universidades (MOURA, 2019).

Em relação ao policial militar, os poucos estudos, no Brasil, conforme apresentado por Moura (2019), podem estar ligados a dois motivos: a influência histórica do regime militar brasileiro, que ainda permeia e silencia os fenômenos que envolvem as práticas desses trabalhadores, e aos princípios de hierarquia e disciplina, que mantém a lógica de preservação de interesses da Corporação. Desse modo, estes fatores seriam as causas que mais influenciam a profissão do policial militar a ser a menos estudada no país e, também, podem corroborar no adoecimento físico e psíquico desses profissionais.

Nesse sentido, Silva e Vieira (2008) relatam que a atividade da polícia militar é considerada como “desumana” por parte dos próprios profissionais, por exigir que os profissionais exerçam um grande número de atividades ao longo de sua atividade laboral. Paulino; Lourinho (2014 apud Moura, 2019) apontam que os fatores predisponentes para um desequilíbrio na saúde mental dos policiais militares podem iniciar ainda no curso de formação, quando os profissionais são condicionados a manter um comportamento disciplinado, organizado e resistente a pressões físicas e psicológicas, tendo, de forma indireta, a exigência da necessidade de ter controle dos sentimentos e emoções, de modo a construir uma indiferença emocional perante à realidade de violência e brutalidade.

Quanto aos mecanismos disciplinares, Silva e Vieira (2008 apud Moura, 2019) também corroboram com a discussão. Os autores afirmam que tanto na organização do trabalho, quanto da fragmentação e a forma como tais relações conjugam-se, podem gerar implicações na saúde mental dos militares e refletir na incidência de estresse, suicídio, depressão e alcoolismo.

Grisoski; Silva (2020) indicam que outra área que pode produzir adoecimento, prejudicando tanto o desempenho profissional quanto o desempenho pessoal dos

sujeitos é a carga horária que deve ser cumprida nos dias de trabalho por profissionais atuantes no campo da Segurança Pública. Além disso, as autoras mencionam ainda que a sobrecarga de trabalho, muitas vezes sem direito ao descanso e sem pagamento de taxas de hora extra, torna-se um forte requisito para questões de adoecimento, tanto mental quanto físico.

Ademais, as pesquisadoras ainda evidenciam que o trabalho do policial militar, repercute sobre a saúde física e mental do trabalhador, constatando que o cansaço, sono e a falta de tempo de lazer com a família, devido a falta de horários fixos para exercerem suas funções são fatores que prejudicam a qualidade de vida (GRISOSKI & SILVA, 2020). Além disso, Minayo; Souza; Constantino (2007, apud Moura, 2019) apresenta que o ambiente de trabalho perigoso, a longa jornada de trabalho, a dificuldade de ascensão profissional, o contato direto com o público, somados à convivência com o sofrimento alheio e problemas de natureza familiar, podem estar relacionados com distúrbio psíquico.

Sendo assim, em função da especificidade do seu trabalho, os profissionais da segurança pública, especificamente os policiais militares, são alvos de ameaças e perseguições, acarretando os riscos com os quais estão submetidos diariamente. Minayo; Souza; Constantino (2007, apud Moura, 2019) menciona que por se tratar de uma atuação profissional perigosa e exclusiva, é interessante para recompor as energias físicas e mentais, que esse trabalhador desfrute de um ambiente familiar saudável e horas de repouso e lazer.

Segundos dados comparados de 2017 em relação a 2015, divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra que o Brasil tem a polícia que mais mata no mundo - a letalidade policial aumentou 25,8% -, mas também a que mais morre - 17,5% a mais do que em 2015. Futino; Delduque (2020), afirmam que isto pode favorecer uma atuação profissional insegura de servidores do setor e outras repercussões, como adoecimentos físicos e psicológicos, afastamento por doenças relacionadas ao trabalho e repercussões duradouras na vida pessoal, familiar e social.

Por conseguinte, num grau extremo dos impactos na saúde mental do trabalho em segurança pública, chamam atenção os estudos sobre ideação suicida no segmento. As pesquisas apontaram que no Brasil, um trabalho consistente com policiais do Rio de Janeiro encontrou associação do suicídio com insatisfação com a corporação, transferências de local de trabalho sem consentimento ou aviso prévio, baixo nível de

sociabilidade e de confinação interpessoal, além de problemas de sono e de depressão (PEREIRA, MADRUGA & KAWAHALA, 2019).

5 PSICODINÂMICA E O PRAZER E SOFRIMENTO DOS POLICIAIS

A organização do trabalho na Psicodinâmica do trabalho pode se constituir em fonte de prazer e/ou sofrimento, na medida em que as relações e condições de trabalho sejam favoráveis ao prazer ou desencadeadoras de sofrimento/adoecimento (MARÇAL & SCHLINDWEIN, 2020). Assim, o trabalho torna-se responsável pelas consequências penosas ou favoráveis para o funcionamento psíquico do trabalhador, uma vez que o indivíduo pode vivenciar situações de prazer e/ou de sofrimento no contexto do trabalho.

Nesta perspectiva, o trabalho é um dos responsáveis pela construção da identidade, estruturação das funções psíquicas, das relações sociais, da subsistência e da qualidade de vida dos sujeitos. No entanto, o trabalho está em constante transformação e pode ser uma fonte de prazer e ao mesmo tempo sofrimento, ressonando na saúde dos indivíduos (MARÇAL & SCHLINDWEIN, 2020).

Conforme estudo realizado por Ferreira (2016, apud Marçal e Schlindwein, 2020) com 13 policiais do Distrito Federal/DF, foi possível constatar que os próprios elementos organizacionais do trabalho somados às histórias de vida de cada indivíduo estabelece pressões que geram impactos na vida desses profissionais. O autor acredita que a exposição aos riscos inerentes à atividade policial e a falta de reconhecimento social pode causar desequilíbrio psíquico e afetar a subjetividade do profissional.

A falta de condições adequadas de trabalho é um dos elementos destacados nas reflexões sobre a organização do trabalho para a psicodinâmica e o prazer e sofrimento dos policiais, trazendo como um fator que gera sofrimento/adoecimento dos profissionais da área da segurança pública. No entanto, é possível identificar, a partir dos estudos de Machado, Traesel e Merlo (2015, apud Marçal e Schlindwein, 2020) que as vivências da atividade laboral como servir à população, ser útil, cumprir com as demandas solicitadas são fontes de prazer no trabalho.

Por fim, foi possível perceber a partir dos estudos de Marçal e Schlindwein (2020) que existe uma relação direta entre as condições de trabalho e as vivências individuais e coletivas dos trabalhadores. Dessa forma, maiores são as chances de

sofrimento/adoecimento dos profissionais quando são submetidos às condições precárias e a presença do sentimento de prazer quando estas condições proporcionadas pela organização do trabalho são favoráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisados apontaram para duas principais categorias que implicam diretamente nos fatores que impactam a saúde psíquica e física dos profissionais da segurança pública: a primeira são característica da organização do trabalho, evidenciando as pressões, a falta de reconhecimento da corporação e da comunidade, o estresse do cotidiano de trabalho e a falta de investimentos em ações de promoção de saúde para os profissionais; e a segunda está relacionada com as suas condições de trabalho, que implicam diretamente na falta de treinamento, recursos insuficientes, baixa remuneração, alta carga horária e grande exposição aos riscos.

Nesse sentido, são fatores que geram sofrimento e repercussões na saúde física e mental dos policiais, impedindo-os de exercerem suas atividades com qualidade, demonstrando que o presente levantamento bibliográfico reforça a relação causal entre a atividade policial e os seus impactos danosos à saúde física e mental desses trabalhadores. No entanto, o estudo também apresentou uma reflexão acerca do exercício da atividade laboral e produção de saúde/sofrimento.

Para tanto, foi possível observar a existência da relação direta entre as condições de trabalho e as vivências individuais e coletivas dos profissionais. O trabalho é um dos fatores estruturantes dos sujeitos, e está presente em grande parte da vida dos indivíduos, porém o próprio trabalho traz instabilidade ao bem-estar do ser humano, provocando sofrimento/adoecimento quando submetidos a vivências negativas e sentimentos de prazer quando as condições de trabalho apresentam-se como favoráveis.

Diante do exposto, os policiais enfrentam a criminalidade de perto e estão vivenciando as consequências das transformações contemporâneas, da falta de reestruturação no país e principalmente da falta de investimentos na segurança pública. Dessa forma, é possível identificar a necessidade de reformas no âmbito da segurança pública que garantam maior segurança à população e melhores condições de trabalho aos profissionais da área. Ademais, ressalta-se a importância de estudos busquem a compreensão dos atravessamentos da atividade laboral na vida do trabalhador.

REFERÊNCIAS

- FUTINO, R. S.; DELDUQUE, M. C. Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, [S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 116–134, 2020. DOI: 10.17566/ciads.v9i2.632. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/632>. Acesso em: 15 maio. 2021.
- GRISOSKI, D. C.; DA SILVA, P. M. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES: Uma Análise da Saúde no Trabalho. *Perspectivas Contemporâneas, [S. l.]*, v. 15, n. 1, p. 92–114, 2020. Disponível em: <http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3042>. Acesso em: 15 maio. 2021.
- Guimarães, Liliana Andolpho Magalhães, Laudelino, Alessandra e Massuda, João Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]*. 2020, v. 45 [Acessado 22 Agosto 2021] , e8. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618>>. Epub 20 Jul 2020. ISSN 2317-6369. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618>.
- MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel. PRAZER E SOFRIMENTO NA POLÍCIA MILITAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Trabalho em Cena*, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/8244>. Acesso em: 15 de maio de 2021.
- MOURA, Simone Vivian de. OS IMPACTOS DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR. *Rev. Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública*, 2019. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/793>. Acesso em: 15 de maio de 2021.
- NUMMER, F.; CARDOSO, I. ESTIGMA DO ADOECIMENTO NA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. *REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO, [S. l.]*, v. 1, n. 49, p. 227–245, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n49.34999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/34999>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre , v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 15 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>.
- Pelegrini, Andreia et al. Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. *Cadernos Brasileiros de*

Terapia Ocupacional [online]. 2018, v. 26, n. 02 [Acessado 22 Agosto 2021] , pp. 423-430. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160>>. Epub Apr-Jun 2018. ISSN 2526-8910. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160>.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cafajeste. saúde colet.** , Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, pág. 500-509, dezembro de 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2020000400500&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 de maio de 2021. Epub 16 de dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1414-462x202028040562> .

Silva, Maurivan Batista da e Vieira, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saúde e Sociedade [online]. 2008, v. 17, n. 4 [Acessado 22 Agosto 2021] , pp. 161-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>>. Epub 09 Jan 2009. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>.

OS DESAFIOS DO DISCENTE TRANSGÊNERE NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO À LUZ DOS ESTUDOS QUEER

Luke Ribeiro Mazzei França Barros¹

RESUMO

A comunidade transgênera encontra desafios e tabus em toda a sua trajetória, a contar com o momento que se identifica não condizente com o gênero imposto ao nascer. Pressupõem-se que as escolas brasileiras deveriam ter uma perspectiva transformadora com o objetivo de emancipação e libertação dos sujeitos, entretanto acabam apenas transmitindo saberes científicos, executando uma prática de educação com base em uma norma binária e transfóbica. Diante disso, observou-se que o uso do nome social dentro do âmbito escolar, apesar de ser garantido, não é respeitado. A proibição e o não entendimento da utilização do banheiro, demonstra o não preparo da instituição para lidar com corpos *queers*. Ademais, as aulas de educação física reforçam o modelo binário feminino e masculino e suas consequências para sujeitos cis ou trans. As categorias evidenciam o cisheteroterrorismo e suas intimidações em produção de subjetividades a partir do padrão cisheteronormativo.

Palavras-Chave: Transexualidade. Escola. Queer.

THE CHALLENGES OF TRANSGENDER STUDENTS IN THE BRAZILIAN SCHOOL ENVIRONMENT IN THE LIGHT OF QUEER STUDIES

ABSTRACT

The transgender community faces challenges and taboos throughout its trajectory, starting at the moment they do not identify themselves according to the imposed gender at

¹ Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

birth. It is assumed that Brazilian schools should have a transformative perspective, aiming emancipation and freedom to the queer community. However, these institutions end up teaching only scientific knowledge, implementing an educative practice based on a binary and transphobic standard. That said, despite being guaranteed it was observed that the use of the social name within the school environment is not respected. The prohibition and misunderstanding about using of the bathroom demonstrates the institutions' unpreparedness to deal with queer bodies. In addition, Physical Education classes reinforce the female and male binary model and its consequences for cis or trans people. Categorizing shows cisheteroterrorism and its intimidation in the production of subjectivities from the cisheteronormative standard.

Keywords: Transsexuality. School. Queer.

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo de nós nascermos, nosso sexo e gênero são impostos a partir de uma genitália. É a partir de uma ultrassonografia que irão definir toda a trajetória de vida com “É um menino!” para fetos com pênis ou “É uma menina!” para fetos com vagina. A partir do momento que a genitália é identificada, todas as expectativas e ideias são geradas e controladas pela família e sociedade ao longo da nossa vida, desde uma escolha de roupa, de brinquedo, de profissão, de personalidade e até mesmo de orientação sexual. Esse controle pautado em um modelo biomédico sobre os corpos atravessa as relações de tal modo que se a pessoa destoar desse padrão cisheteronormativo comumente será vista como estranha e marginalizada.

Bento (2003, p.550), aponta que as interpelações utilizadas ao longo da nossa vida são tecnologias que acabam produzindo corpos sexuais. “Quando se diz, menino/a, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital.” (BENTO, 2011, p. 551). Logo, dentro desse contexto de sociedade, pessoas que não se identificam com o sexo e gênero obrigatório ao nascimento

ao longo de sua trajetória de vida, ultrapassam a discussão da normalidade e intercambiam entre os gêneros, seja de modo binário ou não, desafiando as normas de gêneros impostas. A transgeneridade² para além de uma mudança de sexo e gênero compulsório é o atravessamento das categorias binárias homem e mulher, mesmo que por vezes a performatividade seja a partir do padrão heteronormativo.

Segundo Franco (2018, p. 470), quando essa cisheteronormatividade é desafiada, as tecnologias dos discursos desencadeiam em preconceito e ódio, em específico a transgenerefobia, podendo culminar em agressões físicas, psicológicas e institucionais, trazendo danos irreversíveis para os sujeitos a que são direcionadas.

A escola como transformadora e com o objetivo de emancipação e libertação preparando o sujeito a uma sociedade democrática (REIS, 2012, p. 01), deveria ter como os quatros pilares da educação:

(...) **aprender a conhecer**, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes. (...) (UNESCO, 1998, p.89, grifos do autor).

Mas será que esses quatro pilares são desenvolvidos dentro desse próprio ambiente escolar brasileiro? Será que a instituição escola consegue lidar com as transposições da transgeneridade?

Sendo a escola espaço também de reproduções da cisheteronormatividade, os alunos que não se enquadram nesse modelo, acabam sendo expostos a uma série de negligências que atravessam os seus corpos. Segundo Bento (2008), a instituição escolar não tem capacidade para lidar com as múltiplas existências de ser, inclusive a transgeneridade, e por isso é uma das principais instituições que atuam como guardiãs das normas de gênero. Essa afirmação é consonante com as pesquisas feitas por Amorim (2018) e Junior e Maio (2016).

² Não utiliza-se o termo transexualidade ou transgênero, pois a ideia central da transgeneridade é transpassar o conceito que criamos de gênero para abarcar muito mais do que eixos específicos médicos. Essa nomenclatura perpassa por pessoas que se identificam como homem ou mulher trans, mas também que não se identificam em nenhuma dessas duas categorias. A transgeneridade inclui todo o espectro das transgeneridade, abarcando toda a categoria T dentro da sigla LGBTQIAP+ (NERY, 2015).

que relatam, através de entrevistas, as dificuldades de inserção e estabelecimento de pessoas transgêneres dentro do ambiente escolar brasileiro.

Desse modo, podemos chegar à conclusão de que o relatório da UNESCO (1998), é utópico, pois o que na prática encontramos é um aprender a conhecer o que já é normativo, aprender a fazer e praticar a transgenerofobia, aprender a viver juntos com pessoas que performam o padrão de gênero binário de nascença e aprender a ser cisheteronormativo para assim reproduzir dentro e fora do ambiente escolar.

Dentro de uma sociedade com padrões cisheteronormativos, o ambiente escolar se adapta com a forma do cisheteroterrorismo, a qual transforma esses modelos latentes, podendo até mesmo ocasionar em uma expulsão compulsória³. Apesar de muitos teóricos usarem o termo homofobia para caracterizar a exclusão de sujeitos que destoam qualquer padrão de gênero a partir de uma sexualidade ou de uma identidade que transiciona, agrupando toda a comunidade LGBTQIAP+, por vez acaba excluindo as transgeneridade e seu caráter que difere de uma homofobia no seu sentido próprio de significado. Utilizar o termo cisheteronormativo enquadra aspectos de existência e não só de atração física, assim como utilizar o conceito cisheteroterrorismo dentro do ambiente escolar demonstra pensarmos em muito além do preconceito prático dentro de um contexto específico, mas demonstra em seu termo, a sensação de ser alvo de repetitivos ataques, corroborando com o significado da palavra terrorismo.

A expulsão compulsória pode ser última consequência dentro de uma série de negligências institucionais da caminhada de uma pessoa transgênera do espaço escolar brasileiro. Os relatos encontrados na pesquisa de Peres remetem ao ápice do sofrimento psíquico e físico, em que se compreende o cisheteroterrorismo e a expulsão compulsória ditado por uma mulher trans:

Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: 'seu viado', vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se

³ Utiliza-se o termo expulsão compulsória, pois os indivíduos não escolherem sair da instituição por uma escolha, mas uma obrigatoriedade compulsória devido as condições de saúde mental e física.

requebrando'. Quando eu via aquele guri eu entrava em pânico e pensava: meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo? Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu ainda aguentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola. (PERES, 2009 p. 252)

Levando em conta a condição que o alune transgênera passa dentro do ambiente escolar brasileiro, quais serão as negligências institucionais que perpetuam o heteroterrorismo? Que obstáculos institucionais há na trajetória do discente transgênera no ambiente escolar brasileiro que tem em potencial a expulsão compulsória disfarçada de evasão escolar?

A partir desses questionamentos, o presente artigo tem como objetivo identificar que dificuldades institucionais o aluno transgênera enfrenta no espaço escolar brasileiro, apontando os desafios do processo da transgeneridade dentro do contexto escolar e descrevendo os conceitos que entrelaçam o campo transgênera e seus possíveis desdobramentos.

Faz-se importante o presente estudo a fim de compreender e problematizar o acolhimento, invisibilidade e a escassez de recursos institucionais para evitar o sofrimento escolar causado no discente transgênera no âmbito educacional brasileiro a partir de estudos queers. Discussões e debates sobre transição do alunado já ocorrem nesse espaço, porém, apenas em “situações problemas” a qual, na maioria das vezes, julga e infringe direitos da criança, do adolescente e do próprio ser humano. Por esse motivo, o estudo objetiva causar reflexão sobre o tema a partir da compreensão do processo e apontamento de alguns cenários, para suscitar práticas possíveis de prevenções realizadas pela equipe educacional e alunos, além da garantir direitos para a comunidade transgênera.

2 EXERCÍCIO DO NOME SOCIAL

O nome é a interpelação da pessoa no mundo, pois a partir dele identificamos o sujeito como próprio de si e a força de ser quem a pessoa é. Cotidianamente, somos chamados por nossos nomes, seja onde moramos, estudamos ou trabalhamos. Mas será que há pessoas que não se reconhecem com tal nome? Não por uma questão de gosto e opção,

mas por toda história e definição de pronomes que são desdobrados para definir o indivíduo.

O nome social⁴ é caracterizado pelo nome escolhido dentro do contexto social pela pessoa que se identifica como transgênera, seja a partir de uma visão binária de sujeito ou não. Por outro lado, o nome de registro é o nome que é registrado comumente desde o nascimento, escolhido pelos pais ou responsáveis da criança. Logo, o nome social é de extrema importância para pessoas transgêneras, pois é a partir dele que haverá a constatação da pessoa ser o que sempre foi para os outros a partir do que ela se identifica, e não do que foi imposto. Com o uso do nome social respeitado e garantido, outros tipos de desdobramentos acontecerão, como o uso do pronome masculino, feminino ou neutro. Devido a isso, dentro do movimento transgênera, a luta pelo nome social em todos os espaços é de grande relevância, pois é uma garantia de direitos para a pessoa ser reconhecida pela sociedade da forma como lhe reconhece interna e externamente.

Dentro do ambiente escolar, a utilização do nome social desde o ano de 2017 é tema de debate no Ministério da Educação (MEC) a partir do Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 sobre a normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica e garantida como direito pela Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 definindo o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Apesar da legislação ter sido regulamentada, será que ela é cumprida? Há fiscalização? Dentro de uma sociedade cisheteronormativa, as escolas têm conhecimento da regulamentação? Será que os pais dos colegas de classe estão preparados para Joana ser chamado por João?

Apesar de ter garantia de direitos, não estamos enxergando a raiz do problema, mas o seu sintoma. Em uma sociedade permeada pela cisheteronormatividade, na maioria dos ambientes, mesmo com os direitos do uso do nome social garantidos, ele acaba não sendo respeitado, muito menos o seu pronome referenciado.

⁴ Nome social não é o que comumente denominamos de apelido, mas o nome que a pessoa se identifica a partir da sua identidade de gênero transgênera.

Em estudos por Junior e Maia (2016) vemos a resistência da grande parte da educação básica, como a da pedagoga Brida:

[...] nós temos até um caso de um aluno de terceiro ano [...] o nome é Gregório e ele gostaria de ser chamado de Melanie na formatura. Mas aí tem toda uma legislação sobre isso, ele teria que ter 18 anos pra fazer essa opção né. Então ele gostaria de ser chamado pelo nome social [...] Eu digo: 'não, você vai ter que cumprir a lei, a lei é essa, porque você não tem 18 anos ainda. Não tem como a gente fazer isso pra você na formatura. (JUNIOR & MAIA, 2016, p. 165)

A base de fundamento para a não respeitarem Melanie por seu nome não é apenas por uma legislação, mas sim por a cisheteronormatividade ser estrutural e não ver meios de tornar que ela seja respeitada pela sua identificação e história de vida e não, simplesmente, por uma genitália classificada como masculina (pênis).

A não utilização do nome social por terceiros causa sofrimento para a pessoa transgênera, já que não se vê imersa nesse outro nome e pronome que para ela é referido. Para além, existe o constrangimento de ser exposta e o bullying que pode ser ocasionado pelo apagamento de pessoas trans nesse espaço.

3 UTILIZAÇÃO DOS BANHEIROS

Na sociedade binária cisheteronormativa utiliza-se os banheiros como uma diferenciação de categorias inventadas sobre o homem e a mulher. Porém, apesar de pensar-se que essa diferenciação foi realizada para melhor distribuir os tipos de pessoas, ao ser refletida, compreende-se que não foi criada sem uma intenção eminente. Em todos os locais, como o trabalho, escolas, universidades e espaços públicos depara-se com uma divisão do banheiro feminino para mulheres e banheiro masculino para homens. Pensando a partir da sua função útil, o banheiro foi criado para satisfação de necessidades relacionadas a evacuação e/ou urinária a fim de termos uma sociedade mais higiênica.

Para as pessoas cisgêneras, entrar no banheiro com separação binária e utilizá-lo é mais que comum, porém, para a comunidade transgênera é um conflito interno enorme,

pois muitas vezes, apesar de identificar-se ou não, como sendo de um gênero específico, os banheiros não estão atrelados as essas genitálias, mas a uma visão de mulher-vagina e homem-pênis. Devido a isso, os sanitários não estão preparados para receber esses tipos de corpos, como o exemplo de banheiros ditos como “masculinos” que só tem mictórios, logo só pessoas com pênis conseguem utilizar. Essa divisão binária é empregue para separar genitálias e assim excluir pessoas que não se enquadram nesse padrão cisheteronormativo.

Esse direito que está sendo violado repercute em falas dentro do próprio ambiente escolar, pois demonstra a não capacidade de recepção dos corpos transgêneres, já que muitas vezes essas pessoas podem ficar horas sem utilizá-lo, podendo até mesmo criar alguma patologia como a infecção urinária. A partir de uma breve análise nota-se que esse apagamento é muito mais do que não querer que essas pessoas utilizem o banheiro, mas uma exclusão compulsória em todos os espaços que se pode frequentar.

A partir da discussão da utilização dos banheiros, entende-se que o simples uso da Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 não garante esses princípios, pois o desdobramentos da garantia dos lavabos corretos não é discutido, ocorrendo então uma controvérsia, dado que o nome social é garantido, mas o toalete não. Segundo Nery (2015, p. 67), além das negações sociais de seu gênero, em que as pessoas transgêneres são submetidas, há constrangimentos e agressões por utilizarem o banheiro com que se identificam.

Em uma pesquisa de, Cruz (2011), discute-se o tema das travestis e os banheiros dentro da escola e foi realizada uma entrevista com educadores, alunos e profissionais da saúde para saber qual banheiro uma travesti deveria usar e as respostas foram as seguintes:

1. o banheiro adequado era o "dos meninos", porque *ele* tinha pênis, então tinha que usar o banheiro dos meninos;
2. o banheiro que deveria ser utilizado era o "das meninas" porque *ele* agora era mulher, se vestia como uma mulher;
3. o banheiro a ser utilizado era o "da diretora", ou "dos(as) professores(as), funcionários(as)" que significava uma proteção, porque podiam bater no(a) aluno(a) no banheiro dos meninos;
4. o banheiro a ser utilizado era o "da diretora" porque era difícil debater este tema com as famílias da escola;
5. o banheiro a ser utilizado era o "dos meninos" porque ele não podia *ferir o direito das meninas a ter privacidade*;
6. o banheiro a ser utilizado era "o das meninas" porque os meninos zombavam e podiam *bater nele*;

7. o banheiro a ser utilizado era o da diretora porque os professores/as não gostavam da ideia de vê-lo utilizando o seu banheiro;
8. ele(a) poderia usar o banheiro que quisesse (poucas pessoas com esta visão);
9. talvez precisássemos de um terceiro banheiro;
10. talvez pudéssemos ter nas escolas um banheiro só (para alunos e alunas) (poucas pessoas com esta visão). (CRUZ, 2011, p.165)

Como bem explicita, Nery (2015, p. 68), a denominação do pronome “ele” só escancara o não entendimento do que é ser uma travesti, além da compreensão já discutida do entendimento do banheiro a partir de uma genitália, pois se a travesti tem pênis logo ela deve utilizar banheiro masculino. Mas então pode-se pensar em utilização de um terceiro banheiro? A utilização do banheiro da diretora ou dos professores está mascarada pelo cisheteroterrorismo que as pessoas transgêneres enfrentam no ambiente escolar, as quais precisam ser demonstradas como “diferentes” as outras crianças e adolescentes que são cisgêneros.

O ambiente do uso do banheiro no espaço escolar depõe uma questão muito mais profunda do que um simples uso cotidiano, mas a uma exclusão de corpos que diferem do padrão cisheteronormativo e uma postura afirmativa para os demais alunos que o outro *queer* não goza de direitos básicos.

4 IMPLICAÇÕES DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nas aulas de educação física encontra-se o ápice da lógica binária, pois toda a divisão exercida na prática das aulas é pela justificativa de homens terem mais força gostando de esportes de auto impacto, consequentemente, optando pela prática do futebol, basquete e artes marciais e as mulheres que são mais frágeis, com práticas de autocuidado, como yoga, pilates e dança. Nos jogos mistos, normalmente colocam uma atividade mais recreativa como a queimada. Além de ser uma suposição machista e sexista, também é transfóbica, pois é a partir dessas afirmações que vemos que esse padrão do que é homem e mulher fica confuso, tanto para pessoas transgêneres, como para pessoas cisgêneros. Percebe-se que o efeito dessa situação pode atuar como forma de violência, pois se a premissa é que existem esportes que tem mais condições de serem exercidos por um do que por outros, demonstra-

se que pessoas que não se aliam a essa engenharia de produção de corpos normais (Berenice, 2011) sofrem por não poderem escolher o que gostariam de fazer.

Assim como nos banheiros, a problemática se estende para os vestiários nas aulas de educação física que trazem o questionamento da sua utilização, de um lugar que, aparentemente, é para se vestir, trocar de roupa ou tomar um banho rápido depois de praticar um esporte em comum, pode ser concebido uma ameaça para alguns corpos, como o de Arthur:

(...) Na época eu não estava com esta aparência porque eu comecei a transição recentemente. Na época mesmo o uniforme junto com as meninas, tudo, tal, eu não trocava na frente delas. Na hora que eu chegava, elas viravam. E vendo este constrangimento pra elas e pior pra mim, eu evitei entrar. Então eu ia praticamente só com a roupa por baixo e só trocava a camisa dentro do banheiro. Então eu fingia que ia lá pra fazer xixi e pegava e trocava... (AMORIM, 2018, p. 160)

Mesmo Arthur não tendo feito a transição hormonal na época que estava na escola, será mesmo que ele conseguiria trocar de roupa? Em muitas escolas, o fato de os vestiários e chuveiros não terem cabines individuais para ter a sua privacidade com o seu corpo pode ser a engrenagem para a prática de uma chacota ou violência física.

Diante dessa segregação, outros desdobramentos são perceptíveis, como o uso “adequado” de uniformes para meninas e meninos. Normalmente, as meninas devem utilizar uma calça ou um short mais justo com uma camiseta mais colada ao corpo e os meninos devem utilizar uma calça ou bermuda mais folgada e uma camiseta adequada para a prática de esportes. A questão que suscito não é se devemos permitir qualquer tipo de roupa para a prática de esportes, mas, será que devemos obrigar o uso de uma roupa específica perante seu gênero, ou melhor, a sua genitália? Pois diante dessa divisão poderíamos concluir que uma mulher deve-se mostrar todas as curvas do seu corpo e, por outro lado, o homem pode-se estar mais confortável na sua roupa.

Muitas pessoas trans, como relatado na pesquisa de Amorim (2018), acabam tentando burlar o sistema e criam adaptações, utilizando uniformes maiores ou menores, para se enquadrarem no que é delimitado como homem e mulher. Essas tentativas suscitam

a pensar em que estamos querendo que as crianças e adolescentes aprendam nas aulas de educação física? Será mesmo que é só uma aula para exercemos atividade física?

5 CONCLUSÃO

Fundamentados nessas negligências institucionais dentro do ambiente escolar brasileiro, percebe-se que a cisheteronormatividade encontra um terreno fértil de disseminação a partir do cisheteroterrorismo que violenta e persegue corpos que não se aliam a um ideal de gênero. Entretanto, a violência, apesar de ser brutal com pessoas transgêneres, também se instaura em pessoas cisgêneras que não performam esse padrão de cisheteronormatividade.

Diante disso e dos relatos e pesquisas mostradas durante o artigo demonstra-se que a saúde mental da comunidade transgênera acaba-se sendo afetada, pois vira-se alvo de uma lógica binarista podendo chegar a ataques físicos e psicológicos. Os constrangimentos a que a comunidade transgênera é submetida dentro do contexto escolar, desde ser chamado pelo nome de nascença, pronomes a partir de uma genitália, banheiros não apropriados para seus corpos, roupas que não se adequam ao seu físico e seu gosto e até piadas e gozações, vão demonstrando que esse sujeito não é detentor de direitos em nenhum desses espaços, logo que não se deve estar ali. Esse sofrimento psíquico chega ao ápice quando essa pessoa é expulsa compulsoriamente. A expulsão compulsória corrobora com um nível de escolaridade abaixo da média para pessoas transgêneras que podem nunca mais ter vontade ou querer estar lá pelas séries de impedimentos dos seus corpos de ocuparem esse lugar, podendo por esse motivo, não conseguirem empregos e viver suas vidas de maneira digna.

É de extrema importância pensarmos em capacitação de professores e gestores dentro das escolas, pois percebe-se a prática de normas de gênero sendo exercidas dentro dessa estrutura institucional, as quais, atuam como meio de “solução” para separar homens e mulheres, mas que na realidade exercem uma atuação transfóbica que depreende que pessoas que não se alinham com uma visão de padrão de gênero são *queers*, e não tem direito de escolha, ocasionando em um sofrimento.

A escola deve educar a partir de uma visão crítica de mundo, construindo enlaces para uma emancipação daquele sujeito e inserção a uma sociedade democrática. Devido a isso, o espaço educacional é o campo destinado ao encontro de outros indivíduos, os quais são diversos. O intuito dessas múltiplas subjetividades, é aprender a conviver, respeitar e lutar por garantia de direitos para cidadãos que não tem sua convivência a sociedade garantida. Para esse modelo conseguir ter pleno funcionamento, o artigo mostrou-se o quanto o ambiente educacional escolar está sendo adoecedor para o outro que não performa as determinações de gênero, e que nossa ação, diante dessas negligências institucionais, é fundamental para uma melhora no sofrimento psíquico e físico da comunidade transgênera.

O artigo teve como proposta de identificar, relacionar, apontar e debater as dificuldades institucionais que o aluno transgênera enfrenta no ambiente escolar brasileiro. Devido a isso, não houve aprofundamento em questões da própria expulsão compulsória, ou de como a escola, a partir de sua pedagogia ensinada, pode-se contribuir para essa transfobia. A pesquisa teve o propósito de olhar a perspectiva escolar educacional como instituição, não debatendo sobre a pedagogia ensinada. Devido a essas questões que não foram abordadas, sugiro estudos para um aprofundamento mais específico.

REFERÊNCIAS

- AMARO, I. 2016. A escola no armário: o apagamento das relações de gênero e das sexualidades no PNE e nos Planos Municipais de Educação. **Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidades e do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero** – “O que temos feitos de nós?”. Vitória: UFES.
- AMORIM, S. M. G. 2018. **Escola e transfobia**: vivências de pessoas transexuais. Dissertação (Mestrado em Ciências e Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara. 2018.
- BELLO, M. C.; LUZZI, J. 2009. **Gênero e diversidade sexual na escola**: da exclusão social à afirmação de direitos: a experiência do núcleo de gênero diversidade sexual da secretaria de estado da educação do paraná. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2009, Curitiba. Anais eletr nicos. Curitiba: PUC – Paraná, 2009.

BENTO, B. 2003. Transexuais, corpos e próteses. Labrys: **Estudos Feministas**, n. 4, ago./dez. 2003.

BENTO, B. 2011. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.2, p.336, maio-ago. 2011.

CRUZ, E. F. 2011. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 fev. 2021.

FRANCO, N. 2018. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. **Revista de Educação Pública**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 27, n. 65/1, p. 469-486, maio/ago. 2018. Disponível em: doi: 10.29286/rep.v27i65/1.6592 Acesso em: 15 fev. 2021.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. 2013. As ações do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e a agenda política de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. **Revista Emblemata**, v. 10, n. 2, p. 221-233, jul-dez, 2013. Disponível em: acessado em: 15 de Fevereiro de 2021.

JUNQUEIRA, R. D. 2009. **Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNIOR, I. B. de O.; MAIA, E. R. 2016. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans no sistema escolar. **Educação E Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan/abr. 2016.

NERY, J. W. 2015. **Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento**. Diversas Diversidades, Rio de Janeiro, Cap. 4, p. 61-80, janeiro. 2015.

PERES, W. S. 2011. Transfobias, lesbofobias e homofobias invisíveis: o que a escola tem com isso?. **Programa de Pós Graduação em Educação**, Campo Grande, v.17, n.34, p. 154-178, jun-dez. 2011.

PERES, W. S. 2009. **Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

REIS, T. 2012 Psicologia e a questão da violência nas escolas. **Palestra na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia**, São Paulo-SP.

O PUERPÉRIO COMO DISSIDÊNCIA: TERRITÓRIOS PATOLOGIZADOS NO PÓS-PARTO

Amanda de Lima Souza¹

Cecília Maria Oliveira de Andrade Silva²

Karina Veras³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar como, diante dos sofrimentos atrelados ao período pós-parto, são estabelecidas as relações entre o puerpério e a loucura. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa, utilizando como operador metodológico a Cartografia, um referencial de base teórica esquizoanalítica alinhada à “filosofia da diferença” de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Para atingir os objetivos deste estudo, foram selecionados livremente cinco aportes teóricos, discutidos por meio da criação de três pistas de análise: instituição maternidade; tempo do puerpério; e territórios dissidentes – classificações que traçam diálogos entre si, de modo que as dispomos como diagramas na pesquisa. Os resultados apontaram que o puerpério em si representa um período dissidente que, por sua caracterização, refuta o mito do amor materno, e que sofrimentos atrelados a esse período são invisibilizados, pois vão contra a ideia de maternidade como algo desejável de forma inata. No entanto, as experiências de parturientes localizadas em territórios de pouca aproximação do acompanhamento de profissionais de saúde também passam despercebidas aos olhos da assistência e cuidados. Concluímos a importância do compromisso ético, promoção de saúde e políticas de cuidado alinhadas à alteridade das parturientes, pois estas humanizam as práticas em saúde, associando as exigências técnicas aos interesses e necessidades de indivíduos e coletividades.

Palavras-Chave: Puerpério. Pós-parto. Patologização. Loucura.

THE PUERPERUM AS DISSIDENCY: TERRITORIES PATHOLOGIZED IN THE

1 Amanda de Lima Souza – Graduanda em Psicologia UNI-RN <http://lattes.cnpq.br/7355375151464916>

2 Cecília Maria Oliveira de Andrade Silva – Graduanda em Psicologia UNI-RN

3 Professor (a) Orientador (a) do Curso de Psicologia UNI-RN

POSTPARTUM

ABSTRACT

The present study aims to investigate how, in view of the suffering linked to the postpartum period, the relationships between the puerperium and madness are established. To this end, a qualitative bibliographical research was carried out, using Cartography as a methodological operator, a framework with a schizoanalytic theoretical base aligned with the “philosophy of difference” by Gilles Deleuze and Felix Guattari . To achieve the objectives of this study, five theoretical contributions were freely selected, discussed through the creation of three analysis tracks: maternity institution; postpartum time; and dissident territories – classifications that dialogue with each other, so that we display them as diagrams in the research. The results showed that the puerperium itself represents a dissident period that, due to its characterization, refutes the myth of maternal love, and that suffering linked to this period is made invisible, as it goes against the idea of motherhood as something innately desirable. However, the experiences of parturients located in territories with little proximity to the monitoring of health professionals also go unnoticed in the eyes of assistance and care. We conclude the importance of ethical commitment, health promotion and care policies aligned with the otherness of parturients, as these humanize health practices, associating technical requirements with the interests and needs of individuals and communities.

1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse em discutir a maternidade (res)surge após termos experienciado a condução de um grupo operatório, o qual denominamos de “Grupo de Pais Grávidos”, cujo enfoque versava em compor um coletivo disposto a provocar reflexões acerca do período gestacional, da figura paterna e seu papel durante a gravidez e da relação do casal durante esse processo. O objetivo da criação do grupo foi desvelar ideários e ações que, massivamente, recaem à mãe e à mulher. Na ocasião, algumas *linhas* se dissiparam na fala dos participantes e chamaram a nossa atenção para temáticas emergentes, como aborto e incompreensão por parte do companheiro, abandono paterno, desejo e não-desejo da maternidade e pressão social apoiada em perspectivas *sacro-anatômicas*.

Meses após essa experiência, a partir da afetação de uma obra literária e de sua adaptação teatral, este trabalho surgiu como forma de explorar o desejo de pesquisa no campo das dissidências da maternidade.

O puerpério, período pós-parto que compreende desde o fim gestacional até o retorno do funcionamento regular das funções reprodutivas da parturiente, é marcado por oscilações fisiopsicológicas, vividas muitas vezes com dificuldades. Em diversos campos da saúde, parece haver um consenso acerca do entendimento do período como catalisador de fatores de risco à saúde da puérpera e do bebê. Na semiologia médica, isto se revela nas classificações: depressão pós-parto, estado depressivo transitório ou disforia pós-parto e psicose pós-parto. Já nos campos das psicologias e psicanálises, consolidações teóricas enfatizam a importância da mãe como principal responsável pelo desenvolvimento do bebê e endossam a primazia do cuidado com a saúde da criança, não da parturiente. Considerando a maternidade como um processo interpelado por aspectos transversais, esta pesquisa olha vivências do pós-parto marcadas por sentimentos de negação, ódio e recusa e questiona a predileção pela medicalização e culpabilização nos modos de “cuidado”, buscando, assim, pensar em outras interlocuções cabíveis à atuação das psicologias nesse campo.

O presente estudo teve como objetivo geral explorar de que maneira são estabelecidas as relações entre o puerpério e a loucura. Como objetivos específicos, propusemos descrever o que é o puerpério por fatores físicos, psíquicos, sociais e culturais envolvidos nesse processo, problematizar a patologização das maternidades dissidentes por profissionais do campo da saúde e discutir o conceito de “Dispositivo materno”.

2 DISCUSSÃO

2.1 Metodologia

“Penso nos efeitos paliativos que poderia ter sobre minha vida escrever ou me jogar pela janela. Quem escreve não precisa de uma jaqueta de couro porque no seu universo é verão” (HARWICZ, 2018).

Para a execução desta pesquisa, a metodologia escolhida para compor a discussão tem caráter qualitativo e parte de uma pesquisa bibliográfica operada a partir do

método cartográfico, podendo assim ser denominada como uma “cartografia bibliográfica” (HUR, 2018).

A cartografia é um método de pesquisa-intervenção, apresentado inicialmente por Gilles Deleuze e Felix Guattari em *Mil Platôs I* (2011), que visa investigar um processo de produção de subjetividades, ao invés de meramente representar um objeto de pesquisa (PASSOS; BARROS, 2015). Nesse sentido, analisa e segue os vetores, as configurações e os diagramas de forças, sempre móveis, plásticos e mutantes que aparecem, perscrutando os circuitos desejantes constituídos (HUR, 2020) e desenhando, dessa maneira, as redes de forças que envolvem o fenômeno investigado (PASSOS; BARROS, 2015). Ao escolher esse operador metodológico, abdicamos do ancoramento em caminhos e roteiros previamente estabelecidos para a construção do conhecimento.

Essa atitude diante da pesquisa convoca a um olhar que exige de nós uma forma de atenção que não seleciona previamente o que pretende encontrar. Tal abstenção provoca a inversão do sentido de nosso percurso, colocando a caminhada em primeiro plano e o caminho como desdobramento. Adotamos, portanto, um *hódos-metá* e não o *metá-hódos* tal qual é proposto por Passos e Barros (2015), o que implicaria “tomar o método não como um caminho (Hódos) pré-determinado e aplicado pelas metas dadas de antemão, mas sim como uma aposta na experimentação do pensamento, onde o rigor está mais relacionado com a análise de implicação” (ZAMBENEDETTI *et al.*, 2011, p. 2.) das pesquisadoras com o tema.

Isto posto, entendendo nossas afetações como uma experiência anterior referenciada na introdução com o grupo de “pais grávidos”, o primeiro ponto de escolha para a entrada em nossa discussão foi um mapeamento dos monólogos sobre puerpério contido na obra literária *Morra, amor*, da escritora argentina Ariana Harwicz (2018), como um campo de expressão do que há de impessoal nas experiências do pós-parto.

A necessidade do mapeamento da obra vem amparado em Deleuze (2011, p. 10), quando, ainda em “Crítica e Clínica”, ao tecer comentários sobre o uso da literatura e outras formas de arte, destaca que “toda obra comporta uma pluralidade de trajetos que são legíveis e coexistentes apenas num mapa, e ela muda de sentido segundo aqueles que são retidos”. Apostando nesse uso como mudança de sentido, dividimos alguns trechos do livro em imagens, pontuando temáticas, aqui entendidas não como retenção de potências ou tentativa de interpretação, mas antes como delineação e, de certa forma, pontos de passagem para repetição e reverberação de diálogos que se destacaram ao

longo do processo. Com isso, buscamos as dobras expressas na escrita original de Harwicz e a ampliação do nosso repertório antes do mergulho teórico-epistemológico. Esses pontos emergentes foram escalonados em alguns vetores de análise, representados na tabela abaixo.

Tabela 1 – Mapeamento da obra literária “Morra, amor”

CORES	PONTOS DE PASSAGEM
Rosa	Facas, morte
Azul	Dispositivos de controle, intervenções, relatos da internação
Verde	Analogias a animais
Rosa Claro	Vida conjugal, dinâmica Familiar
Vermelho	Puerpério

Fonte: Elaboração própria

Essas categorias foram elaboradas inicialmente para facilitar a consulta dinâmica do livro e identificar trechos que poderiam abrir caminho para pensar e discutir condições dos processos saúde-doença investigados em nossos objetivos. Para isso, selecionamos de maneira livre cinco aportes teóricos para ampliar essa tessitura.

Tabela 2 – Aportes teóricos utilizados na pesquisa

TÍTULO	AUTORES	ANO	ENDEREÇO
Atenção à gestante e à puérpera no SUS – SP: manual técnico do pré-natal e puerpério.	São Paulo (Estado)	2010	São Paulo: SES/SP.
Família e Produção de Subjetividades: o Caos, o Múltiplo e o Mutável pela via da imanência	Gabriela Reis Saraiva	2016	Dossiê – Adolescências e juventudes: contribuições da Psicologia
Saúde mental, gênero e dispositivos. Cultura e Processos de Subjetivação. Capítulos 5 e 6.	Valeska Zanello	2018	Curitiba, Editora Appris

O sofrimento psíquico da mulher no pós-parto: uma expressão de resistência ao modelo tradicional de maternidade.	Flávia Agra Ramos	2006	Universidade Católica de Brasília
“O lixo vai falar, e numa boa”	Rachel Gouveia Passos	2021	UFSC – REV. KATÁLYSIS 24

Fonte: Elaboração própria

Os resultados obtidos na pesquisa partiram de pontos de convergência e divergência entre os materiais, formando pistas de análise. Começamos a interseccionar as temáticas, dispendo-as como diagrama, agregando, assim, estratos sociais, políticos e subjetivos pertinentes ao pós-parto. Esses elementos serão discutidos na sequência.

2.2 Instituição Maternidade

“Achei que o menino estava chorando, mas toda noite eu o ouço chorar e, quando chego perto, é o silêncio total, como se tivesse gravado um fragmento do seu choro e se reproduzisse sozinho. Mas às vezes não ouço nada. Estou sentada no sofá, a poucos metros do seu quarto (...) quando meu querido aparece com o calção meio arriado e me diz: por que ele não para de chorar?, o que ele quer? A mãe é você, você tem que saber” (HARWICZ, 2018, p. 8).

Para tecer debate sobre os discursos patologizantes que rodeiam a temática da maternidade, utilizamos enquanto bússola as construções e transições do feminino e do materno ao longo da história. No final do século XIX e início do XX, o interesse medicinal no tocante à anatomia e aos processos biopsíquicos da natureza feminina dá origem à “ciência da mulher”. Hoje, o termo evoca preferencialmente a ginecologia, mas, inicialmente, indicava uma ciência da diferença sexual, homem *versus* mulher, abrindo terreno à investigação dessas assimetrias, que demarcavam o possível ou não a cada um, com base em critérios anatômicos, desenvolvendo um projeto de medicalização do corpo feminino, de acordo com Rohden (2001).

Era do interesse médico justificar a inferioridade feminina usando como eixos opostos e hierarquizados os papéis de gênero. Uma das justificativas que limitava a mulher ao campo da reprodução e ao ambiente doméstico tem suas origens na teoria biologicista concebida no século XIX, que afirmava ser o cérebro da mulher menor

quando comparado ao do homem devido à alta exigência de “energia” nos ovários e útero para a reprodução (RAMOS, 2006, p. 14). Nesse contexto, o corpo e a natureza femininos são maquinados sob a lógica da mulher-reprodução-lar, e qualquer transgressão a esse alicerce situa a mulher em aproximação aos territórios da loucura, da patologia e, portanto, do controle e da medicalização (RAMOS, 2006, p. 39).

Em contexto de século XVII e XVIII, paralelamente à consolidação do capitalismo e à divisão de espaço público e privado, o que se assiste é a naturalização do sentimento materno (ZANELLO, 2018, p. 125). Práticas como a entrega de filhos a amas de leite e às instituições de cuidado, antes amplamente aceitas, passam a ser censuradas, pois a responsabilidade pela vida e pelo cuidado do bebê passa a ser papel unicamente da mãe. Com isso, a própria noção de criança transiciona e assume centralidade como sujeito que necessita, por parte do casal, de cuidados específicos enquanto ser em formação, não mais visto como “mini-adulto” (ZANELLO, 2018, p. 126).

Essa mudança se deve à necessidade de garantias de mão de obra, visto que o índice de mortalidade infantil era altíssimo e prejudicava o interesse dos governantes. É a partir dos interesses econômicos e políticos que, massivamente, ocorre a veiculação do amor materno ao divino, com a preconização de que “ser mãe é padecer no paraíso”; constrói-se toda uma teia de produção de verdades que atravessam estratos sociais e históricos. Zanello (2018) nomeia tal projeto ideológico, que assume a forma de controle e serve à garantia e à sustentação de mão de obra, de “Maternidade Científica”. Há também forte investimento na narrativa do cuidado ideal e adequado à prole, com especificações tais quais receitas (passo a passo) de como criar um bebê, levando em conta, inclusive, diferenciações de gênero. Isso constituiu um saber hegemônico chamado de puericultura, que é visto por Ramos (2006, p. 38) como padronização e universalização do ciclo gestação-parto-puerpério, bem como racionalização da maternidade. Essa conceituação dialoga com a Maternidade Científica proposta por Zanello (2018), visto que ambas assumem a forma de dispositivos de controle, que se impõem não somente a mulheres que são mães, mas a mulheres no geral, endossando sobrecarga, culpa e responsabilização da mulher que não experiencia o esperado socialmente e burla a idealização do papel materno. O que se observa é que a transição do gesto de ser mãe, ou seja, as mudanças de ordem subjetiva do maternar, vincula-se ao contexto histórico, sobretudo, aos modos de produção.

2.3 Tempo do Puerpério

“Eu me penteei, olhei meus dentes, minhas unhas. Nada estava no lugar. Meu corpo não funcionava, não se deixava vestir, arrumar. Bateram na porta quatro mãos, que foi, que foi. Que foi o quê, digo. Tirar o traje do sonho, a pele venenosa, voltar a ter olfato, cílios. Voltar a pronunciar, a engolir. Eu me olho no espelho, não me pareço com a de ontem. Não sou mãe” (HARWICZ, 2018).

Qual é o tempo do puerpério? Como mensurar cronologicamente o tempo de um acontecimento no campo da saúde? Como temporalizar até quando a expressão de um sofrimento é considerada “normal” ou passeia no campo de uma dita loucura? Essas questões foram elaboradas após analisarmos cartilhas, manuais e artigos sobre a assistência no pré-natal e puerpério, nos quais identificamos, no ato de pesquisa, incongruência quanto à temporalidade do período puerperal, bem como escassez de cuidado voltado à parturiente.

Em *Atenção a Gestante e à Puérpera no SUS-SP: Manual Técnico do Pré-Natal e Puerpério* (SÃO PAULO, 2010), há direcionamentos às Equipes de Saúde, dispondo de orientações tais como acolhimento, anamnese, avaliação, condutas e assistência no atendimento às puérperas, abordando vasta criteriosidade no atendimento em saúde⁴. Esse manual determina o tempo cronológico de 42 a 60 dias ao período do puerpério, enquanto outro material-base selecionado, *A consulta Puerperal na Atenção Primária à Saúde* (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016), refere-se ao tempo de 44-45 dias. Ao tratar das classificações nosológicas puerperais em caso imediato, tardio ou remoto, este refere-se ao último como indefinido temporalmente. Examina-se, portanto, que, por mais precisa que a semiologia médica pretenda ser, aqui não há alcance exato. Sabe-se que, logo após o parto, o puerpério se inicia, porém não se tem precisão quanto ao seu fim, ao passo que se encontra facilmente nas literaturas quadros sintomatológicos e classificações nosológicas que reverberam nas formas de cuidado e acolhimento, visto que tais manuais são criados por equipes e profissionais da saúde e direcionam os modos de assistência em diversos campos, incluindo a Psicologia.

Os manuais e cartilhas consultados ao longo da análise discorrem sobre o puerpério dentro de uma ótica universalizada, ou seja, propagam a experiência puerperal como algo a ser vivenciado na ordem do comum por todas as parturientes, tendo como único ponto de diferenciação quanto ao cuidado as categorias nosológicas atribuídas a tais sofrimentos, como depressão pós-parto, *baby blues*, psicose pós-parto,

⁴ Essas informações constam no capítulo “Atenção ao puerpério”, na página 214.

dentre outras. Tal patologização, presente hegemonicamente no campo da Saúde, reforça dispositivos de controle como a puericultura e a maternidade científica.

Embora reduzir o sofrimento psíquico apenas à experiência individual e singular seja um equívoco, conforme argumentado por Passos (2021), visto que duas pessoas não experimentam o sofrimento de forma absolutamente igual, inclusive no âmbito cronológico, não há como negar que há elementos comuns nas classificações que podem oferecer noções norteadoras de cuidado frente ao sofrimento. No entanto, essa universalização deixa lacunas no cuidado à parturiente, pois, ao longo da análise dos manuais, o que se sobressai são orientações de cuidado ao bebê, invisibilizando aspectos substanciais de assistência às puérperas, bem como aspectos transversais. Os cuidados oferecidos à parturiente são guiados pelo referencial cronológico de nascimento e desenvolvimento do bebê, “dias após o nascimento”, “após 2 meses do nascimento”, utilizando-se de um referencial definido por Hur (2013, p. tal) como “tempo objetivo”, ignorando, muitas vezes, a duração do tempo subjetivo, “das vivências, das intensidades, dos devires” da singularidade da parturiente, que só existe em um cuidado ético se posta em diálogo com Passos (2021, p. 2) como no campo do “coletivamente *individualizado*”, ou seja, por meio do entendimento de dimensões sociais, coletivas e institucionais que atravessam aquele sujeito e seu campo relacional, sendo indissociáveis, multideterminadas e multideterminantes em tais experiências de sofrimento.

2.4 Territórios Dissidentes

"Será que ele percebe? Com tantas mulheres belas e saudáveis na região, ele foi se enroscar logo comigo. Um caso clínico. Uma estrangeira. Alguém que deveria ser classificada como incurável" (HARWICZ, 2018).

Ao Cartografar, pesquisar como quem traça mapas, marcamos pontos possíveis e damos conta da constituição das paisagens que se apresentam em nosso território e no das autoras visitadas. Destacamos a noção de território utilizada a partir de Guattari e Ronilk (2010, p. 388), que se refere “tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’ (...) nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos”. Assim sendo, essa categoria se aplica ao considerarmos o território no sentido geográfico-espacial como um dos fatores

produtores das distintas experiências culturais do puerpério. Tal laço é apontado por Zanello (*apud* CHRISLER; ROBLED, 2002), que destaca quais países e que políticas de direitos sexuais e reprodutivos, tais como controle de natalidade e acesso ao aborto legal, são correlacionados com o menor número de casos de depressão pós-parto.

Tal dado é relevante, pois a obra literária *Morra, amor*, nosso disparador para a feitura desta pesquisa, é uma narrativa escrita por uma mulher argentina, residente do território francês, assim como a personagem principal da trama. Há, nesses dois países, um percurso interessante em termos de políticas públicas, mas, ainda assim, eles foram atravessados pela escrita de uma experiência de intenso sofrimento no período pós-parto.

Nos demais aportes teóricos consultados, encontramos também relatos que trazem recortes de experiências em território brasileiro. Em Ramos (2006, p. 139), conhecemos o relato das sociedades Xavantes, nas quais não há exigência de que a mãe seja “a grande responsável” (RAMOS, 2006, p. 31) pelo desenvolvimento físico, emocional e moral dos filhos, pois outras pessoas da família consanguínea e da comunidade, como anciões e padrinhos, dividem com ela as funções de cuidar e maternar, constituindo assim uma rede de apoio tanto para a parturiente quanto para o bebê. Essa experiência se distingue completamente da realidade das mulheres que enfrentam dificuldades na lida das mudanças vividas no período puerperal, sobretudo no que tange à recusa de assumir vínculo maternal, algo frequentemente visto como digno de ser disciplinado e controlado por seus parceiros e pela comunidade em seu entorno, incluindo profissionais de saúde. Ainda segundo Ramos (2006), são atribuídas a essas parturientes a alcunha de “não quererem criar seus filhos” (RAMOS, 2006, p. 62). Se, todavia, quando decidem ficar com a criança ou reavê-la, a despeito da falta de condições socioeconômicas e/ou familiares, as mulheres são consideradas irresponsáveis, uma vez que colocaram no mundo um filho que não têm como criar. Esse tipo de julgamento não atravessa apenas o campo discursivo da culpabilização, mas fala sobre acessos e ausências a cuidados de saúde que são garantidos ou negados a tais pessoas, muitas vezes definindo quem vive e quem morre. Um exemplo visceral de tal questão é trazido por Passos (2021), em dados do Rio de Janeiro disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade Materna (SIM), que indicam, entre 2000 a 2013, uma diferença de 56% a mais na morte de mulheres negras em comparação às brancas durante o período puerperal. Frente a isto, compreendemos que os territórios

da maternidade atravessados por fatores como raça, classe e gênero, em dissidência da norma, estão mais propensos a vivenciarem violências porque são existências abjetas e invisibilizadas.

3 CONCLUSÃO

Esta pesquisa nos levou à compreensão de que os puerpérios são invisibilizados, muitas vezes, pois vão de encontro à ideia de que a maternidade é uma experiência prazerosa, desejável e incondicionalmente amável. A associação à loucura apaga o fato do puerpério em si representar uma experiência dissidente, o que se exacerba diante das vivências de parturientes não-brancas, não-cisgêneras, neurodivergentes e localizadas em lugares de vulnerabilidade dentro do sistema capitalista, desvelando a cultura de cuidado centrada apenas na pessoa que pariu, que é responsabilizada e vigiada por isso. Portanto, seguindo um compromisso ético diante desta questão de saúde, é preciso apostar na escuta da diferença das histórias daquelas que emprestam sua carne para gerar, pois essas narrativas falam também sobre a produção de saúde para aqueles que não desejam desempenhar essa função, apontando caminhos de cuidado alinhados à alteridade.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol. I**, Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A Consulta Puerperal na Atenção Primária à Saúde**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/a-consulta-puerperal-na-atenc-ao-primaria-a-saude/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GUATTARI, Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 10ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HARWICZ, Ariana. **Morra, amor**. São Paulo: Instante, 2019.

HUR, Domenico Uhng. Memória e tempo em Deleuze: multiplicidade e produção. **Athenea digital**, v.13, n.2, p. 179-190, jul. 2013. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/Hur>. Acesso em: 31 ago. 2021.

HUR, Domenico. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. **Mnemosine**, v. 12, n. 1, p. 171-193, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41669/28938>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. "O lixo vai falar, e numa boa!" **Revista Katálisis**, v. 24, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194>. Acesso em: 27 nov. 2021.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓCIA, Liliana (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividades. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

RAMOS, Flávia. **O sofrimento psíquico da mulher no pós-parto**: uma expressão de resistência ao modelo tradicional de maternidade. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. (Antropologia & Saúde collection.) Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8m665/pdf/rohden-9788575413999.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Atenção à gestante e à puérpera no SUS – SP: manual técnico do pré-natal e puerpério**. São Paulo: SES/SP, 2010.

SARAIVA, Gabriela. Família e produção de subjetividade: o Caos, o Múltiplo e o Mutável pela via da imanência. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 3, p. 236-254, fev. 2017.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. In: **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 454-463. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/c8kPmf5rKKMZMSgGwKjNVJJ/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2021.

REAÇÕES PSICOSSOMÁTICAS EM IRMÃOS DITOS SAUDÁVEIS DE CRIANÇAS ACOMETIDAS POR DOENÇAS CRÔNICAS

Andressa Caroline Silva Souto¹

Helena Munay de Andrade Pimentel²

Julianne Andrea Leite de Souza³

Luciana Carla Barbosa de Oliveira⁴

RESUMO

Este estudo analisa artigos que apresentam reações dos irmãos considerados saudáveis de crianças portadoras de doenças crônicas e seus fatores desencadeadores. Utilizando da revisão sistemática de literatura, foram selecionados 3 (três) artigos dentre os 7 (sete) encontrados na Língua Portuguesa, entre os anos 2010 e 2020, aplicando as palavras-chave nas plataformas Google Acadêmico, SCIELO e LILACS, sendo necessária a variação da disposição das palavras na busca, devido à escassez de artigos que abordam a temática. No artigo 1, contemplou-se os sentimentos e percepções dos irmãos saudáveis dos pacientes hospitalizados, além de abordar a perspectiva de exclusão. Já no artigo 2 são apresentados os aspectos sociais envolvidos no adoecimento crônico e os possíveis recursos de enfrentamento, buscando por fatores que influenciam nos impactos das doenças oncológicas nos irmãos considerados saudáveis. E, por fim, o artigo 3 trouxe a somatização dos irmãos ditos saudáveis de diversos ângulos e as possíveis situações gatilho, fazendo questionamentos sobre a temática e buscando formas de intervenções psicológicas. Assim, concluiu-se que a somatização no irmão considerado saudável ocorre e é recorrente no enfrentamento ao adoecimento crônico de seu irmão, diante dos fatores citados, ressaltando a importância do apoio psicossocial para que os danos, nesse contexto, sejam reduzidos.

Palavras-Chave: Doenças crônicas. Irmãos saudáveis. Psicossomática

¹ Discente em Psicologia no Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNI-RN. Email: ddssa.souto@gmail.com.

² Discente em Psicologia no Centro Universitário do Rio Grande do Norte: UNI-RN. Email: helenamunay2@gmail.com.

³ Discente em Psicologia no Centro Universitário do Rio Grande do Norte: UNI-RN. Email: julianneandrea1@gmail.com.

⁴ Docente do curso de Psicologia e Coordenadora da Pós-graduação dos cursos de Avaliação Psicológica e Psicologia da Saúde do Centro Universitário do Rio Grande do Norte: UNI-RN. Email: lucianacarla@unirn.edu.br

PSYCHOSOMATIC REACTIONS IN HEALTHY SIBLINGS OF CHILDREN AFFECTED BY CHRONIC DISEASES

ABSTRACT

This study analyzes articles that present reactions of siblings considered healthy of children with chronic diseases and their triggering factors. Using the systematic literature review, 3 (three) articles were selected among the 7 (seven) found in the Portuguese Language, between 2010 and 2020 applying the keywords on the Google Scholar, SCIELO and LILACS platforms, requiring the variation of the arrangements of keywords in the search due to the scarcity of articles that address the theme. The article 1 included the feelings and perceptions of healthy siblings of hospitalized patients in addition to addressing the perspective of exclusion. Article 2 presents the social aspects involved in chronic illness and possible coping resources, seeking factors that influence the impacts of cancer diseases on siblings considered healthy. And finally, article 3 brought the somatization of the so-called healthy brothers from various angles and the possible triggering situations, asking questions about the subject and seeking forms of psychological intervention. Thus, it was concluded that somatizations in the sibling considered healthy occurs and is recurrent in coping with the chronic illness of his brother, given the factors mentioned, emphasizing the importance of psychosocial support so that the damage, in this context, is reduced.

Keywords: Chronic diseases. Healthy brothers. Psychosomatic

1 INTRODUÇÃO

O processo de adoecimento crônico demanda grande envolvimento pessoal e familiar – sobretudo em casos de crianças nessa condição, por toda sua dependência –, levando em conta que, em grande parte, implica em frequentes consultas hospitalares, protocolos medicamentosos, internações e procedimentos cirúrgicos, além da possibilidade de sequelas. Por isso, faz-se necessário compreender o lugar simbólico de cuidado que a família ocupa e seu acesso à informação diante da condição da criança, para que ela seja assistida da melhor forma.

Diante de toda a atenção do meio social nesse processo saúde-doença e no bem-estar da criança acometida, Marques (2018, p. 2110) observa:

Em um sistema, o comportamento de cada um dos seus membros é indissociável do comportamento dos restantes, existe uma circularidade na relação entre a criança e a família. Na família, os irmãos influenciam-se de forma mútua, complexa e multifatorial, tendo este subsistema um forte impacto na dinâmica e no funcionamento familiar.

Por isso, o distanciamento do irmão considerado saudável desse cenário e do núcleo familiar se torna preocupante, uma vez que ele também se encontra em fase de desenvolvimento infantil, necessitando de atenção por suas demandas diversas.

Em decorrência do que foi citado anteriormente, dentre todas as possibilidades de efeitos biopsicossociais, uma delas é que o irmão dito saudável apresente sintomas psicossomáticos, conceituado por Jeammet (1989, apud Castro, 2006, p.40) como “todo distúrbio somático que comporta, em seu determinismo, um fator psicológico interveniente, não de modo contingente, como pode ocorrer em qualquer afecção, mas por uma contribuição essencial à gênese da doença”. Através dessa somatização, estes podem apresentar manifestações físicas incômodas (dores, enjoos, etc.), frequentes ou não, que afetam seu bem-estar e seu cotidiano, além da dificuldade de elaboração do sintoma.

A pesquisa em psicossomática ainda é um campo pouco explorado, além de seus conhecimentos serem escassamente transmitidos, foi possível verificar isso ao buscar estudos para embasar esta pesquisa. Diante disso, investigou-se em artigos nacionais, através da revisão sistemática, a ocorrência de somatização em irmãos saudáveis, o que as desencadeia e os sintomas apresentados, entendendo a necessidade de explorar essa temática por sua relevância, regularidade e complexidade, para que assim haja um olhar cauteloso sobre as circunstâncias acima apresentadas.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é analisar artigos buscando se há ocorrência de reações psicossomáticas nos irmãos ditos saudáveis de crianças com doenças crônicas e, se sim, listar as mais recorrentes.

Nesse sentido, os objetivos específicos são: buscar compreender o contexto familiar frente ao adoecimento infantil crônico; encontrar os fatores que levam ao desencadeamento das reações psicossomáticas; e reunir formas possíveis de intervenções psicológicas.

3 METODOLOGIA

Para o delineamento deste levantamento, utilizou-se como estratégia a revisão sistemática de literatura, que, segundo Galvão e Pereira (2014), “trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis.”.

Iniciou-se, então, a pesquisa a partir da escolha do tema e dos seus objetivos. Em seguida, tendo em vista a revisão sistemática de literatura, definiu-se o problema da pesquisa, sendo ele: “Ocorre somatização em irmãos ditos saudáveis de crianças acometidas por doenças crônicas? Se sim, o que a desencadeia e quais os sintomas apresentados?”.

A etapa seguinte foi a seleção das palavras-chaves deste artigo, também utilizadas para busca dos dados dessa revisão sistemática integrativa, sendo elas: irmãos; psicossomática; psicologia; doenças crônicas, separadas pelo operador booleano “AND”.

As palavras-chaves foram utilizadas nas plataformas Google Acadêmico, SCIELO e LILACS, no mês de agosto de 2020, aplicando os seguintes filtros: em português e publicados entre 2010 e 2020. Na primeira busca nenhum artigo foi encontrado, assim, ficou clara a escassez de materiais sobre o tema em questão, sendo necessária uma variação entre as palavras-chaves utilizadas, de modo que foi retirada psicologia e doenças crônicas. Ao longo da pesquisa mesclou-se todas as palavras, excluindo umas e depois outras, a fim de ampliar o material.

Após concluída a busca, foram encontrados 7 (sete) artigos. Posteriormente, houve a leitura de todos os resumos e títulos, com o intuito de, a partir de uma análise inicial, selecionar os estudos que abordassem o tema em questão. Por fim, resultaram 3 (três) artigos (figura 1) para análise neste trabalho, conduzindo, então, a leitura e revisão de cada um deles, obtendo dados acerca do tema, que constarão nos resultados deste artigo.

Quadro 1: Tabela dos artigos selecionados.

Número – Identificação	Título do artigo
Artigo 1	Percepções de irmãos de crianças hospitalizadas por doença crônica;
Artigo 2	Impacto da doença oncológica nos irmãos saudáveis;
Artigo 3	Efeitos psicológicos em irmãos saudáveis de crianças portadoras de cardiopatias congênitas.

Fonte: Autoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das buscas realizadas nas plataformas, foram identificados 7 artigos, onde, após análise, somente 3 se relacionavam diretamente com a temática abordada. Dentre esses artigos que trouxeram a perspectiva das principais reações psicossomáticas dos irmãos ditos saudáveis de crianças acometidas por doenças crônicas e os fatores que podem desencadeá-las, está o artigo 1, intitulado de “Percepções de irmãos de crianças hospitalizadas por doença crônica” e escrito por Hilkner et al. (2019).

No referido artigo, foi possível contemplar os sentimentos e percepções dos irmãos ditos saudáveis desses pacientes hospitalizados. Diante da modificação do cotidiano familiar, decorrente das necessidades surgidas da criança hospitalizada com doença crônica, os irmãos saudáveis passam, comumente, a receber menos atenção da família, resultando em uma situação de exclusão e vulnerabilidade, onde eles passam a demonstrar dificuldades em lidar com seus sentimentos e percepções. Sabe-se que a descoberta de uma doença crônica é um momento difícil, rodeado de inseguranças, medo, tensões e que provoca uma desorganização na estrutura e funcionamento familiar, pois cada integrante possui o seu tempo de reação adaptativa.

Os irmãos dos pacientes diagnosticados possuem uma maior predisposição a essas alterações emocionais e acabam por ter perdas bastante significativas na sua rotina com o distanciamento da família. Desta forma, não se pode exigir que os pais cuidem apenas do filho doente em internamento, mas a negociação é vital para que os

outros filhos, saudáveis ou com doenças, que estejam em casa, também recebam carinho e cuidados dos pais (SHIELDS, 2015).

No artigo supracitado, pode-se perceber que os irmãos saudáveis, apresentaram como sintomas frequentes: medo, tristeza, angústia e saudade. A situação de exclusão também permeou esse artigo de diversas formas, fazendo-se presente na ausência dos pais e do irmão no convívio familiar, transitando no não poder fazer-se presente no hospital, devido à distância, falta de locomoção, ausência de informações sobre estado de saúde e a ausência de autorização para menores de 12 anos realizarem a visita aos irmãos hospitalizados (HILKNER et al., 2019).

Um ponto importante a se destacar é em relação ao medo que os irmãos ditos saudáveis apresentaram de adoecer do mesmo modo que o irmão acometido por doença crônica. O que traz a importância da presença física e da participação desses irmãos dito saudáveis nessa vivência do adoecimento e da nova rotina da família, fornecendo conhecimento dos parâmetros clínicos de modo adequado à idade desse irmão envolvido. Segundo Hilknner et al. (2019, p.84), “Os irmãos desempenham um papel especial no crescimento e no desenvolvimento de uma criança. Irmãos compartilham segredos familiares e ninguém mais na vida de uma criança pode compartilhar essa experiência. A perda desse relacionamento especial provoca sofrimentos e profunda tristeza [...]”.

Ainda sobre o artigo 1, as crianças saudáveis afirmaram que, apesar de em alguns casos ocorrer a união familiar e a doença crônica do irmão “solucionar” questões familiares existentes, foram expressivos os relatos de grande sofrimento no não estar presente nessa situação hospitalar vivida pela família. Contudo, mesmo se referindo a esse sofrimento, demonstraram dificuldades quanto a reconhecer seus sentimentos, permitindo que surjam as reações psicossomáticas.

Nesse primeiro artigo, podemos dimensionar, através da análise dos relatos de irmãos dito saudáveis, a influência que um processo de adoecimento de um irmão por doença crônica e todos os desdobramentos possuem na vida dos familiares, em específico do irmão dito saudável. A atenção e o cuidado por parte dos pais ou responsáveis não deve ser exclusividade da criança acometida por uma doença crônica, o outro filho também requer cuidados, principalmente quando está distante do núcleo familiar e, muitas vezes, com informações restritas ao que está sendo vivenciado por seu irmão e seus pais. Por isso, é importante manter o irmão dito saudável presente ou

informado dos acontecimentos, partilhando do momento de uma forma acessível à idade, tendo a possibilidade de expressar seus sentimentos e visando reduzir os sofrimentos físicos e psíquicos.

No artigo 2, foram analisados os estudos desenvolvidos por Marques et al. (2018), sendo possível constatar que não são abordados elementos da psicossomática, entretanto, compreende-se que a ausência dos pais e a falta de atenção familiar são fatores que influenciam no sofrimento psíquico dos irmãos saudáveis.

Segundo ela, “Os irmãos saudáveis necessitam se adaptar não apenas à doença, mas também a todo um conjunto de alterações nas suas rotinas diárias, que os pode levar a experimentar separações familiares e uma diminuição do contato social com os pais e com o irmão doente”. Nesse aspecto, a criança fica vulnerável a várias perdas significativas – vivendo um processo de luto -, não necessariamente relacionada à morte do irmão pela doença crônica, mas de todos os fatores de proteção que envolvem o contexto de vida desse sujeito.

Marques (2018, p. 2110) também traz a perspectiva de que as hospitalizações presentes no processo de tratamento das crianças doentes, por muitas vezes, isolam a criança de sua moradia e reafirmam uma diminuição na comunicação entre os irmãos e os pais, podendo dificultar o processo de adaptação dos irmãos saudáveis à doença do outro. Esse fator também é visto quando não há a disposição e esclarecimento de informações sobre a doença, por muito se especular sobre a incapacidade infantil de compreensão da situação. Por isso, é proposto que haja um acompanhamento psicoterapêutico, para que as intervenções sejam adequadas à singularidade de cada um, levando em consideração que algumas famílias possam ter maior dificuldade nessa comunicação.

Para além disso, o sistema de apoio social por parte de familiares e amigos pode atuar como um recurso de *coping* (enfrentamento), utilizado em situações de estresse. Tais estratégias buscam atuar na regulação das emoções e resolução de problemas, ajudando, assim, nas respostas às necessidades do cotidiano. Com isso, é interessante compreender esse recurso como uma possibilidade para que a criança dita saudável expresse suas emoções e não as somatize, podendo agregar um método de enfrentamento mais adequado a essa situação de sofrimento, além de ser um potencial fortalecedor de vínculos sociais.

Por fim, dentre todos os artigos selecionados e utilizados, o artigo 3 foi o que mais abarcou conteúdo a respeito do tema pesquisado. Trouxe a somatização dos irmãos ditos saudáveis de diferentes ângulos e levantando distintas situações gatilho como possibilidade de somatização, problematizando a questão e buscando formas de intervenção por parte da psicologia, inclusive com exemplos de casos reais, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida e buscar recursos de enfrentamento para a criança e toda a família.

O estudo feito foi direcionado às cardiopatias congênitas, porém, após a leitura de todo o artigo, conclui-se que é possível utilizar as informações para diversos casos que envolvem crianças acometidas por doenças crônicas, como abaixo, na análise do texto.

O artigo trouxe, dentre os muitos efeitos nos irmãos ditos saudáveis, as reações somáticas. Segundo Dórea e Rodrigues (2019, p. 210), “constatou-se através dos relatos das mães, de forma recorrente, que muitos irmãos saudáveis de crianças com cardiopatia apresentavam somatizações, tanto sintomas físicos – como febre, diarreia e dores de estômago, sem que se verificasse causa orgânica que os justificasse – quanto sintomas psicológicos.” Foi possível analisar que no movimento de somatizar, a criança manifesta um sofrimento psíquico que não se tornou consciente e usou de manifestações fisiológicas normais de forma exacerbada como uma resposta a esse psiquismo. Pode-se pensar que, na impossibilidade de a criança elaborar todos aqueles sentimentos e emoções, o corpo responde por elas com reações físicas sem explicação orgânica.

O referido artigo (2019, p. 211) ainda traz que “a doença é sempre experimentada coletivamente”, sendo assim, o irmão dito saudável sofre os impactos do adoecimento do outro. Além disso, passa por todo o processo de adaptação necessário à família, sendo, muitas vezes, inserido em uma posição “invisível”, não tendo, assim, seu sofrimento nomeado ou visto, ficando em um lugar de coadjuvante e externando-os de outras formas, como na possibilidade de somatização. Outra questão importante trazida no artigo é o fato de que os irmãos ditos saudáveis têm de lidar com todas as questões trazidas pelo adoecimento do irmão durante sua infância, com seus mecanismos de defesa do ego ainda frágeis, de modo que se pode concluir ser mais difícil para essas crianças externar o que estão sentindo ou mesmo entender para nomear tudo que estão pensando e vivenciando.

Dórea e Rodrigues (2019, p. 214) ainda destacam que “irmãos de crianças com doenças crônicas têm entre duas a três vezes mais risco, comparativamente à população

em geral, de apresentarem problemas comportamentais e psicológicos, dentre os quais se destacam (...) sintomas ditos psicossomáticos”. Vale salientar que um outro possível fator para tais sintomas estãos ganhos secundários da doença do irmão. Assim, a criança pode somatizar, inclusive apresentando sintomas idênticos ao do irmão doente, numa busca inconsciente por esses ganhos secundários e atenção dos pais, além do possível desejo – também inconsciente – de experimentar o lugar do irmão.

Um ponto importante de ser destacado é a nomenclatura “crianças saudáveis”. Frisa-se a palavra “ditos” colocada à frente de todos os “saudáveis” deste artigo, com a intenção de questionar do quão saudável se trata. Segundo a Organização Mundial de Saúde (1946), saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade”. Tomando este conceito como base, conclui-se que o irmão que não se encontra acometido pela doença crônica, frente a todos os elementos anteriormente expostos, não está totalmente dentro do conceito de saúde, ao contrário, traz muitos pontos importantes a serem visto sem busca de uma melhor qualidade de vida, já que a criança exprime sintomas físicos – no caso das somatizações -, questões psíquicas, sociais – quando o olhar se volta a família e rede de apoio -, além da possibilidade dos impactos financeiros dos pais frente ao adoecimento do irmão, que também são sentidos por esse indivíduo.

Além disso, ainda tem a questão de classificar um irmão como com saúde e o outro sem, trazendo o peso do termo “portador” como sendo algo inseparável criança-patologia, onde essa criança não é vista além da doença. Com todo isso, fica clara a importância de um olhar mais sensível para as palavras utilizadas e o peso que elas podem trazer frente ao desenvolvimento das crianças e suas relações sociais. A psicologia pode somar muito no que diz respeito a esse olhar sensível, permitindo que as crianças se expressem e se desenvolvam para além de um diagnóstico.

5 CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, objetivou-se conhecer as possíveis reações psicossomáticas em irmãos considerados saudáveis de crianças com doenças crônicas, onde, por meio dos relatos obtidos nas análises dos três artigos, pôde-se comprovar a existência e recorrência da somatização como uma das consequências do enfrentamento ao adoecimento do irmão por uma doença crônica. Compreende-se que a alteração na

dinâmica familiar, atrelada ao surgimento de uma doença crônica no irmão, acarreta sofrimento psicológico, constituído por sintomas físicos e psíquicos, uma vez que esse irmão dito saudável acaba vivendo um processo de luto, devido às inúmeras perdas que ocorrem na sua rotina.

Assim, analisou-se que esse processo de adoecimento é vivenciado de forma coletiva, contudo, o sofrimento do irmão dito saudável geralmente não é notório aos familiares, que acabam por o tornar invisível. Dessa forma, torna-se necessário lidar com o processo de adoecimento do irmão e as mudanças na dinâmica familiar, externando os sentimentos através da somatização, que evidencia a necessidade de inclusão desses irmãos saudáveis no novo cotidiano familiar como uma maneira de intervenção e prevenção desses sintomas, ajustando as informações clínicas de modo compatível à idade do irmão envolvido.

A despeito da elaboração desta pesquisa e do campo fértil da temática, cabe ressaltar a escassez de artigos a respeito do tema, dificultando e tornando restrita a análise das reações psicossomáticas nos irmãos saudáveis, deixando evidente a necessidade de mais produção científica relacionada a esse tema, o que traria benefícios para esses sujeitos com informações e possibilidades de manejo para os profissionais os enxergarem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Beatriz; MARQUES, Goreti. Impacto da doença oncológica nos irmãos saudáveis. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 4, p. 2108-2113, ago. 2018.

CASTRO, Maria da Graça; ANDRADE, Tânia M. Ramos; MULLER, Marisa C. Conceito mente e corpo através da história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 39-43, abr. 2006.

DÓREA, Andrea de Amorin; RODRIGUES, Avelino Luiz. Efeitos psicológicos em irmãos saudáveis de crianças portadoras de cardiopatias congênitas. In: RODRIGUES, Avelino Luiz. **Psicologia da saúde-hospitalar**. Barueri: Manole, 2019. p. 210-226.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan. 2014.

HILKNER, Stella Hermenegildo; BECK, Ana Raquel Medeiros; TANAKA, Erika Zambrano; DINI, Ariane Polidoro. Percepções de irmãos de crianças hospitalizadas por doença crônica. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 20, n. 4, p. 77-86, mar. 2019.

OLIVEIRA, Flávia. **57,4 milhões de brasileiros têm pelo menos uma doença crônica**. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/hvs1b6>. Acesso em: 08 out. 2020. Saúde Brasil. **O que significa ter saúde?** 2020. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quero-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RIBEIRO, José Dirceu. Desafios no cuidado de crianças e adolescentes com doenças crônicas. **Boletim da Faculdade de Ciências Médicas**, São Paulo, v. 12, n.4, out./2019. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/boletimfcm/mais-pesquisa/desafios-no-cuidado-de-criancas-e-adolescentes-com-doencas-cronicas#:~:text=No%20Brasil%2C%20dados%20do%20IBGE,cr%C3%B4nicas%20mais%20comuns%20na%20inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 04 de dez. de 2020

UM OUTRO PROGRAMA: ACOLHIMENTO, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO DA CIDADE DE NATAL

João Pedro Aguiar de Medeiros¹

Karina Carvalho Veras de Souza²

RESUMO

O surgimento do termo “profissionais do sexo” na década de 1970 contextualizou-se pelo cenário de movimentos sociais de reivindicação por direitos trabalhistas das prostitutas e acesso a melhores condições de cidadania, o que se articulou a uma mudança de paradigma nas produções de saber a respeito da prostituição, passando-se de um enfoque moral e sanitário para um olhar norteado pelos direitos humanos. Nesse sentido, o presente estudo foi motivado inicialmente pelo contato estabelecido entre o autor e mulheres profissionais do sexo nas ruas da cidade de Natal através de um projeto de cunho social-religioso, onde foi possível conhecer um pouco das violações de direitos que perpassam a realidade de vida dessas mulheres historicamente submetidas a situações de vulnerabilidade social. A partir da temática exposta, objetivou-se discutir e problematizar o aspecto do acolhimento, assistência e inclusão social presente nas políticas públicas voltadas às mulheres profissionais do sexo na cidade de Natal. Para essa tarefa, desenvolveu-se um planejamento metodológico de duas etapas, sendo a primeira uma revisão bibliográfica e a segunda uma análise de conteúdo de leis ou documentos de referência que nortegassem políticas voltadas ao público das profissionais do sexo do município de Natal. Nesse processo somente a primeira etapa foi possível de se realizar, pois nenhuma lei ou documento sobre tais demandas foram encontrados no processo de busca, evidenciando-se a necessidade de maiores reflexões e problematizações sobre a temática tanto pelo âmbito profissional da Psicologia, como pelos responsáveis pela criação, desenvolvimento e gestão das políticas sociais da cidade.

Palavras-chave: Profissionais do sexo. Direitos humanos. Cidadania. Políticas públicas.

¹ Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

² Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

ANOTHER PROGRAM: WELCOME, ASSISTANCE AND SOCIAL INCLUSION OF WOMEN SEX PROFESSIONALS IN THE CITY OF NATAL

ABSTRACT

Accepting the citizenship of social changes, the term *profis*, in the 1970s, contextualized the scenario of social movements of organization if “labor rights to better conditions of social paradigm change in artistic productions of better knowledge” regarding prostitution, passing from a moral and sanitary approach to a view guided by human rights. In this sense, the present study was motivated first by the project of women of sex in the streets of the city of Natal, where it was possible to know a little of the violations of rights that permeate the reality of life of new social women. From the exposed theme, the objective was to defend and problematize the aspect of reception, assistance and social inclusion present in public policies in the area of debate and women of sex in the city of Natal. For this task, a two-step methodological method was developed, the first being a bibliographic review and a two-step law content reference planning for public review of professional documents from the Natal sex set. Process, only the first step was possible to carry out, as no law or document on such demands were found in the search process, evidencing the need for further and problematization of the theme both by the professional scope of Psychology, as well as by those responsible for creating, development and management of the city's social policies.

Keywords: Sex workers. Human rights. Citizenship. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

O vídeo “Dia Mundial de Combate à Violência Contra as Profissionais do Sexo”, disponível no Youtube, relata a partir de falas pessoais de representantes da classe das profissionais do sexo como é o cotidiano de quem utiliza o sexo como ferramenta de trabalho, especialmente quem tem a rua como local de trabalho. Sendo sujeitas às mais diversas formas de violência, seja física, psicológica, sexual, cometidas por familiares, namorados, clientes, policiais ou um simples pedestre com quem se deparem nas calçadas da avenida, as articulações - formais ou informais - entre as profissionais

surgem na necessidade de lutar não só por direitos profissionais, mas sim pessoais; não só pela sobrevivência de uma profissão, mas pela sobrevivência da pessoa.

A partir de meados da década de 1970, através das reivindicações dos movimentos sociais em prol da garantia dos direitos das prostitutas, tanto ligados à cidadania quanto ao reconhecimento do exercício profissional como outro trabalho qualquer, surgiu o termo “profissionais do sexo” ou “trabalhadores do sexo” se referindo ao indivíduo que exerce a prostituição ou realiza o “comércio do sexo”. Desse contexto em diante, observou-se uma significativa mudança de paradigmas no que diz respeito aos campos de saber que produziam conhecimento sobre o tema da prostituição. Se até então a preocupação moral e sanitária, marcantes nas ciências jurídicas e saúde pública, eram fatores hegemônicos, passou-se a existir junto a elas o enfoque nos direitos sociais e humanos e na cidadania das profissionais do sexo. (ALVAREZ; TEIXEIRA RODRIGUES, 2001; ROBERTS, 1998; EDWARDS, 1997).

Em busca de maiores articulações nas discussões sobre a prostituição dentro de uma perspectiva de garantia de direitos sociais, sexuais e trabalhistas e do reconhecimento da cidadania das trabalhadoras do sexo, surgiram organizações como a Rede Nacional de Profissionais do Sexo e associações estaduais. Essas entidades foram fortemente impulsionadas pela realidade cotidiana de discriminação e violência, civil e policial, sofridas pelas profissionais do sexo no país. (BARRETO, 1995; LEITE, 1995; BRASIL, 2002).

Partindo-se dessa breve contextualização histórica dos desafios enfrentados pelas prostitutas ao longo de décadas em busca do reconhecimento de sua cidadania, a seguinte pesquisa foi motivada e tornou-se possível inicialmente pelo contato que o autor teve entre os anos de 2017 e 2019 com mulheres profissionais do sexo na cidade de Natal através de um projeto de cunho social e religioso que visava a construção de vínculos entre os membros do projeto (quatro mulheres e três homens) com as profissionais e certa aproximação das realidades e dificuldades diárias vivenciadas por elas. O projeto acontecia através de encontros com as trabalhadoras do sexo em seus locais de trabalho: a rua. Durante os anos, dois bairros da cidade foram contemplados com as atividades do projeto que aconteciam quinzenalmente. Nos diálogos que surgiam nesses encontros foi possível ouvir narrativas que transmitiam diversas formas de violências e violações de direitos que atravessaram e ainda atravessam a vida dessas mulheres. Seja no contexto familiar, amoroso ou profissional, essas histórias de

sofrimento produzem marcas em seus processos de subjetivação e constituem seus modos de ser.

Se tratando, majoritariamente, de mulheres negras, pobres e inseridas num contexto profissional marcado por forte discriminação social, discutir e problematizar como esses fatores podem ser influentes nas violações de direitos sofridas, portanto, é imprescindível para que as políticas e medidas estatais sejam coerentes com o contexto histórico e vivencial desse público. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e projetada uma análise de conteúdo sob o crivo da Psicologia Social Crítica objetivando discutir e problematizar o aspecto do acolhimento, assistência e inclusão social presente nas políticas públicas voltadas às mulheres profissionais do sexo na cidade de Natal.

2 DESENVOLVIMENTO

O ciclo de pesquisa foi projetado para ser desenvolvido em duas grandes etapas: a primeira, uma revisão bibliográfica e a segunda, uma análise de conteúdo. O processo se iniciou pelo estudo de artigos de bases científicas, como SciELO, Periodico CAPES e PePSIC. No campo de busca das bases foram inseridos descritores como “profissionais do sexo”, “psicologia”, “psicologia social”, “políticas públicas”, “inclusão social”, utilizando o operador booleano “AND”. Dentre os artigos encontrados, quatro foram selecionados por se aproximarem melhor da temática, lidos completamente e divididos entre duas categorias de análise. A partir dos materiais revisados, que trabalham a temática do acolhimento, assistência e inclusão social a mulheres profissionais do sexo sem delimitar-se a uma região, cidade ou estado específico, foram encontradas demandas mais gerais relacionadas ao cotidiano das profissionais do sexo, incluindo a violência e discriminação histórica sofridas por esse público, assim como suas lutas por direitos sociais e reconhecimento de cidadania.

Na primeira etapa, no que diz respeito à revisão bibliográfica, os resultados foram divididos entre as categorias de análise: a) cidadania, direitos humanos e trabalhistas; b) atenção sanitária. Na primeira foram contemplados os artigos: “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?”, “Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras” e “Sexo como profissão: relações das profissionais em questão com o poder público”. Por outro lado, a segunda

categoria foi composta apenas pelo artigo “A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil: uma revisão integrativa”.

O artigo “A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?” propõe uma discussão que permeia o cunho da legitimidade e reconhecimento da prostituição enquanto uma prática profissional como “outra qualquer”. Dentro dessa proposta, expõe discussões sobre como a inclusão da atividade na legislação do Ministério do Trabalho vem possibilitando avanços no combate à exclusão e discriminação sofrida pela categoria, revelando assim o modo como as políticas públicas brasileiras têm tratado a temática da prostituição. Sendo contempladas por direitos trabalhistas, surge-se alternativas para solucionar as problemáticas inerentes às relações profissionais, que deixam de ser tratadas diretamente por autoridades policiais respaldadas por aquilo que o Código Penal apresenta a respeito da prática da prostituição”, recebendo assim um olhar guiado pelas legislações trabalhistas.

O artigo “Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras” promove um estudo transversal baseado em dados de questionários respondidos por profissionais de dez cidades diferentes. Objetivando discutir a prevalência de violência contra mulheres profissionais do sexo - tema ainda pouco exposto nas produções científicas brasileiras - o artigo busca identificar possíveis fatores associados a essa violência, que não se desvincula à violência contra a mulher, mas enquanto violência de gênero, poderia se diferenciar das demais pelos estigmas e preconceitos sobre a figura da prostituta que se estruturaram historicamente sobre a sociedade. Dentre as mulheres que participaram desse estudo (um total de 2.523 profissionais), a maioria se declarou como parda, negra (76,1% se autorreferiram não brancas), jovem (54% tinham entre 18 e 29 anos), solteira (79,6% disseram não estar casadas ou vivendo com companheiro), com baixo nível de escolaridade (59,2% não completaram o Ensino Fundamental) e baixo poder aquisitivo (45% disseram ter renda mensal inferior a R\$ 600,00). Nesse sentido, os constituintes sócio-históricos dessa categoria, permeados pelas desigualdades de classe e de gênero, corroboram para uma maior vulnerabilidade dessas mulheres a enfrentarem situações de violação de direitos humanos. Decorrente dessas marginalizações, as profissionais convivem com uma realidade de violências físicas, verbais e sexuais, sendo os parceiros íntimos considerados os principais agressores desse público.

O terceiro artigo revisado, chamado “Sexo como profissão: relações das profissionais em questão com o poder público” desenvolve uma pesquisa por meio da técnica de objetivação participante, buscando a partir de profissionais do sexo no município de Santa Maria-Rio Grande do Sul-Brasil, investigar questões próprias às demandas desse público, assim como suas possibilidades autocuidado e o papel do Estado com relação a manutenção/efetivação desse exercício profissional. Além disso, a escolha da técnica de objetivação participante tornou possível um olhar sobre os anseios dessas mulheres, suas percepções e opiniões a respeito da profissão, assim como seus sentimentos e atravessamentos em relação à forma como são vistas pelos outros. Dentro desse processo, uma observação importante a partir do contato com as mulheres em questão foi a da consciência ressaltada em suas falas sobre o preservativo e seu correto manuseio. Tal fato pode ser considerado uma representação de como as ações do poder público voltadas às profissionais do sexo são englobadas como uma questão de saúde, marcadas pelo caráter de prevenção à transmissão de doenças venéreas.

O quarto e último artigo analisado, “A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil: uma revisão integrativa”, relata um trabalho de revisão integrativa, que partindo da questão central “O que a literatura científica brasileira apresenta sobre a assistência à saúde de mulheres em situação de prostituição?”, promove um estudo de pesquisas, literaturas teóricas e literaturas metodológicas que abrangem a temática. Como resultado do processo de pesquisa foram encontrados, dentre os trabalhos já realizados, textos constituídos por temas referentes à saúde das mulheres em contexto de prostituição, como doenças sexualmente transmissíveis, hábitos de vida, violência, saúde da mulher e métodos educativos em saúde voltados para essa população. Um outro detalhe é que do total de sete estudos coletados, quatro são produções de profissionais da Medicina, e três foram produzidos por autores da Enfermagem, sendo os da Medicina centrados especialmente no campo das fisiopatologias, em sua maioria ligadas às doenças sexualmente transmissíveis, enquanto que as produções da Enfermagem seguem um olhar mais voltado para os aspectos psicossociais que permeiam a saúde das prostitutas, trabalhando temáticas como a violência, hábitos e condições de vida que compõem o contexto social dessas mulheres. Ainda que os estudos desenvolvidos pela área da enfermagem apontem para uma perspectiva psicossocial e mais ampliada, o saber biomédico tem destaque enquanto enquadre e perspectiva hegemônica de produções da temática em seguida, contextualizando-se com

a cidade de Natal, buscou-se o contato com profissionais que pudessem conceder informações a respeito da existência e funcionamento de políticas públicas voltadas para as mulheres profissionais do sexo da cidade. Nessa tentativa, entrou-se em contato com profissionais do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ) e do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Suas respostas foram unânimes: nenhuma conhecia qualquer política social estruturada que se relacionasse ou se preocupasse com os contextos vivenciais das profissionais do sexo do município. Ademais, também foi feita uma busca por documentos de legislação local voltados ao público das profissionais do sexo; para isso utilizou-se o site leismunicipais.com.br e o portal da ALRN com intuito de submeter as documentações a uma análise de conteúdo que, por fim, proporcionasse a discussão e problematização de como as políticas públicas se estruturam para o atendimento das principais demandas das profissionais do sexo da região. Mais uma vez, os resultados foram insatisfatórios pois nenhuma documentação que fizesse referência às profissionais do sexo na cidade de Natal foi encontrada no processo de pesquisa. A análise de conteúdo, portanto, tornou-se inviável, e mesmo fazendo parte do planejamento metodológico inicial, não foi possível prosseguir com esse processo, ficando o presente estudo limitado à etapa de revisão bibliográfica dos artigos anteriormente apresentados.

Nesse sentido, colocando-se os quatro artigos em análise, além das discussões específicas a cada um que já foram expostas, é possível tecer um diálogo que de maneira geral engloba todos os quatro estudos. Trata-se da percepção de um discurso de produções de saberes e enunciados sobre o sexo, do falar-se exaustivamente sobre o sexo, ao ponto até de articulá-lo a uma qualificação profissional. Como diz o autor francês Michel Foucault, em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*:

(...) cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. No século XVIII o sexo se torna questão de “polícia”. (FOUCAULT, 1988, p.26)

Essa gestão sobre o sexo, que passa a importar a ponto de se tornar tema central de discussões, reflexões e problematizações que constroem discursos de licitude ou ilicitude, tolerância ou intolerância, moralidade ou imoralidade, parece bem visível ao

falar-se sobre a atividade de comércio do sexo. Nessa perspectiva de sistema de utilidades, as profissionais do sexo poderiam ser consideradas mão de obra do trabalho sexual, porém se não há direitos, garantias e regulamentações, e ainda por cima se tratando em sua maioria de uma população de baixa renda, negra e de baixo nível de escolaridade, tais vulnerabilidades sociais são potenciais pretextos de exposição dessas mulheres a situações de violência e discriminação.

3 CONCLUSÃO

Diante dos cenários refletidos, a impressão que fica é que o reconhecimento de pessoalidade e humanidade parecem pedidos ilegítimos se voltados para aquelas que produziram nos seus modos de viver (e morrer) comportamentos desviantes de uma norma construída por uma cultura que dita determinados valores. Entretanto, percebendo-se tais pressupostos violadores instituídos nas relações sociais, cabe a(o) profissional de psicologia, como reflete os princípios fundamentais II e III do Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o), atuar visando eliminar qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, norteando o seu fazer profissional por análises críticas e históricas dos cenários, sócio-econômicos, políticos e culturais.

Portanto, partindo-se das elaborações expostas, o presente estudo, ainda que não tenha conseguido seguir e cumprir seus planos metodológicos iniciais, assim como se limitado ao olhar de um público restrito - mulheres cis - que não contempla a classe das profissionais do sexo por inteiro, se propõe a ser antes de tudo um promotor de reflexões e provocações sobre a temática. Questionando o Estado pela inexistência de políticas sociais específicas ao público em questão, faz-se preciso também convidar e conscientizar a classe profissional de psicólogas(os) a uma responsabilização ético-política sobre a necessidade de transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- VILLA, E., CÂNDIDO, M., SISTE, L. F. (2016). **A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil**: uma revisão integrativa;
- RODRIGUES, M. (2009). **A prostituição no Brasil contemporâneo**: um trabalho como outro qualquer?;
- LIMA, F., MERCHÁN-HAMANN, E., URDANETA, M., DAMACENA, G., SZWARCOWALD, C. (2017). **Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras**;
- COLVERO, C. (2008). **Sexo como profissão**: relações das profissionais em questão com o poder público;
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. M.T.C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988;
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005;
- Dia Mundial de Combate à Violência Contra as Profissionais do Sexo (2020). 1 vídeo (84 min). Publicado pelo canal 8M Unificado RMBH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dwxJjTNGo80>.

POBRE FLOR!

Deu-m'a um dia uma antiga companheira
Do tempinho feliz de adolescente;
E os meus lábios roçaram docemente
Pelas folhas da nívea feiticeira.

Como se afaga uma ilusão primeira,
Um sonho estremecido e resplendente,
Eu beijei-lhe a corola, rescendente
Inda mais que a flor de laranjeira.

E como amava-lhe o sedoso brilho!
Tinha-lhe quase essa afeição sagrada
Da jovem mãe ao seu primeiro filho.

Dei-lhe no seio uma pousada franca...
Mas, ai! depressa ela murchou, coitada!
Doce e mísera flor, cheirosa e branca!

Angicos – 1896.

SOUZA, Auta de. **Horto**. Natal: Z Editora. 2021, p. 193.